

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – NCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA - PPGG

MÁRCIO MARINHO MARTINS

CORUMBIARA: MASSACRE OU COMBATE?

A luta pela terra na fazenda Santa Elina
e seus desdobramentos

PORTO VELHO-RO
2009

MÁRCIO MARINHO MARTINS

CORUMBIARA: MASSACRE OU COMBATE?

A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia - PPGG, Núcleo de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Rondônia, como exigência para obtenção de Título de Mestre.

Orientação: Prof^a Dr^a Maria Ivonete Barbosa Tamboril

PORTO VELHO-RO
2009

FICHA CATALOGRÁFICA**BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES**

M386c

Martins, Márcio Marinho.

Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. / Márcio Marinho Martins. Porto Velho, Rondônia, 2009.
178f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia (NCT), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

Orientadora: Profª Drª Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

1. Campesinato. 2. Território. 3. Luta de Classes. 4. Conflito. I. Título.

CDU: 911.3:33(811.1)

Bibliotecária Responsável: Eliane Gemaque / CRB 11-549



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA 
NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

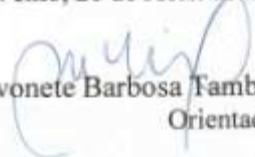
PPGG

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Márcio Marinho Martins

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora Profa. Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Silvio Simone da Silva e pelo Prof. Dr. Jones Dari Goettert, reuniu-se no dia 28 de abril de 2009, às 09:00 horas no Auditório da UNIR-Centro para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "*CORUMBIARA: MASSACRE OU COMBATE? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos*" do mestrando *Márcio Marinho Martins*. Após a explanação do mestrando, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi Aprovada

Porto Velho, 28 de Abril de 2009


Prof. Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Orientadora


Prof. Dr. Silvio Simone da Silva
Examinador


Prof. Dr. Jones Dari Goettert
Examinador

*Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra...
Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Então vos daremos guerra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não a fogo contra a pedra
Não a fuzil contra a enxada:
- Granada contra granada!
- Metralha contra metralha!*

*E a nossa guerra é sagrada
A nossa guerra não falha!*

Vinicius de Moraes. Poemas para a
Liberdade. Violão de rua. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os camponeses e camponesas que se lançam na luta pela terra como único caminho possível para se libertar da miséria e fome, forjando cotidianamente as bases de uma Revolução de Nova Democracia em nosso país.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Dona Fátima, ribeirinha, que em sua luta cotidiana buscou sustentar, defender e educar seus três filhos e que continua teimosamente querendo viver no campo.

Ao Márcio Junior, filho querido, que está descobrindo o mundo, que possa guiar-se pelo caminho luminoso da defesa dos pobres do campo e da cidade.

À Marilsa, sempre “companheira do combate e da ternura”, pela ajuda, dedicação, exemplo de determinação e de luta pela transformação do mundo. Sem sua contribuição, motivação e insistência este trabalho não seria concluído.

Aos meus irmãos Maurício e Dionéia, sempre próximos de minha mãe quando estive distante e ausente.

Ao Valdeci, amigo e companheiro de tantas horas e além dele, todos os companheiros e companheiras com os quais convivi e aprendi: “Ricardos”, Cíntia, Uilian, Eronides, Alisson, Vini e tantos outros “anônimos” que valiosamente sugeriram, criticaram direta ou indiretamente ajudaram durante a produção deste trabalho.

Ao Gabriel, Filipe, Carol, Clara, Dona Alice, Virgínia e “Tio” Maurão, Rafa e ao pequeno “Dudu”. Obrigado por me acolherem e me ensinarem um pouco mais da vida. Com os erros se aprende muito.

Aos camponeses e camponesas que foram protagonistas desta pesquisa e que confiaram na seriedade deste trabalho.

À minha Orientadora, Professora Dr^a. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, pela ajuda e críticas realizadas no período de desenvolvimento deste trabalho e acima de tudo pela compreensão que tem sobre a luta pela terra.

À Universidade Federal de Rondônia, em especial ao Programa de Mestrado em Geografia e seus professores, por acolherem esta importante temática de pesquisa, campo vasto para compreender as transformações no campo rondoniense.

Por fim, aos Professores Jones Dari Goettert e Silvio Simione da Silva pela valiosa contribuição na banca de defesa desta Dissertação.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a contribuir com o estudo da questão agrária em Rondônia a partir de um referencial empírico: a trajetória de luta de cerca de 600 famílias de camponeses sem terra na Fazenda Santa Elina em Corumbiara – RO que culminou com o conhecido “Massacre de Corumbiara”. Com o intuito de investigar o conflito de Santa Elina partindo da história individual até a conformação em um movimento camponês organizado na disputa de território, buscamos compreender a interpretação dos camponeses acampados ao que foi denominado pelo monopólio dos meios de comunicação como *massacre* de Corumbiara, além de identificar as principais motivações econômicas, políticas e ideológicas que possibilitaram a ocupação, a organização e a consolidação de um acampamento na região onde a organização camponesa era débil e a organização latifundiária era sólida. A partir do conflito ocorrido em 09 de agosto de 1995, buscamos compreender, ainda, como se deu o processo organizativo daquelas famílias em torno de um movimento camponês que hoje disputa a hegemonia da organização camponesa em Rondônia. O método utilizado na pesquisa é o materialismo histórico-dialético para analisar a questão agrária, utilizando-se das ferramentas adotadas pelos estudiosos da Geografia Agrária, para compreender as relações entre espaço, território e lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato – território – Luta de classes – conflito

ABSTRACT

The present work it is considered to contribute it with the study of the agrarian question in Rondônia from an empirical reference: the trajectory of fight of about 600 families of peasants without land in the Farm Elina Saint in Corumbiara – RO that it culminated with the known “Massacre de Corumbiara”. With intention to investigate the conflict of Elina Saint leaving of individual history until the conformation in a movement peasant organized in the territory dispute, we search to understand the interpretation of the camped peasants what it was called by the monopoly of the media as slaughter of Corumbiara, beyond indentifying the main economic motivations, politics and ideological that make possible the occupation, the organization and the consolidation of an encampment in the region where the peasant organization was weak and the latifundium organization was solid. From the conflict occurred in August, 9 of 1995, we search to understand, still, as peasant gave itself to the organizational process of those families around a movement who today disputes the hegemony of the peasant’s organization in Rondônia. The method used in research is the description-dialectical to analyze the agrarian question, using itself of tools adopted for the studios of Agrarian Geography, to understand the relations between space, territory and place.

WORD KEY: Settlement – Territory – Class-Conflict – Conflict.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
SIGLAS	2
LISTA DE MAPAS E TABELAS	3
APRESENTAÇÃO	4
1 - INTRODUÇÃO	6
1.1 - O campo da pesquisa e seus procedimentos	7
1.2 - A Análise documental e dos Resultados da pesquisa	8
1.3 - Os desafios da pesquisa em áreas de conflito	9
2 - A QUESTÃO AGRÁRIA NO DEBATE CONTEMPORÂNEO.....	13
2.1 - A representação geográfica e o modo histórico-materialista.....	20
2.2 - A geografia dos conflitos agrários.....	22
2.3 - Semifeudalidade e camponato.....	25
3 - EXPROPRIAÇÃO E CONFLITOS NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: ALGUNS APONTAMENTOS	35
3.1 - (Des)envolvimento, monopólio e violência na Amazônia.....	35
3.2 - Terras concentradas, armas preparadas.....	38
3.3 - Os “primeiros” conflitos.....	44
3.4 - Os conflitos entre latifundiários e camponeses	46
4 - CORUMBIARA: MASSACRE OU COMBATE?.....	53
4.1 - O “Massacre” de Camponeses.....	58
4.2 - O “Combate” de Santa Elina	66
4.2.1. <i>O cotidiano do acampamento e a experiência da coletividade</i>	71
4.2.2. <i>Os primeiros conflitos e a resistência diária na fazenda Santa Elina</i>	74
4.2.3. <i>“Se matarem um daqui...”</i>	77
4.2.4. <i>“... dez de lá vamos matar!”</i>	83
4.3 - A heróica resistência.....	85
5 - O CONFLITO DE SANTA ELINA E A GÊNESE DE UM MOVIMENTO CAMPONÊS DE NOVO TIPO	94
5.1 - A aliança operário-camponesa e o surgimento do MCC	95
5.2 - A Liga dos Camponeses Pobres e a bandeira da Revolução Agrária	109
5.2.1. <i>Reforma ou Revolução Agrária?</i>	114
5.2.2. <i>A organização interna da Liga dos Camponeses Pobres</i>	117
5.3 - Corumbiara, 13 anos depois.	128
5.4. O problema agrário Brasileiro hoje: atualidades e interpretações.	133
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	143
ANEXOS.....	150

SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
APP	Assembléia do Poder Popular
CDRA	Comitê de Defesa da Revolução Agrária
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CODEVISE	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
GCU	Grupo Conquista da União
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
MAP	Movimento Agrário Popular Paz no Campo
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MCC	Movimento Camponês Corumbiara
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTR	Movimento Socialista dos Trabalhadores Rurais
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Plano de Integração Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZONIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste
PRRA/RO	Plano Regional de Reforma Agrária do Estado de Rondônia
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDAM	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ULTAB	União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Quadro 1 – Paisagem – Território e Espaço	21
Quadro 2 – Conflitos Agrários por Região – 1971 – 1976 – 1981.....	39
Quadro 3 – Conflitos Agrários por Estado – Região Norte – 1971/1973	40
Quadro 4 – Região Norte – 1980/1981 - Conflitos Agrários Estado e municípios...	41
Quadro 5 – número de mortes ocorridas por estado e Por categorias – 1980-1981...	42
Quadro 6 – Vítimas Fatais – 1985-1996.....	43
Quadro 7 – Mortos em conflitos no campo – 1964/2005	44
Quadro 8 – Principais conflitos agrários na Região de Corumbiara 1973-1993	49
Quadro 9 – Liga dos Camponeses Pobres – Evolução Organizativa	110
Quadro 10 – Atuação da LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental em 2009	111
Figura 1 – Croqui – Fazenda Santa Elina	61
Figura 2 – Dados Estatísticos de Organizações Camponesas em Rondônia	111
Figura 3 – Estrutura Organizativa Regional da LCP	119
Figura 4 – Organização de Área Camponesa da LCP	123
Figura 5 - Mapa da Área Engenho Santa Luzia, Catende/PE	126

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho compõe uma análise dialética acerca do conflito na fazenda Santa Elina, Corumbiara, em 09 de agosto de 1995. Mais do que uma análise descritiva, o trabalho busca identificar as motivações que impulsionaram os camponeses a realizar aquela ocupação. O que nos chamou a atenção para iniciar a pesquisa sobre o conflito, não foi somente a ação truculenta do Estado e do latifúndio em reprimir camponeses em luta pela terra, mas o processo de resistência dos camponeses naquele conflito, bem como o processo organizativo de outras resistências posteriores.

O trabalho está organizado em cinco partes, não sendo específico em um único capítulo os resultados da pesquisa. Em sua primeira parte apresenta o campo investigativo e os procedimentos metodológicos utilizados sob a referência do materialismo histórico-dialético. Aponta também para os desafios da pesquisa em áreas de conflito agrário, já que estivemos na nova ocupação na mesma área, no ano 2008. Para se chegar até o local, foi feito todo um trajeto que buscou evitar qualquer contato com pistoleiros que aterrorizavam a região nos dias de nossa visita.

Na segunda parte apresentamos o debate teórico acerca da questão agrária e da própria conceituação do campesinato enquanto classe social. Nossa opção foi a de considerar a discussão em torno representação geográfica histórico-materialista, mas também a conceituação de uma geografia dos conflitos agrários. O eixo central do debate está em torno da semifeudalidade brasileira, com o qual recorreremos aos clássicos deste debate, bem como as pesquisas mais atuais que analisam a situação dos países dominados pelo Imperialismo.

Na terceira parte apresentamos alguns apontamentos acerca da “expropriação e conflitos na fronteira amazônica” como o próprio título chama a atenção. Destacamos, sobretudo, que as estratégias de ocupação da Amazônia, sempre estiveram relacionadas a ação do capital, associado com a velha estrutura agrária concentradora. O que se destaca ao longo deste processo é a gravidade dos conflitos agrários na região, dentre eles Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Além desta análise mais geral, sobre como foi pensada a ocupação do espaço amazônico, analisamos também os conflitos ocorridos ao longo do processo de ocupação recente na região onde posteriormente se deu o conflito, objeto de nossa análise.

Na quarta parte, discutiremos um dos eixos centrais de nossa pesquisa, que é a de analisar o “massacre” ou “combate” ocorrido na fazenda Santa Elina, mas, sobretudo a interpretação dos camponeses sobre o ocorrido. Elegemos como um dos subtítulos desta parte,

a “heróica resistência”, porque assim é chamada por muitos camponeses que enaltecem o martírio de companheiros e companheiras mortos durante o conflito. A riqueza de detalhes em muitos relatos se dá por que após treze anos, muitos deles estavam no mesmo local, realizando uma nova ocupação, de grande significado, porque representa a vingança contra aqueles que anos atrás causaram um dos episódios mais sangrentos da história da luta pela terra do Brasil contemporâneo.

A análise do desenrolar daqueles acontecimentos, o assentamento das famílias e o processo de constituição de um Movimento Camponês de Novo Tipo é discutido no capítulo seguinte. A principal fonte de dados foi o das fontes orais que possibilitou adentrarmos no processo de fundação do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e posteriormente da Liga dos Camponeses Pobres (LCP). Aqui também, discutimos as conceituações de reforma agrária e alternativa apresentada pela LCP de uma Revolução Agrária, enquanto parte de um processo de ruptura estrutural, de negação do “velho Estado” e da edificação de uma Nova Democracia. Por conseguinte, identificamos como se dá este processo organizativo em sua essência e a memória da resistência que esta organização camponesa carrega ao longo do seu processo de territorialização.

Mais do que uma análise dos conflitos de território na expansão da fronteira agrícola na Amazônia ou da análise descritiva das organizações camponesas, o trabalho se propõe a ser uma contribuição inicial sobre as experiências de resistência camponesa, em contraposição a ação do modelo agroexportador da grande propriedade latifundiária, já que consideramos ser esta, a principal contradição existente no campo brasileiro.

O problema agrário, sobretudo na Amazônia, onde o conflito se dá de forma mais explícita e violenta, é também espaço para a constituição de uma organização camponesa que se pauta pela forma radicalizada de luta por não perceber no Estado Brasileiro qualquer perspectiva de políticas que atendam de fato às reivindicações camponesas.

1 - INTRODUÇÃO

*Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não.
A minha gente hoje anda
Falando de lado e olhando pro chão.
Viu?
Você que inventou esse Estado
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão
Chico Buarque, Apesar de você.*

Buscamos neste trabalho uma abordagem metodológica que possibilitou integrar a parte (fenômeno estudado) e o todo (teoria). Por isso, optamos pelo método do materialismo histórico dialético entendido como um instrumento de captação dos fatos sociais, da realidade enquanto práxis e da interpretação que possibilite a intervenção transformadora da realidade e de novas sínteses no plano de conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1994, p. 73).

Nossa maior preocupação foi com a constante integração empírico-teórica de forma a estabelecer conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática que nos propomos pesquisar. Analisamos as determinações fundamentais e secundárias do problema. O método dialético possibilita ir do fato empírico (fenômeno) para o conceito e num movimento lógico o desvelamento das contradições essenciais do fenômeno, se fixa na essência, no mundo real, no conceito, na consciência real, na teoria e ciência (KOSIK, 1976, p.16), que é em síntese o que Marx afirma como “o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo” enquanto constante movimento de contradição (MARX, 1982, p. 15).

O método dialético é a ferramenta que analisa o espaço – entendido como essencial por concentrar a materialidade onde a natureza se transforma - enquanto “coisas e relações juntas”, enquanto “natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho” (SANTOS, 1994, p, 28 e 26). Também Moreira, vai concordar com esta análise, ao afirmar:

A dialética relaciona a diversidade e a unidade. E sua ênfase é a negatividade (a negação da negação), processo entendido como a superação da contradição dos opostos; ultrapassagem (*aufhebung*) e não supressão, que junta a diversidade a unidade no concreto (a unidade do diverso). (MOREIRA, 2007, p. 162).

O ponto de partida é o de apreender o real imediato, enquanto representação do todo, convertendo-o em objeto de análise, transformando-o em concreto pensado. O espaço foi moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas se desenvolveu enquanto processo político, enquanto um produto repleto de ideologias “essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 1967, p. 26).

Partindo do empírico, após a análise, retornar-se ao concreto, para compreender a complexidade do real, compreendendo a consciência da forma, do movimento interno de todo o conteúdo. Daí, que “A lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ‘ligação interna e necessária’ das partes no todo” enquanto processo histórico contraditório, permeado por conflitos (LEFEBVRE, 1995, p. 21).

1.1 - O campo da pesquisa e seus procedimentos

Nosso campo de pesquisa foram às diversas áreas de assentamento onde vivem os remanescentes do conflito: Assentamento Américo Ventura (Ariquemes), assentamentos Lagoa Nova, Santa Catarina e Rio Branco (Theobroma), Assentamento Joana D’Arc (Porto Velho) e no assentamento Guarajus (Vanessa) em Corumbiara.

A pesquisa foi realizada em órgãos de imprensa, Igreja católica (CPT, Pastorais Sociais e Centro de documentação das Dioceses de Ji-Paraná, Porto Velho e Guajará-Mirim), Movimento Camponês, Sindicato dos trabalhadores Rurais de Corumbiara, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Rondônia - FETAGRO e órgãos do judiciário. Para esta pesquisa utilizamos como fontes de dados: entrevistas semi-estruturadas e análise documental.

Realizamos **Entrevistas** com os Camponeses que participaram do acampamento na Fazenda Santa Elina e do *conflito armado*, lideranças do Movimento Camponês (MCC e LCP), relatos de sujeitos que atuaram nas negociações entre Estado e Camponeses sem terra, dirigentes religiosos, dirigentes sindicais e jornalistas. Utilizamos duas modalidades de entrevistas:

Os camponeses foram ouvidos individualmente e também por meio de entrevistas coletivas, gravadas e transcritas para análise. A escolha desta técnica de coleta de dados fundamenta-se na perspectiva de Kramer (2003, p. 66), para quem este tipo de entrevista tem

como objetivo “identificar pontos de vista dos entrevistados; reconhecer aspectos polêmicos (a respeito do que não há concordância); provocar o debate entre os participantes, estimular as pessoas a tomarem consciência de sua situação e condição e a pensarem criticamente sobre elas”. Além disso, ainda segundo a autora “durante as entrevistas coletivas, o diálogo, a narrativa da experiência e a exposição de idéias divergentes ocorrem com intensidade muito maior.” (KRAMER, 2003, p. 64).

Consideramos que este tipo de entrevista nos permitiu, ao mesmo tempo, conhecer a história na versão dos camponeses em relação aos processos de ocupação de latifúndios na região, a ocupação da fazenda Santa Elina, a resistência aos despejos, o Conflito e a atual situação das vítimas.

1.2 - A Análise documental e dos Resultados da pesquisa

Foram objetos de análise: Legislação Brasileira, processo judicial, inquéritos policiais e relatório da Comissão Externa de Representação da Câmara dos Deputados. A análise dos dados tem como eixo central a aplicação do método dialético mediante o qual buscamos interpretar os fatos em termos de categorias básicas: totalidade, contradição, ideologia e práxis. A análise foi realizada em três níveis básicos:

O primeiro nível tem por eixo a questão agrária, que procura analisar o contexto da exclusão dos camponeses a terra e o monopólio da propriedade da terra na Amazônia, suas raízes históricas e suas contradições.

No segundo, utilizamos a categoria da totalidade e da contradição para analisar os aspectos históricos, econômicos e políticos que envolvem o conflito a ser pesquisado, buscando compreender quais as “leis” sociais e históricas e que forças reais as constituem enquanto tal, pois entendemos que “o conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos”. (KOSIK, 1976, p. 45). Assim, buscamos o caráter sincrônico e diacrônico dos fatos ocorridos na Fazenda Santa Elina, a relação dos sujeitos com o movimento camponês e outras organizações sociais.

Por fim, no terceiro nível, nos apoiamos no conceito de ideologia para analisar o conteúdo ideológico das ações dos camponeses na luta pela terra. Analisar um fenômeno social significa ter a necessária compreensão de que a sociedade está permeada por variáveis que são condicionantes na ação do indivíduo. Na pesquisa social, essas variáveis assumem valores diferenciados haja vista as formas que se constitui a luta de classe no campo e suas

contradições. Assim, necessário se faz destacar a ideologia como fator condicionante da luta pela terra naquela proporção que atuaram os camponeses na Fazenda Santa Elina.

A Práxis expressa a união indissolúvel entre a teoria e a ação transformadora, daí porque, fizemos o esforço de analisar criticamente a realidade dos sujeitos históricos concretos a partir dos fatos ocorridos na ocupação da Fazenda Santa Elina e seu desfecho violento com o conflito. Por fim, buscamos uma síntese orgânica e coerente das determinações que explicam a problemática da investigação.

1.3 - Os desafios da pesquisa em áreas de conflito

Como já relatamos anteriormente, os remanescentes do conflito de Santa Elina estão espalhados em diversas regiões do Estado, o que dificultava nosso trabalho de coleta de dados. Optamos, então, em priorizar um total de 35 entrevistas, distribuídas em três municípios onde boa parte destes reside: Corumbiara, Cerejeiras e Theobroma. Posteriormente, estendemos o nosso campo de pesquisa também a Porto Velho, Jaru e Ouro Preto, como forma de compreender a dimensão da evolução organizativa daqueles camponeses que sobreviveram ao conflito.

Oportunamente, um número considerável de camponeses que estiveram no conflito reocupou a fazenda Santa Elina em 11 de maio de 2008. Eram ao todo 250 famílias cadastradas, sendo que destas, a metade era de acampamentos que aguardavam há mais de 5 anos por distribuição de terras. As famílias eram organizadas pelo CODEVISE (Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina) e apoiados pela Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP-RO). Os demais acampados eram de três pequenos acampamentos denominados Zigolândia, Rio das Pedras e Cambará. Resolvemos nos dirigir para lá.

Realizamos o contato com as lideranças do acampamento, após uma reunião ocorrida no INCRA, onde estavam representantes do acampamento e da Ouvidoria Agrária Nacional. Fomos orientados a ir para a cidade de Cerejeiras, pois lá havia mais apoio de familiares de acampados e da população local em torno da reocupação da fazenda. No entroncamento da BR 364 com a rodovia estadual havia escritos em uma parada de ônibus “A FAZENDA SANTA ELINA É DO POVO! Codevise”. Já havíamos visto esta frase em Porto Velho, e a mesma frase estava escrita em pedras, painéis e muros em Cerejeiras e ao longo de toda Br 364. Chegamos por volta das 4 horas da tarde. O ponto de encontro foi em frente a um supermercado de um apoiador do movimento. Esperamos em torno de meia hora e fomos levados à casa de uma família de vítimas do conflito. Lá estava nos aguardando uma das lideranças que tem por apelido *Juca*.

Esta liderança estava escondida naquela casa, pois havia ação de pistoleiros que rondavam sua casa há umas quadras de onde estávamos. Como a situação era tensa, ele juntou suas coisas, ficou abaixado no banco traseiro do carro e nos dirigimos para fora da cidade, para casa de um outro apoiador do movimento.

Fomos recebidos na casa de uma família de camponeses que há anos atrás conquistaram suas terras também em ocupações. O sítio está localizado a cerca de 6 km de Cerejeiras. Há princípio, o dono da casa tinha certo receio em discutir determinadas questões quando estávamos próximos. Fui apresentado como um pesquisador da Universidade e depois do jantar o anfitrião começou a ficar mais à vontade.

Foi então chamar outro vizinho, que também apoiava os camponeses que ocupavam a fazenda. Discutiram sobre a situação de perigo e a constante ronda de pistoleiros. Juca convidou-o a nos acompanhar e fazer a nossa segurança até o acampamento. Saímos às cinco e meia da manhã, quando ainda havia pouco movimento na estrada de chão que liga Cerejeiras a Corumbiara. Nosso “segurança” ia à frente de moto, como um batedor, atento à movimentação da estrada. Chegamos ao assentamento Adriana, vizinho da fazenda por volta de sete horas da manhã. Passamos pelo campo de futebol, que ficou conhecido em todo o mundo como um campo de concentração em 9 de agosto de 1995.

Estacionamos o carro em um sítio, onde podíamos ouvir *Apesar de você*, de Chico Buarque, tocando em uma rádio local. A família também nos recebeu bem, e nos ofereceu café com pamonha. Conversamos um pouco e nos dirigimos até o acampamento, que era a cerca de 1 km. Cruzamos um pequeno pasto e na trilha até o acampamento estavam hasteadas bandeiras vermelhas do CODEVISE e da LCP. O local do atual acampamento é bem próximo ao local onde ocorreu o conflito de 1995 (cerca de 300 metros). A entrada do acampamento tinha um “posto” de segurança. Fomos revistados, pois a norma estabelecida proibia a entrada de bebidas. Demos os nossos nomes para a equipe de segurança e adentramos o acampamento. Todo nosso percurso e parte do cotidiano do acampamento foram registrados com fotos.

A situação favorável que imaginávamos, de encontrar o máximo de pessoas que estavam no acampamento em 1995, não foi a que encontramos. Lá estavam sim muitas pessoas que estiveram no conflito, mas também haviam muitos acampados que não fizeram parte daquela luta. Havia, inclusive, alguns conflitos entre eles, que pudemos perceber. Outro fator que dificultou o desenvolvimento da pesquisa era a tensão em torno da ação de pistoleiros, da disputa política de algumas pessoas, consideradas “oportunistas” que estavam tentando dividir o acampamento.

Segundo relatos das lideranças do acampamento uma pessoa de nome “Sandro”¹ se apresentou como ex-assessor da senadora Fátima Cleide (PT) e se colocou como apoiador do acampamento. Ao ganhar confiança dos acampados, Sandro passou a dirigir-se a órgãos públicos, igrejas, sindicatos e imprensa apresentando-se como “líder do acampamento”.

Passamos três dias na área. Com um grupo de cerca de 30 participantes da ocupação de Santa Elina em 1995 fomos até o local onde houve o conflito. Mesmo perto, muitos ainda não tinham ido até lá. Alguns não quiseram nem se aproximar. Outros, porém, saíram mostrando onde ficava cada barraco do acampamento, a cozinha, o local de reunião, a antiga entrada e onde ficava o barraco da segurança – a figueira – num local mais alto. Encontramos restos de lona preta, de panelas de alumínio, de uma bicicleta e o antigo poço que está aterrado.



Foto 1 e 2: Acampamento da Santa Elina em 10/08/95 (acima, a Direita). O mesmo local em 15 de Junho de 2008.

O local está bem diferente do que era antes. O acampamento, em 1995, tinha certa cobertura vegetal. Hoje só há pasto. De um extremo ao outro só se vê capim. No semblante de cada um e cada uma se via horror, tristeza, más lembranças. Alguns passaram a relatar de onde vinha os tiros, por onde correram, como organizaram a resistência. Uma tentativa de reconstituir o ocorrido. Mas estes relatos, feitos em grupo, apresentavam um cenário muito vago. Quando perguntávamos de algo mais específico, muitos fugiam da discussão e desviavam o assunto. Ainda pairava a desconfiança em relatar o ocorrido. Resolvemos deixá-los mais à vontade e iniciar as entrevistas somente ao final da tarde.

¹Acompanhamos uma de suas intervenções em uma negociação no INCRA em Porto Velho com o Ouvidor Agrário Nacional, representantes do governo de Rondônia, Juiz Agrário, Polícia Militar e Polícia Federal, em que Sandro passou a negociar a saída das famílias da área em troca de lona e cestas básicas, contrariando membros eleitos do acampamento. Ao que parece, tentava-se minar o trabalho da ocupação, buscando enfraquecê-la. O que veio a ocorrer com cerca de 40% das famílias, que deixaram o local sob a promessa de terem terras.



Fotos 3 e 4: O campo de futebol do PA Adriana em 09/08/95 (a esquerda) e em 17 de junho de 2008.

Decidimos então, coletar entrevistas de outros acampados que se encontravam ali. Camponeses que, como em 1995, estavam ali em busca da terra para produzir, cansados de esperar pela reforma agrária que não vem. Ouvimos relatos de gente que está acampada há mais de 7 anos esperando um lote do INCRA. Outros que perderam suas terras no sul e para cá vieram. Outros que não conseguiram terra desde que chegaram a Rondônia na década de 1970 e 1980. Há também muitos jovens, que à época do conflito de Santa Elina eram crianças e vêm na reocupação da área “uma vingança contra o latifúndio, honrando os mortos e o sangue derramado naquele chão”, como nos relatou um jovem de 23 anos.

Além do trabalho de campo desenvolvido no novo acampamento na fazenda Santa Elina, realizamos a visita a vários ex-ocupantes nos diversos locais em que residem nas áreas já citadas. Além destes, entrevistamos dois personagens importantes para compreender a origem da ocupação da fazenda Santa Elina e o desenvolvimento da luta pela terra em Rondônia, que envolveu os integrantes² daquele acampamento, apoiados por outras organizações de trabalhadores, culminando na conformação do MCC – Movimento Camponês Corumbiara e na Liga dos Camponeses Pobres.

² Utilizamos nomes fictícios durante todas as entrevistas realizadas, com a exceção de Adelino Ramos (Dinho), Cícero e Alzira. Estes concordaram em dar o próprio nome nas entrevistas, transcritas no decorrer deste trabalho. Os demais, por medo ou receio das informações dadas, preferiram utilizar outro nome ou apelido, escolhidos pelos próprios entrevistados. Muitos ainda atuam em áreas de conflito agrário, como o caso da ocupação atual da Fazenda Santa Elina, daí a preocupação em preservar suas identidades.

2 - A QUESTÃO AGRÁRIA NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida.
Chico Buarque, Funeral de um lavrador.*

Não se pode realizar uma análise profunda das transformações do espaço agrário brasileiro sem considerarmos o debate sobre a Questão Agrária. São corriqueiras as discussões sobre reforma agrária, modernização da agricultura, conflitos agrários, reordenamento territorial, cultura camponesa etc. Por Questão Agrária consideramos a análise das relações de propriedade e de produção vigentes no campo; ou seja, investigação das estruturas sociais onde o campesinato se apresenta como uma classe social de transição, no sentido histórico propriamente dito, entre feudalismo e capitalismo, mas também no sentido da contradição entre burguesia e proletariado; além de identificarmos os diferentes extratos sociais do próprio campesinato.

O debate sobre a Questão Agrária nasce a partir da análise de Marx sobre o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Marx, quando ainda redator da Gazeta Renana, escreveu uma série de artigos sobre a situação de miséria em que viviam os viticultores do vale do Rio Mosella e de um modo geral sobre os camponeses renanos. Estes camponeses foram reduzidos à miséria face à queda dos preços de mercado.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx apontou os camponeses como responsáveis pela vitória eleitoral de Luís Bonaparte, enquanto representação da sobrevivência de suas pequenas propriedades. Segundo ele, o campesinato francês, naquele período, não era capaz de representar-se sozinho em virtude de seu isolamento e desorganização, constituindo-se enquanto uma “classe em si” e distante de uma “classe para si”. Através de punições, a república parlamentar burguesa “forçou a consolidação das

simpatias do campesinato pelo Império” e fortaleceu “a idéia fixa do sobrinho” já que “coincidia com a idéia fixa da classe mais numerosa do povo francês”.³

Com o advento do capitalismo, as relações existentes entre camponeses e trabalhadores da cidade adquiriram uma nova configuração. A transição para este Modo de Produção determinou significativas modificações no campo no tocante às relações sociais entre camponeses e grandes proprietários de terra. Assim, com o objetivo de compreender tais fenômenos, surgiram diversas obras importantes, como “A Questão Agrária” de Karl Kautsky (1898), publicada originalmente em 1898, que foi acompanhada mais tarde por outros estudos de extrema importância, como: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1905), de Vladimir Ilitch Lênin, e “Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas”, de Alexandre Chayanov (1925), que analisou as condições econômicas da “empresa camponesa”, sem assalariamento, que conta como única fonte de forças de trabalho a família, sendo esta a base de permanência da sua própria existência.

Lênin (1905) e Kautsky (1898) são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência – para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. (FERNANDES, 2004, p. 19)

Não se pode pensar uma análise do campesinato, sem ao menos re-visitarmos a produção destes dois importantes teóricos, que analisaram o campesinato, suas relações de produção e seu papel dentro do desenvolvimento do capitalismo. Ao analisar que um processo revolucionário na Rússia só se desenvolveria com a aliança entre o proletariado e o campesinato pobre, Lênin buscou estudar as contradições no campo, as diversas frações existentes no campesinato, além de desenvolver inúmeros outros estudos sobre a questão agrária. Fazem parte da produção deste as seguintes obras: *O Programa Agrário* (1905), *O Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América* (1906), e *O Problema Agrário I e II* (1907 e 1908).

Antes, porém, é preciso que deixemos claro a finalidade e o caminho que optamos para a nossa análise. Há na atualidade todo um debate teórico acerca do “modo de vida camponês”. Não é objeto central de nossa análise os aspectos culturais do campesinato. A

³ A célebre afirmação de Marx em *O 18 Brumário*, de que o camponês naquele período era “um saco de batatas” foi mal interpretada ou deturpada por muitos que estudam o campesinato. Marx analisa o contexto histórico em que se situava o campesinato francês naquele período, e não compreende o campesinato como algo estático. Pensar assim, seria ir contra toda a formulação da dialética, enquanto forças em movimento.

centralidade do nosso trabalho é a compreensão do campesinato enquanto classe social dentro do modo de produção capitalista e de que forma a Questão Agrária está inserida neste contexto histórico.

No desenvolvimento do modo de produção capitalista, modifica-se a relação que os camponeses tem em relação a produção agrícola. Em *O Capital*, Marx identificou que há, no capitalismo, uma mudança substancial em relação à renda da terra, que evolui da “renda-produto” para a “renda em dinheiro”, onde não mais se basta um excedente de lucro sob a “forma natural”, sendo agora necessário que o excedente “tome a forma de dinheiro”, estabelecido de forma forçosa, também nas relações existentes no campo (MARX, 1982, p. 349 e 359).

(...) desde que a renda toma a forma de renda-dinheiro e que a relação entre o cultivador que paga a renda e o proprietário rural se torna uma relação contratual – transformação que supõe, além disso, um desenvolvimento relativo do mercado mundial, do comércio e da manufatura – o solo é necessariamente arrendado a capitalistas que aplicarão no campo e na agricultura os capitais adquiridos na cidade, bem como o modo de exploração capitalista já desenvolvido nas aglomerações urbanas, isto é, a fabricação do lucro como simples mercadoria e como simples meio de se apropriar da mais valia. (MARX, 1982, p. 351)

Esta transformação no campo, vai ser analisado como um processo de destruição do campesinato, sendo esta no sentido econômico, já que, submetidos à lógica do capital, estão fadados a desaparecer enquanto pequenos proprietários, que agora não mais produzem para o auto-consumo, mas para atender aos interesses do mercado. Esta afirmativa pode ser entendida pelos críticos que Marx “errou” ao prever um certo “desaparecimento” do campesinato. Entendemos que não. Ao contrário disso, Marx identificou que há mudanças de relações e um processo de concentração fundiária, onde o campesinato pobre é obrigado à tornar-se assalariado agrícola, vendendo a sua força de trabalho. E, diferentemente da relação que o campesinato em outros modos de produção teriam com a terra, enquanto “valor de uso”, esta relação vai desaparecendo com a chegada do modo de produção capitalista, que transforma tudo em mercadoria. Isto se dá em graus e níveis diferentes.

Enquanto valores, todas as mercadorias não são senão uma certa qualidade de tempo de trabalho cristalizado (...) Uma coisa pode ser um valor de uso sem ser no entanto um valor. Isso acontece quando sua utilidade é acessível ao homem sem exigir trabalho. Por exemplo: o ar, um solo virgem, os campos, os bosques naturais etc. Uma coisa pode ser útil, e ser produto do trabalho humano, sem ser uma mercadoria. Um homem que, com seu produto, satisfaz as suas necessidades pessoais produz valor de uso, mas não uma mercadoria. Para produzir mercadorias é preciso que não se produza apenas simples valores de uso, mas valores de uso para outrem, valores de

uso sociais. Enfim nada pode ter valor sem ser objeto de uso. (MARX, 1982, p. 27 e 28).

Esta mudança em relação a produção agrícola enquanto “valores de uso sociais”, como dizia Marx, não necessariamente muda a estrutura de exploração entre classes sociais. De servos do senhor feudal passam a serem “servos da moeda”. Este processo vai se dar ao longo de séculos, mas não é objeto deste trabalho fazer um recorte historiográfico do período, mas, apenas demonstrar que este período de transição é identificado e analisado pelo Marxismo, como um conjunto de alterações no cotidiano das pessoas, sobretudo os camponeses.

Marx também teceu inúmeras críticas ao processo de concentração de terra no modo de produção capitalista, enquanto processo de expropriação dos camponeses pobres e enquanto fator de acumulação primitiva de capital. Mesmo considerando estes elementos, não fez a defesa da pequena propriedade. Ao contrário disso, vai compreender que ao combater o monopólio da propriedade agrária, se combate apenas “a existência” e não a “essência do monopólio”. Ou seja, o centro da natureza da exploração capitalista é a propriedade privada e não se ela é grande ou pequena. Vejamos:

A divisão da posse da terra nega o grande monopólio da propriedade fundiária, o supra-sume, mas apenas porque universaliza esse monopólio. Não supra-sume o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Essa ataca a existência, mas não a essência do monopólio. A consequência disso é que ela cai vítima das leis da propriedade privada. A divisão da posse fundiária corresponde precisamente ao movimento da concorrência da esfera industrial. (MARX, 2004, p. 75)

Segundo Del Roio (2003), Marx interessou-se sobre os acontecimentos e revoltas camponesas na Rússia, sobretudo no período em que ocorre a guerra da Criméia (1854-1857) e posteriormente a partir das rebeliões camponesa que ocorrem em 1858-1862, enquanto um processo que pudesse desencadear uma “nova primavera dos povos, como a de 1848”⁴ (DEL ROIO, 2003, p. 123).

Compreendemos aqui o campesinato como classe social. Marx via nos camponeses isolados a impossibilidade destes serem impulsionados para um caminho revolucionário. De fato, a própria análise de Marx é a de que “Os indivíduos isolados só forma uma classe na medida em que travam uma luta comum contra outra classe” (MARX, 1989, p. 58). Neste

⁴ No prefácio do Manifesto Comunista de 1882 (edição russa), Marx e Engels até superestimam a força do campesinato daquele país como impulsionador de revolução comunista. “Se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária do Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderia servir de ponto de partida para uma evolução comunista”. (MARX & ENGELS, 1998, p. 73).

sentido, o campesinato hoje, ao elevar seu nível de consciência de classe ao se colocar contra o latifúndio, torna-se uma classe.

De fato, a compreensão do campesinato russo, enquanto classe social e sua estratificação, foi determinante para o desenvolvimento da Revolução Russa conduzida pelos Bolcheviques. É com esta preocupação que Lênin, ao iniciar seu estudo sobre o campesinato russo travou um imenso debate contra os populistas e outras correntes que viam uma passagem direta para socialismo sem a necessidade de uma revolução democrática. O conjunto de obras de Lênin acerca das relações existentes no campo russo, como as já citadas anteriormente, vão guiar os bolcheviques para uma aliança estreita entre campesinato pobre e classe operária que vai fazer triunfar a revolução russa de 1917.

Kautsky em *A Questão Agrária*, já analisava que a economia camponesa ao receber a influência dos mercados estava arruinada, seguindo a análise já realizada por Marx. E isto ocorria em toda a Europa e também na Rússia. A descrição de Kautsky aponta que no feudalismo a família camponesa constitui-se numa unidade autônoma de produção, marcada pela existência de uma indústria doméstica articulada com a produção agrícola, que com o desenvolvimento do capitalismo é forçada a ceder as terras como pagamento de dívidas, ou seja, sendo expropriada.

Lênin, além de identificar este processo de ruína dos camponeses pobres, frente ao fortalecimento e controle dos grandes proprietários, vê uma possibilidade de unificar os “pobres do campo” em torno do que propunha os operários. Diferente dos mencheviques, que identificavam que a burguesia deveria estar à frente de uma revolução burguesa, utilizando uma análise evolutiva e mecanicista que via no campesinato “o atraso feudal” e desconsiderava a força e o papel dos camponeses pobres como aliados principais.

Em *O Programa Agrário*, Lênin estudou as bases econômicas e a essência do que seria uma Revolução Agrária na Rússia, dirigida pelo proletariado, aliado ao campesinato pobre. A tese central de Lênin, que o difere dos “oportunistas”, termo utilizado por ele mesmo para caracterizar os adversários dentro e fora da chamada *Social Democracia*, é a de compreender a força que o campesinato tinha, por ser uma classe numerosa e ao mesmo tempo disposta a lutar contra a exploração dos grandes latifundiários. Lênin analisou as particularidades do campesinato, suas frações, mas vai mais além, ao identificar inúmeras relações de produção num país continental.

Lênin identificou que “toda revolução camponesa dirigida contra as sobrevivências medievais – quando o caráter geral da economia é capitalista – é uma revolução burguesa”, mas compreende também que “nem toda revolução burguesa é uma revolução camponesa”,

atentando para diferenciações de um país de agricultura de base capitalista consolidada e um país onde o capitalismo está em desenvolvimento e que mantém um conjunto de relações de semi-feudalidade, como na Rússia daquele período. Lênin e os bolcheviques apoiaram-se no campesinato, distanciando-se das frações da burguesia tidas como “contra-revolucionárias” e que eram defendidas pelos mencheviques; propondo, por fim, que a revolução era “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” (LÊNIN, 1980, p. 136 e 137).

Ao compreender que o “problema agrário” constituía-se como base da revolução na Rússia, condicionando, “a peculiaridade nacional dessa revolução”, Lênin observou ser necessário “eliminar fronteiras” de todas as terras, distribuindo-as aos camponeses e limpando-a de “todo o resto medieval” da grande propriedade e da exploração, sob o controle do Estado, libertando-os das estruturas de exploração que mesmo no desenvolvimento do capitalismo permaneciam por meio do fracionamento dos camponeses em terras comunitárias, abandonadas ao próprio acaso. Em o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin deu o nome de “desintegração do campesinato”, contrapondo, sobretudo, a visão dos populistas de “diferenciação interna”, que apenas identificavam as subdivisões da classe camponesa.

Deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1985, p. 114).

A proposta era o fortalecimento da economia camponesa, onde o Estado por meio de um “gigantesco fundo de colonização”, agora com os camponeses organizados em associações livres substituiriam a “velha comunidade fiscal”. Esta necessidade econômica, como afirmou o próprio Lênin, fizeram dos camponeses pobres e pequenos proprietários, os grandes “partidários da estatização da terra” (LÊNIN, 1980, p. 201 e 202).

A crítica que os “anti-marxistas” apresentam sobre um suposto erro de “fim de campesinato” não se sustenta. De fato, o modo como se desenvolve as relações no campo, já não são as mesmas que na idade média; e tão pouco este processo se dá de forma homogênea e ao mesmo tempo em várias partes do planeta. Neste sentido, é preciso compreender que “sem formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas” e que de fato “nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas, nem estas podem sequer se manter” (LUXEMBURGO, 1970, p. 363).

De fato esta discussão ainda é contemporânea. Muitos estudiosos da Questão Agrária, vão produzir inúmeros debates acerca do “erro” ou “acerto” dos Marxistas sobre o fim do campesinato ou sua recriação. Segundo Mandel (1982), ao longo de toda a história do capitalismo, os “processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção”, corroborando com a análise de Luxemburgo e outros autores marxistas (MANDEL, 1982, p. 30).

Chayanov (1974) propõe a existência de um campesinato na forma mais “romântica”, defendendo o “modo de vida camponês”, enquanto relação de “valor de uso”, sendo que as relações de produção se dariam no interior das famílias camponesas, onde estas dirigem e organizam a produção, enquanto satisfação de suas necessidades, enquanto unidade de produção onde se predomina a subsistência. Segundo Souza (2006), “os elementos da produção camponesa em Chayanov foram analisados por Tavares dos Santos que destacou a força do trabalho familiar”:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 33-34 APUD SOUZA, 2006, p. 136).

Outros autores, como Shanin, em “La classe incómoda Sociologia política del campesinato en una sociedade en desarrollo (Rússia 1910-1923)” corroboram com Chayanov na abordagem da manutenção do campesinato. Por outro lado, abordagens como a de Ianni, vão identificar que a permanência dessas economias tidas como de “subsistência”, seriam “reservas com as quais conta o mercado em suas expansões necessárias”, não se tratando de integrações visíveis ao mercado, mas de uma integração estrutural, por se encontram dentro das relações capitalistas (IANNI, 1988, p. 71).

Há inúmeras interpretações acerca do desenvolvimento do campesinato ou papel exercido por este no capitalismo. Não quisemos aqui realizar uma ampla discussão em torno deste debate, atual e ao mesmo tempo polêmico, mas apenas apresentar de que forma este se apresenta.

2.1 - A representação geográfica e o modo histórico-materialista

Não podemos realizar nosso estudo, sem delimitarmos a natureza da pesquisa geográfica que definimos. Para isso, é preciso compreender que é papel fundamental da geografia “desvendar máscaras sociais”, enquanto “relações de classes” (MOREIRA, 2007, p. 62), relações estas também existentes no campo. Estas relações se dão em forma de antagonismos, na esfera ideológico-política, mas também em formas de conflito armado, como descrevemos nosso objeto de pesquisa.

Concordamos com Moreira (2007), que afirma que “é por meio do arranjo espacial” que se obtém o “conhecimento das leis da reprodução social”. Isto quer dizer que a pesquisa deve basear-se no conhecimento destas leis que regem o processo de reprodução social, como um objetivo final da geografia. Ou seja, é preciso compreender o “caráter social do espaço geográfico” enquanto transformação do *meio* pelos seres humanos, que se dá como trabalho social ou “ação organizada dos homens em coletividade” (MOREIRA, 2007, p. 63 e 65).

Optamos pelo que Moreira denomina de “modo histórico-materialista”, enquanto análise dos fenômenos concebidos em pares dialéticos, enquanto movimento de mão dupla, onde a relação homem-meio é uma “relação de troca metabólica, em que homem e natureza intercambiam matéria e energia, numa geografia que não se separa em física e humana” (MOREIRA, 2007, p. 115).

Vai-se, assim do visível para o invisível e do invisível volta-se para o visível, num movimento dialético da inteligência no curso do qual a paisagem – aquilo que no fundo se quer ver compreendido – se torna o concreto pensado. No caminho da ida, as relações são lidas da paisagem para as relações estruturais mais íntimas. Mergulha-se na paisagem, a partir da observação da localização e distribuição dos objetos espaciais que a compõem em busca do conhecimento das conexões que levem ao conhecimento da estrutura. No caminho de volta, faz-se o movimento de retorno à paisagem para clarificá-la como um conteúdo estrutural conhecido e que esclarece e elucida o caráter de cada um dos objetos que a compõem e foram localizados no início. (MOREIRA, 2007, p. 115)

O esquema proposto por Moreira, opera com as categorias de análise do espaço, território e da paisagem, enquanto categorias-chave para a pesquisa em geografia, sendo que a paisagem é o ponto de partida metodológico, o território é identificado a partir dos “recortes de domínios mapeados no arranjo da localização e distribuição e assim dos sujeitos da paisagem” e o por fim o espaço é o conjunto, enquanto estrutura qualificada de relações, onde a base é o “caráter histórico das relações homem-meio, a sociedade geograficamente organizada”. (MOREIRA, 2007, p. 118).

No esquema que adota, Moreira (2007, p. 110) aponta para alguns aspectos que acreditamos ser relevantes: 1) a articulação das forças produtivas em transformar a natureza de valor-de-uso em meios de produção e mercadoria; 2) A relação de propriedade separa o homem e sua força de trabalho (ft) dos meios de produção (mp), transformando-os em “duas formas distintas de propriedade e proprietários”; 3) As relações homem-homem são de antagonismo social presentes na relação de propriedade causando tencionamentos. Vejamos:

QUADRO 1 – Paisagem – Território e Espaço



Obs1: Movimentos de ciclos do capital: D = capital dinheiro; M₁= mercadorias, força, objeto e meios de trabalho; P= Processo de transformação dessas formas velhas em formas novas de mercadoria; M₂ = mercadoria a ser posta à venda no mercado; D' = o capital dinheiro retornando em escala ampliada pela venda de mercadoria dois com o acréscimo do lucro.

Obs2: Forças produtivas articuladas: ft= força de trabalho; ot = objeto do trabalho e mt = meio do trabalho.

Isto quer dizer que é preciso analisar paisagem, território e espaço, não só separadamente, mas compreendê-los enquanto conjunto, já que na análise sobre o desenvolvimento no campo brasileiro as contradições se expressam não só pela mudança nas configurações territoriais, mas pelas relações de classe que se expressam nestas transformações. Ao separar os camponeses dos meios de produção, neste caso a terra, o latifúndio de velho e de novo tipo, associados ao imperialismo, estabelecem um conflito de interesses neste reordenamento territorial. Daí que não podemos analisar os conflitos agrários, sem relacioná-los com o processo de expansão do capital, as estratégias governamentais de apoio ao modelo agroexportador da grande propriedade que avança a passos largos, sobretudo na região amazônica.

2.2 - A geografia dos conflitos agrários

Corroborando com as afirmações de Moreira, nosso referencial para compreender as geografias dos conflitos agrários, neste caso, aplicada a um recorte temporal que é o conflito na fazenda Santa Elina e os seus desdobramentos; buscamos em Valverde (2006), Fernandes (2005), Santos (1999), Gohn (1995 e 2002) e Oliveira (1991, 1995 e 2007) a fundamentação necessária para a nossa pesquisa.

Ao utilizarmos as categorias-chave de análise da Geografia agrária, compreendemos que esta é interpretação da ação humana no meio, no espaço modificado, unindo o “aspecto qualitativo e quantitativo”, para que a pesquisa nesta área da ciência geográfica possa adquirir “cunho científico” e tenha “utilidade prática” (VALVERDE, 2006, p. 15).

Para Fernandes o espaço é “multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação”, e propõe um “estudo descritivo do espaço ou do território, mas da multidimensionalidade possível, da composicionalidade e da completividade”, enquanto “espaço em movimentos e o movimento no espaço e no território” (FERNANDES, 2005, p. 6)

Ao compreender o espaço enquanto movimento e os movimentos dentro do próprio espaço, Fernandes vai denominar de “movimentos sócio-territoriais e sócio-espaciais” como forma de compreender suas ações “a partir dos espaços e dos territórios construídos” pelas suas “relações sociais, materiais e imateriais” (FERNANDES, 2005, p. 7).

Os movimentos sócio-territoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos sócio-territoriais e sócio-espaciais. Porque criam relações

sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 7)

As formulações de Fernandes permitem que possamos compreender as formas de organização dos movimentos sociais, entre eles o movimento camponês, a partir da análise dos espaços e dos territórios e do lugar produzidos por suas ações. Diferentemente dos movimentos sócio-territoriais, os sócio-espaciais, como as Ongs, atuam como agências de mediação ou representação de reivindicação, não sendo, portanto, sujeitos reivindicando um território e não existem a partir do território, portanto apenas constituem-se enquanto movimentos sócio-espaciais.

Também Gohn (2002), vai proporcionar esta análise com base nas análises sobre as “Teorias dos Movimentos Sociais”. A autora vai realizar um importante estudo sobre os paradigmas clássicos e contemporâneos que norteiam as ações coletivas, identificando as teorias clássicas sobre as ações coletivas, além de identificar as diversas correntes teóricas que estudam os movimentos sociais na contemporaneidade.

Mas afinal o que é o território e de que forma ele se associa dentro da estrutura capitalista? Para Milton Santos o território é uma categoria de análise em disciplinas históricas como a geografia.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 9)

Este “exercício de vida”, fundamentado no trabalho, é visto pelos camponeses como lugar em que se reside, como identidade camponesa. O cotidiano da vida no campo é envolto de relações de trabalho bastante diversificadas de uma área para outra, de uma região ou sub-região para outra, mas o sentido de pertença se dá pela relação com o uso do território, com os significados que este dá para a sua existência material.

A produção de Oliveira é muito mais vasta para a compreensão das transformações do espaço agrário e dos conflitos de interesse existentes. Além de analisar as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, analisa também os aspectos históricos da concentração fundiária e das relações de trabalho existentes no campo.

A base teórica para se compreender o campo brasileiro, está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, e a sua conseqüente expansão no campo, se fazem de forma heterogênea, complexa e, portanto plural. Este quadro de referência teórica está, portanto, no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho

assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno. (OLIVEIRA, 2007, p. 131)

Sem realizar um esforço teórico para se compreender a natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura, é impossível identificarmos as contradições existentes no espaço agrário, sobretudo em regiões de expansão da fronteira agrícola e de rápidas transformações territoriais como é o caso do Estado de Rondônia.

Oliveira abarca na geografia agrária, muitos estudos sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura e sua expansão sobre a Amazônia. Ao considerar que o capital trabalha em movimento contraditório de desenvolvimento, na implantação do trabalho assalariado, como ocorre na grande produção do agronegócio, mas também desenvolvendo de forma articulada com a produção camponesa, este considera ser o campesinato “um sujeito social de dentro do capitalismo”, e não algo estranho a esse sistema.

Oliveira vai dialogar com Martins para compreender o caráter rentista do capitalismo no Brasil, nas obras “O cativo da Terra” (1979) e o “Poder do Atraso” (1994), para compreender que em nosso país há uma “fusão em uma mesma pessoa do capitalismo e do proprietário de terra”. Ao analisar a questão da renda da terra, Oliveira sintetiza a formulação de Marx em O Capital (1984), para compreender a configuração do espaço agrário brasileiro. Vejamos:

A renda da terra sob o modo capitalista de produção é, na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial**; e é, na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**. Embora, na prática, seja difícil distinguirem-se as duas partes da renda da terra, cabe esclarecer a essência dessas duas espécies de renda. A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas. Além dessas duas formas de renda da terra, sob o modo capitalista de produção, existe a **renda de monopólio** que é também lucro suplementar oriundo, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais. Além dessas formas de renda da terra que existem quando a produção agropecuária é baseada em relações capitalistas de produção, há também, de forma contraditória no capitalismo a existência de **renda da terra pré-capitalista**.

Ela é diretamente produto excedente, ao contrário da renda da terra capitalista que é sempre, sobra acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. As formas da renda da terra pré-capitalistas são três: **renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro**. A primeira, a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de

trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro. (OLIVEIRA, 2007, p 44 e 45)

Os esforços para compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo apontam para a existência de renda de terra pré-capitalista no Brasil. A análise de Oliveira e Martins, que sintetizam a formulação de Marx sobre a renda da terra, vai contribuir no debate acerca do tipo de capitalismo existente no campo brasileiro. Para compreender as contradições existentes no campo brasileiro optamos pela análise de “semifeudalidade” com o qual inúmeros teóricos da questão agrária se debruçaram e ainda se debruçam na atualidade deste problema.

2.3 - Semifeudalidade e campesinato

Para que não haja qualquer interpretação equivocada acerca do título acima, é preciso que tenhamos a compreensão do significado desta formulação. Não adentraremos, portanto, neste momento, o debate acerca do fim do campesinato ou sua transformação em trabalhador agrícola, pois não é objeto de nossa construção textual. Queremos aqui apenas iniciar um debate sobre esta formulação dentro da historiografia e geografia brasileiras sobre a temática da semi-feudalidade.

Na academia a tese de semi-feudalidade foi amplamente refutada. Para muitos teóricos o golpe militar de Getúlio Vargas em 1930 representou uma suposta revolução burguesa no Brasil e o início de um processo de desenvolvimento do Estado Capitalista⁵. Como já abordamos anteriormente, Martins e Oliveira vão aprofundar a produção de Marx sobre a questão da renda da terra. Se optarmos por analisar apenas este viés, perceberemos que o movimento de contradição do capitalismo no Brasil, manteve e mantém inúmeras relações de acumulação classificadas como relações pré-capitalistas e por que não dizer, com traços de semi-feudalidade.

Essa corrente parte do princípio de que há uma *penetração* das relações capitalistas no campo. De certo modo crêem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um

⁵ Os defensores de Getúlio vão afirmar que Vargas fez a revolução burguesa. Mas esquecem de associar o *Estado Novo* como a representação fascista de quem temia uma revolução proletária. Muitos teóricos, inclusive do próprio PCB à época, caíram no erro de identificar em Getúlio um representante da burguesia nacional, não associando-o como representante da Burguesia compradora, e logo, laçao do imperialismo, que passou a engendrar capital, mas manteve as relações semi-feudais.

setor feudal, semifeudal, pré-capitalista, atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, ou seja, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. (OLIVEIRA, 2007, p. 10)

Através da sujeição da renda terra, que o capital passa apropriar-se da produção camponesa, transformando-a em renda capitalizada da terra, ou seja, convertendo-a em capital. Além disso, as relações de trabalho existentes no campo, descritas como semi-feudais também foram identificadas por Valverde ao analisar a estrutura econômica e social dos municípios de Pompeu-MG e em outro trabalho sobre o leste da Paraíba em que analisa a estrutura das fazendas da região, enquanto “fazendas pré-capitalistas” (VALVERDE, 1955b, p. 55).

Esse regime de propriedade é tipicamente semifeudal. O aluguel do trabalho nada mais é do que uma forma atenuada de corvéia – trabalho gratuito que o servo da gleba prestava ao seu suserano. (VALVERDE, 1955a, p. 28 e 29)

Compartilhando da mesma análise feita por Valverde, outros teóricos também analisam a formação histórica do campesinato brasileiro, que se constituiu ao longo dos séculos sob o sistema do escravismo colonial. O sistema de sesmarias foi o precursor da centralização e monopólio da propriedade de terra no país, concentradas nas mãos da nobreza portuguesa e da alta burocracia colonial.

É o que aponta Guimarães (1968), ao analisar que no Brasil, o capital comercial não pôde desfrutar da mesma posição influente existente na Europa, obrigando-se a submeter-se “ao poder feudal instituído na América portuguesa”. No caso de Portugal a ordem feudal tinha o monopólio territorial, sendo a terra o principal e mais importante meio de produção, e a classe que mantinha o controle sobre se sobrepunha as demais classes (GUIMARÃES, 1968, p. 22 e 28).

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir para o escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do novo mundo, e em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E, com o açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura. (GUIMARÃES, 1968, p. 29)

O autor considera, ainda, que nenhuma dessas alterações a que precisou se adaptar o latifúndio colonial, foi suficiente para diluir seu caráter feudal, sendo que as formas servis se entrelaçavam com as formas servis de produção, e, por conseguinte, considera que o caráter

comercial de produção não necessariamente se configura como unidade de produção capitalista. Guimarães vai mais além, ao afirmar que a simples supressão na história, da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro visa “tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária”. Por que então revolucioná-la ou reformá-la? (GUIMARAES, 1968, p 33).

Além de Valverde, outro importante teórico que faz uma análise e defende a natureza feudal do início da agricultura brasileira no período colonial é Josué de Castro. Associava o sistema de *Plantation*⁶ defendido por Caio Prado Junior, como a “expressão consumada do feudalismo colonial”, pois retira da questão agrária sua “vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário”. O que se constituiu no Brasil foi um “monopólio feudal e colonial da terra” e reunia elementos econômicos e sociais de três modos de produção: “O regime feudal da propriedade, o regime escravista do trabalho, o regime capitalista do comércio” (CASTRO, 1967, p. 117 e 118).

O poder oligárquico permanece preservado ao longo do período colonial e a primeira formulação do século XIX, a Lei de terras de 1850⁷, resguardou a propriedade da terra sob o controle dos latifundiários, mantendo os negros “libertos”, mas sem o direito à posse. De fato, não houvera qualquer processo de ruptura com a estrutura conservadora da grande propriedade brasileira. O que vem ocorrendo na atualidade é um processo de “moderno-colonização” que reforça “o poder dos que já tem poder”, nesse caso o latifúndio, que mesmo com o Estatuto da Terra manteve-se na contramão da democratização do campo brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 5).

Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todopoderosos senhores de terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. (GUIMARÃES, 1968, p. 105.)

Para Guimarães, a ocupação de terras não cultivadas ou devolutas serviu de base para o surgimento dos posseiros, caracterizados como os embriões do campesinato brasileiro, que

⁶ Em Formação do Brasil Contemporâneo, Caio Prado afirma que o modelo de agricultura desenvolvido no Brasil se dava em larga escala, isto é, na forma capitalista “em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade” (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 29.)

⁷ Também é importante ressaltar que os escravos ‘libertos’, em função da Lei de Terras que versava no primeiro artigo que a terra tem seu condicionante por compra e venda em dinheiro, jamais teriam possibilidade de acesso a essa terra. (OLIVEIRA, 2007b, p. 10).

vai ser reforçado com o conjunto de imigrantes estrangeiros que vieram para trabalhar no final do século XIX nas lavouras cafeeiras.

O Estado Brasileiro, mantém ao longo de sua história a mesma estrutura semifeudal concentradora, mesmo com todo o discurso produzido em torno das inovações tecnológicas do chamado *agronegócio*. Mesmo divergindo da natureza da gênese da estrutura agrária brasileira, o conjunto de teóricos que ora citamos convergem para a análise de que ainda perdura no Brasil uma realidade arcaica e conservadora, sendo necessária sua transformação estrutural.

No caso dos processos de ocupação recente da Amazônia, utilizou-se a mesma estrutura de restringir o acesso a terra, mantendo os camponeses sob a tutela do Estado, como prevê o Estatuto da terra, em seu art. 25, dispondo que cada requerente deve atender às “condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes ou de reabilitação”. Além disso, os camponeses são reféns de financiamento estatal, submetidos a todo tipo de exploração de organismos estatais e privados, sem qualquer condição de produzir em áreas distantes de mercados consumidores, sem equipamentos e infra-estrutura, o que favorece o seu endividamento e, por fim, o abandono da terra (GUIMARÃES, 1979, p.321).

A conclusão é a de que a estratégia concentracionista, assim como a vultosa distribuição de incentivos e subsídios favorecem agora, de 1970 a 1975, muito mais acentuadamente a minoria de grandes propriedades latifundiárias (1,9% do total de estabelecimentos), que não apenas reforçou o seu poder territorial como conseguiu, a julgar pelas primeiras apurações censitárias, melhorar consideravelmente sua capacidade de produção. Em suma, os incentivos e subsídios do Estado favoreceram ainda mais a concentração da propriedade agrária, e, com mais intensidade, a concentração da produção e da renda. (GUIMARÃES, 1979, p. 342)

O que há na realidade agrária brasileira é a manutenção de uma estrutura de relações semifeudais e semicoloniais, onde a chamada “elite” brasileira é subserviente aos interesses do capital monopolista. Mas é preciso ir mais fundo. Para compreender a estrutura de dominação imperialista em nosso país, é necessário que façamos uma abordagem sobre a natureza do capitalismo no Brasil e como este se desenvolveu ao longo do século XX, e suas implicações na estrutura agrária do país.

Quando utilizamos a conceituação de semicolônia, estamos nos referindo ao domínio imperialista, sobretudo no que se refere à produção de mercadorias, produtos ou matérias primas para atender os interesses imperialistas. Neste sentido, emprestamos a conceituação de Milton Santos, de *Espaço derivado*, ao identificar que nos “países subdesenvolvidos”, onde as grandes mudanças espaciais “na criação de uma nova região ou na transformação das regiões

preexistentes” são definidas muito mais por “uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais” (SANTOS, 1971, p. 104)⁸.

Segundo Figueiredo (2005), a discussão sobre a semifeudalidade brasileira ou sua negação, não abrangeu somente os Marxistas. O autor vai defender a tese da semi-feudalidade brasileira, no processo de constituição do Brasil, utilizando-se da análise da renda trabalho paga aos indígenas ou mesmo na aplicação da renda produto utilizada “no sistema de quarta do pastoreio sertanejo”. A partir de uma revisão bibliográfica e a própria análise de Marx sobre os modos de produção, sintetiza como se desenvolve o mercantilismo e o capitalismo, sua diferenciação, para apontar os equívocos daqueles que como Caio Prado Júnior, que negam a presença da economia feudal brasileira. Segundo ele, com base em toda revisão bibliográfica feita, a tese da presença de “relações feudais” se sustentam pela sua “fundamentação empírica substancial” (FIGUEIREDO, 2005, p. 4, 8 e 9).

Para Nelson Werneck Sodré, no período colonial brasileiro co-existiram várias relações de produção, que variam desde o comunismo primitivo, nas populações indígenas até traços iniciais de formação capitalista. Mesmo com a abolição oficial das relações escravistas em 1888, permaneceram existindo as demais relações, e ao contrário de um desenvolvimento pleno do capitalismo ocorreu uma expansão de relações semifeudais em regiões decadentes.

Fiquemos, apenas, para limitar a controvérsia, no que diz respeito ao escravismo, aqui instalado desde o primeiro século de existência brasileira. Há quem negue a referida tese: não seria escravismo. As razões apresentadas são diversas. Muito bem, que teria sido, então? Capitalismo, respondem alguns. Não estou de modo algum de acordo com tal ponto de vista e creio que a maioria dos estudiosos não aceitará como capitalismo o modo de produção brasileiro quando nem havia capitalismo dominante no próprio Ocidente europeu. Teríamos sido capitalistas antes do capitalismo? (SODRÉ, 1990, p. 18 e 19)

Na atualidade, as pesquisas mais aprofundadas sob esta temática, a de permanência de relações de semi-feudalidade em países subdesenvolvidos é tema recorrente de alguns grupos de pesquisa, que vão caracterizar como **capitalismo burocrático**, o tipo de capitalismo existente em países dominados pelo imperialismo⁹. Optamos por utilizar esta

⁸ A monocultura da soja, laranja, manga ou mesmo a “motivação” do biodiesel vem a ser um bom exemplo destas “vontades” longínquas. Não vamos muito longe, também, para observarmos o interesse externo para os grandes empreendimentos para Amazônia, para citar alguns, vejamos a construção de barragens e os projetos de hidrovias associados à imposição da monocultura em grande escala. A conceituação de Hidelbert Isnard, vai denominar este processo como *espaço alienado*, enquanto “regiões que devem ao exterior não só a sua criação” mas também a sua “integração no mercado mundial”. (ISNARD, 1979, p. 55)

⁹ Por imperialismo utilizamos a conceituação dada por Lênin em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* em que identifica como sendo a etapa de desenvolvimento capitalista onde se dá a concentração da produção por meio do monopólio, o fortalecimento do capital financeiro associados à partilha territorial do globo entre as grandes potências capitalistas (LENIN, 1991, p. 88).

conceituação, estudada pelo geógrafo e historiador Victor O. Martín Martín da Universidade de La Laguna (Ilhas Canárias, Espanha), que no nosso entendimento se enquadra dentro da estrutura agrária brasileira. Martín Martín (2005) realizou um importante estudo sobre a atualidade da questão agrária no mundo, em especial nos países dominados pelo imperialismo, com características de semi-feudalidade como as descritas pelos autores brasileiros e coordena o grupo de pesquisa daquela Universidade denominado *El Capitalismo Burocrático em la Explicación del Subdesarrollo y el Atraso Social (GISAS)*¹⁰.

O livro *El papel del campesinato en la transformación del mundo actual* de Martín Martín, vem demonstrar, ao contrário das teses atuais do fim do campesinato, o papel central dos camponeses em transformações estruturais em diversas regiões do país que requer soluções para os problemas duramente enfrentados pelo proletariado e pelos camponeses nos países dominados pelo imperialismo. A questão agrária constitui-se no principal problema enfrentado pelos países pobres dominados pelo imperialismo, por ser a *contradição principal*¹¹ destes países, a contradição entre os camponeses pobres e os latifundiários.

Se um processo comporta várias contradições, existe necessariamente uma delas que é a principal e desempenha papel diretor, determinantes, enquanto que as outras ocupam apenas uma posição secundária, subordinada. Por conseqüência no estudo de um processo complexo em que há duas ou mais contradições, devemos fazer o máximo por determinar a contradição principal. Uma vez dominada a contradição principal, todos os problemas se resolvem facilmente. (TSE-TUNG, 1979, p. 85).

Por ser o problema agrário o principal impedimento ao desenvolvimento das forças produtivas dos países pobres, Martín Martín desenvolve uma geografia da atualidade da questão agrária no mundo hoje. Para tanto, parte dos pressupostos marxistas da questão agrária, o conceito de Capitalismo Burocrático desenvolvido por Mao Tse-Tung, denominando o capitalismo tardio e atrasado, ligado ao latifúndio e ao imperialismo.

A análise feita por Martín Martín esclarece que os países onde existe o Capitalismo Burocrático são caracterizados por relações no campo que são pré-capitalistas, ou seja, a manutenção de relações semi-feudais caracterizadas como:

1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade) de natureza pré-capitalista: o sistema de pagamento em trabalho como parcerias em colheitas, empreitada e

¹⁰ Sobre o GISAS, consultar a página <http://webpages.ull.es/users/capburoc/>

¹¹ A concepção dialética do mundo ensina-nos, sobretudo a observar e a analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, na base dessa análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenômenos é duma importância extrema para nós. (TSE-TUNG, 1979, p. 35)

trabalho por produção, trabalho gratuito, entrega de partes da produção, entrega de parcelas em troca de trabalho na fazenda, etc.

2) Manutenção e reprodução de um campesinato minifundista (com formas coletivas ou privadas): iniciado na época feudal (praticado inclusive pela nobreza feudal através da divisão de fazendas no Sul da Europa e América Latina), porém desenvolvido durante os processos de desamortização de terras públicas e do clero (apropriadas de forma legal ou não) e pela política de reforma agrária e colonização desenvolvida pelo Estado ao longo dos séculos XIX e XX.

3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato a terra: alojamentos, obras públicas, necessidade de salvo-condutos para que o camponês possa deslocar-se fora de sua população ou emigrar, a usura, a repressão por parte do aparato do Estado, o controle político sobre os trabalhadores diaristas, as denominadas ações clientelistas (patriarcais, de patronato e apadrinhamento) por parte dos grandes proprietários (MARTÍN MARTÍN, 2007, p.15).

A teoria marxista do capitalismo burocrático adotada por Martín Martín permite o entendimento da atualidade da questão agrária, do problema camponês, da expulsão de milhões de camponeses de suas terras e a submissão desta população aos bolsões de miséria das periferias das cidades. Este problema não resolvido e acentuado pela exploração capitalista no campo é devido ao fato dos países dominados não terem resolvido o problema da terra como ocorreu com as Revoluções Democráticas Burguesas, nos países ricos e imperialistas, e com as Revoluções Proletárias, a partir da Revolução Russa de 1917, nos países socialistas como a URSS, a China e os países do leste Europeu.

Segundo Martín Martín, a partir de 1917 ficou encerrada a fase das Revoluções Democráticas Burguesas porque a classe burguesa tornou-se, nos países dominados, uma classe reacionária atrelada ao imperialismo e o capital nacional é ambíguo: oprimido pelo imperialismo e temeroso da revolução proletária. A tarefa da solução do problema da terra nos países dominados (semifeudais e semi-colônias) ficará a cargo da classe revolucionária proletária em aliança com os camponeses, numa revolução de novo tipo. Nesta contextualização Martín realiza uma conceituação dos países de acordo com a permanência da questão agrária (MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 17-18), vejamos:

- Países que realizaram a revolução burguesa, resolveram o problema da terra, como o caso da Inglaterra (1669) com uma revolução que resultou num pacto entre a burguesia e os latifundiários, porém sob o mando da burguesia; França (1789), países da Europa Ocidental (Suíça, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Áustria, Dinamarca, Suécia,

Noruega) – países que realizaram revolução burguesa eliminando a nobreza; a “via norte americana” de transição ao capitalismo por parte de antigas colônias de povoamento como nos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; “via prussiana” de transição ao capitalismo: Alemanha, Itália, Japão.

- Países europeus que iniciaram e não concluíram a revolução burguesa como Espanha, Portugal e Grécia. Nestes países sobrevive a semifeudalidade e o problema da terra não foi resolvido.
- Países que resolveram a questão agrária e a questão nacional através da revolução democrática e da revolução socialista: URSS, China e países do leste europeu. Com a restauração capitalista nestes países o problema agrário foi recolocado devido ao processo de reconcentração latifundiária das terras nestes locais.
- Nos países do terceiro mundo a semifeudalidade se mantêm com velhas e novas formas.

No Brasil e nos demais países latino-americanos, com base na sistematização feita por Martín Martín e pelos demais teóricos que analisaram as relações de semifeudalidade brasileira, é possível compreendermos que os conflitos agrários, como os ocorridos em Corumbiara em 09 de agosto de 1995, refletem o grau de exposição da contradição camponato pobre x latifúndio semifeudal existente na sociedade contemporânea.

Um dos clássicos marxistas que compreendeu o papel do camponato latino-americano, mas, sobretudo, estudou a fundo a questão agrária foi José Carlos Mariátegui¹². Não pelo “modismo” do cotidiano, mas pela clareza com que manuseia o materialismo histórico-dialético, é que optamos por utilizar a sua análise, para reforçar nossas argumentações. Em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui analisou que o problema agrário se mantém, por que é um problema de perduração da feudalidade, naquele caso, no Peru. Para ele, naquele país não se tem uma classe verdadeiramente capitalista, mas uma classe velha feudal, camuflada e disfarçada de “burguesia republicana”, e que conservou suas posições, já que o regime da grande propriedade foi, mesmo na independência e consolidação da república, “reforçado e engrandecido” com o “liberalismo teórico” constante na Constituição. A posição desta tal burguesia republicana age como intermediária do capital estrangeiro, ou melhor, do imperialismo (MARIÁTEGUI, 2008, p. 44).

O Regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação. O problema agrário- que até agora a república

¹² Os *Sete Ensaios* e outras obras de Mariátegui, além de inúmeros artigos e trabalhos sobre este autor, estão disponíveis em http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/html/mariategui_jc.html.

não pôde resolver – domina todos os problemas de nossa nação. Sobre uma economia semi-feudal Não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais. (MARIÁTEGUI, 2008, p.70)

Ao longo da obra de Mariátegui identificamos que suas teses são próximas da formulação elaborada por Mao Tse-Tung¹³ sobre a conceituação de capitalismo burocrático. Mesmo não trocando opinião, e de forma contemporânea, vão descrever e analisar as relações de dependência econômica existentes em seus países – como é o caso do Brasil – países denominados “semi-coloniais” em que se predomina a relação de subdesenvolvimento por conta da relação de dependência econômica externa.

Os países que, depois da independência, conseguiram livrar-se dessa tara (feudalismo) são os que progrediram; os que ainda não conseguiram isso são os retardatários. Já vimos como a tara do feudalismo se juntou a tara do escravagismo. (MARIÁTEGUI, 2008, p.76)

Segundo Mao Tse-Tung, o imperialismo fez do latifúndio feudal e a burguesia compradora (financeira) a sua cadeia de nominação, ao passo que os fortalece para preservá-los e perpetuá-los no poder (TSE TUNG, 1979b, p. 322). A conceituação de burguesia burocrática e nacional, definida por Mao Tse-Tung é a de que a primeira grande burguesia está atada ao latifúndio e ao imperialismo, composta de duas frações básicas, a burocrática propriamente dita e a compradora. A segunda, seria a média burguesia ou burguesia genuinamente nacional. Burguesia nacional ou média burguesia, cujo duplo caráter determinado por sua condição de oprimida pela grande burguesia lacaia e pelo imperialismo de um lado, e por outro, pelo temor à classe operária e à revolução, a torna uma classe vacilante, inconseqüente e totalmente incapaz de encabeçar a revolução democrático-nacional inconclusa e pendente.

No caso do Brasil, as teses já apresentadas anteriormente, fazem referência ao caráter feudal na colonização e de sua perduração durante toda a constituição do Estado Brasileiro. Há inúmeros autores, inclusive que se autodenominam “marxistas” na historiografia brasileira que vão defender que a revolução burguesa brasileira, ocorreu com o golpe militar de Getúlio Vargas. Idealizando a figura de um grande estadista e nacionalista fabricaram a imagem de Getúlio como sendo o precursor da revolução burguesa brasileira. A própria história vai comprovar que o que houvera foi uma ditadura fascista no país, onde Getúlio acaba compondo com o latifúndio e cada vez mais se posicionando de forma subserviente ao

¹³ Ao conceituar o capitalismo burocrático, analisando que a grande burguesia se dividiria em Burocrática e Compradora, e esta oprime a chamada “burguesia nacional” ou média burguesia, Mao Tse-Tung defendeu que todas as aplicações democrático-burguesas de um Estado Nacional não podem mais ser dirigidas por aquela burguesia. Para Mao, há a necessidade, mesmo antes de uma revolução socialista, ser necessária a etapa democrático-burguesa, agora de novo tipo, já que deverá ser dirigida por classes revolucionárias dirigidas pelo proletariado, quer seja, o campesinato pobre e a pequena burguesia (TSE-TUNG, 1979b, p. 338)

imperialismo, razão pela qual a conceituação de capitalismo burocrático e traços de semi-feudalidade na sociedade brasileira estão atuais para analisar os conflitos no campo e as condições de luta travada pelos camponeses sem-terra ou com pouca terra.

3 - EXPROPRIAÇÃO E CONFLITOS NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: ALGUNS APONTAMENTOS

Faz pena o nortista
Tão forte, tão bravo
Viver como escravo
No Norte e no Sul...
Luiz Gonzaga, Triste Partida.

Para que possamos compreender o contexto em que se dá o conflito conhecido como “Massacre de Corumbiara”, nosso objeto de estudo, é preciso que analisemos o processo de ocupação recente da Amazônia, traçadas anteriormente pela Gerência Militar. Há inúmeras análises sobre os projetos governamentais de ocupação do Estado de Rondônia, dentre elas, destacamos a análise de Oliveira (1998) que vai identificar que a intenção dos governos militares era regularizar e facilitar o monopólio da terra sob o controle de grupos estrangeiros de extração de matéria prima vegetal e mineral e grandes corporações agropecuárias, associados ao fato de “aliviar as tensões sociais” no nordeste e sul do país (OLIVEIRA, 1998, p. 70).

3.1 - (Des) envolvimento, monopólio e violência na Amazônia

Ulteriormente, a concentração de terras na região, deu-se por meio de concessões para seringalistas no auge do 1º e 2º ciclo da borracha, que ocupavam principalmente vastas regiões nas proximidades dos rios. Com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1966 é estabelecida uma política de incentivos fiscais, configurando uma interiorização desta ocupação com a construção das rodovias e por meio de vias de navegação para o escoamento da matéria prima extraída. A SUDAM foi criada depois de tentativas sem sucesso da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), em implementar os objetivos econômicos de o governo militar¹⁴.

¹⁴ Dentre os principais problemas enfrentados, constata-se a abrangência das metas, a dimensão da região, a falta de integração entre os setores e o desconhecimento científico sobre a área e sua população, associados à “desvios de verbas, favoritismos políticos, regionalismo estadual e municipalista, ascensão de grupos inescrupulosos, concessões graciosas, empreguismo, investimento desordenado de recursos, inoperância administrativa,

A gerência militar lançou o Programa de Integração Nacional – PIN, através do Decreto Lei 1.106 de 16/06/70, em que formalizava a proposta de assentar camponeses em lotes de 100 hectares numa faixa de terra de 10 km de cada lado da rodovia em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

Com o POLAMAZÔNIA, criado em setembro de 1974, acelera-se o *desenvolvimento* da região. A idéia de “vazio demográfico” era propagandeada pelo governo federal que desconsidera a presença das populações indígenas, seringueiros, comunidades quilombolas e ribeirinhos que já se encontravam na região. Como afirmou Martins:

A Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região amazônica já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias em que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. (...)

Por isso, estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios. (MARTINS, 1991, p. 62).

No período entre 1971 e 1976 verificou-se que a única região que aumentou progressivamente os conflitos agrários foi a Amazônia Legal. Em 1981 o aumento é em todo o país e na região norte os conflitos se manifestam com maior intensidade. O grande fluxo migratório para a região não se deu somente por pequenos e médios proprietários. Segundo Martins, dentre os que vieram do Paraná para Rondônia muitos eram “meeiros, arrendatários e posseiros, expulsos da terra pela concentração da propriedade e da exploração, pela mecanização” e que chegam “com o pouco que lhes resta embalados em dois ou três sacos” (MARTINS, 1991, p. 75).

Os camponeses assentados representaram somente pequena parte dos números previstos. Para uma meta de um milhão de famílias a serem assentadas; mais tarde, o INCRA reduziu esse número para 100 mil e, em nos anos 1970, somente 7% do número planejado estava assentado na Transamazônica. O Governo brasileiro iludiu os camponeses de outras regiões, para reduzir os tensionamentos, com falsas promessas de terras férteis na Amazônia. A idéia era “distribuir alguma terra para não distribuir as terras, esse acabou sendo o lema de fato da política governamental de colonização dirigida” (IANNI, 1979, p. 81).

A SUDAM financiou inúmeros projetos que estavam em áreas conflituosas, pois não exigia nenhuma comprovação da ausência de conflito nos mesmos, bastando às grandes corporações e latifundiários declarar que não havia litígio na área. Conforme afirma Martins:

desfalques, enfim, um vasto campo de negociatas e irresponsabilidades sob as mais variadas formas” (CAVALCANTI, 1967, p. 146).

A doutrina de defesa da Amazônia ocupando seus “espaços vazios” mostrava sua face, qual seja, o “esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para a colocação do boi, ou seja, é preciso ocupar dessa forma, e não de outra, para defender”. Daí que, a partir dos números coletados, Martins conclui que “uma vaca amazônica expulsa uma família inteira de posseiros” (MARTINS, 1995, p. 122).

Este processo de favorecimento dos grandes monopólios vai se dar por meio coercitivo do Estado ou através das ações armadas de latifundiários. A grilagem é a marca oficial deste período, onde a falsificação de títulos de propriedade são uma constante, e os camponeses são empurrados para áreas menos férteis e/ou menos acessíveis (Becker, 1991, p. 30). Corroborando com esta afirmação, Almeida (1992), considera que:

As inovações técnicas decorrentes têm (...) função nitidamente conservadora porquanto não podem ser dissociadas do monopólio da terra, dos mecanismos de imobilização e de atos coercitivos como forma de resolução de conflitos agrários. (ALMEIDA, 1992, p.260).

Em Rondônia, através desta ocupação foram criados cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC), dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), distribuídos em vários municípios do Território, conforme síntese de Souza (2006):

O INCRA como coordenador da “contra reforma agrária” criou os projetos: PICs (Projetos Integrados de Colonização), PADs (Projeto de Assentamento Dirigido) e o PARs (Projeto de Assentamento Rápido). Os PICs (foram cinco) tinham a função de selecionar, demarcar e abrir estradas, além de dar assistência nas áreas de saúde, educação, comercialização, isso na teoria. Na prática essa assistência não ocorria. Devido o excesso de migrantes que chegava a Rondônia, foram criados os PADs, que ao contrário dos PICs só se responsabilizavam pela locação e abertura de um número restrito de estradas, pois visava atender um número de migrantes com condições econômicas satisfatórias. Os PADs beneficiaram a pequenos e médios empresários na plantação de cacau para exportação. As áreas de terra concedidas pelo INCRA eram de 100 a 250 hectares.

Como crescia a cada dia o fluxo migratório, o INCRA se obrigou a reformular sua política agrária, criando os PARs, com lotes menores de 50 hectares. Esses foram ainda mais descompromissados. Não abriam nem estradas, ficando na responsabilidade dos camponeses abrir picadas no meio da floresta. (SOUZA, 2006, p. 31).

O processo de ocupação da Gleba Corumbiara não foi diferente de outras regiões do Estado de Rondônia. Os lotes de dois mil hectares já haviam sido definidos pelo INCRA no ano 1976, sendo que esses, em tese, não poderiam ser de um único proprietário. A demarcação dos grandes lotes foi executada pela Empresa Expansão Ltda., os setores eram demarcados por picadas que limitavam os mesmos e pode-se comprovar facilmente a concentração de terra, entre pessoas da mesma família. (MESQUITA, 2001, p. 80 e 81).

Segundo Mesquita (2001, p. 64), além dos projetos de colonização havia ainda dois outros programas de ocupação do espaço em Rondônia, que o INCRA utilizava: **a)** Áreas de Licitação – que foram glebas que variavam de 200 a 2000 ha. postas em Licitação Pública¹⁵ e **b)** Áreas de Regularização Fundiária – que foram áreas normalmente ocupadas e que iam sendo regularizadas junto ao INCRA. Estas áreas, em sua maioria, eram extensões dos projetos de colonização ocupados nos mesmos padrões (lotes de 100 ha.) pelos que não conseguiram ser selecionados para os projetos.

O INCRA expedia, então, em cada situação, as Licenças de Ocupação (LO), Autorização de Ocupação (AO) e o Título Definitivo (TO), sendo que este último somente era expedido após determinado período das expedições de dois primeiros, associados aos prazos de carência de serviços da colonização ao INCRA, onde eram comprovadas as “benfeitorias” em cada área. (MESQUITA, 2001, p. 65).

A prioridade para ocupação era para quem tinha condições de realizar derrubadas, e muitos camponeses não dispunham de recursos para fazê-las. Os poucos que conseguiam lotes se embrenhavam adentrando a floresta. Eram vitimados pela malária e outras doenças tropicais. Sem assistência governamental e sem estradas eram aliciados pelas madeireiras que aqui se instalavam. Ocorria também a falta de apoio estrutural aos camponeses que se amontoavam em filas de espera nas sedes do INCRA.

Em pouco tempo, inúmeros conflitos entre posseiros, madeireiros, garimpeiros, latifundiários e indígenas¹⁶ tornavam-se uma constante. Para Santos (2001) tal ação governamental à época foi ineficaz e contraditória já que visava “conciliar em um primeiro momento a doação de terras para os camponeses descapitalizados e exigir que os mesmos produzissem para o mercado” (SANTOS, 2001, p. 35).

3.2. Terras concentradas, armas preparadas

A política concentradora do período de colonização das décadas de 60 e 70 foi mantida na década de 1980, favorecendo o latifúndio e o capital financeiro internacional, para a exploração da madeira, recursos minerais e monocultura em larga escala. Este quadro excludente vai favorecer a intensificação de “ocupações de terras improdutivas em várias

¹⁵ A maior delas foi a gleba Corumbiara, que ocupava metade do Município de Pimenta Bueno e cerca de um terço do Município de Vilhena e que se destina à pecuária.

¹⁶ Dentre os principais conflitos entre colonizadores e populações indígenas, destaca-se o ocorrido em 1963 onde índios da etnia cinta-larga foram mortos com requintes de crueldade, no episódio conhecido como Massacre do Paralelo 11 (MINDLIN, 1985).

áreas do Estado de Rondônia por parte de trabalhadores rurais sem terra” (AMARAL, 2004, p. 61) e vai intensificar a luta pela terra, conforme afirma Tavares do Santos:

No período da Nova República, manteve-se elevado o número de conflitos no campo, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos. Houve quatro fases na ocorrência de conflitos no campo, neste período: de 1985 a 1989, uma grande ocorrência de conflitos; entre 1990 e 1992, uma redução relativa; um aumento dos conflitos nos anos de 1993 a 1995; finalmente, em 1996 e 1998, manteve-se alta e crescente a incidência de conflitos. (TAVARES DO SANTOS, 2000, p. 02)

Como afirmamos anteriormente, a Amazônia Legal passa a ser o principal espaço de conflitos agrários. Uma das organizações que acompanhou e denunciou estes inúmeros conflitos foi a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)¹⁷ e serviu à época como espaço de denúncia, socialização de experiências da luta pela terra e contribuiu para o surgimento e fortalecimento de outras organizações. Os dados que apresentamos abaixo fazem parte do levantamento feito pela ABRA, com base em pesquisa em 45 fontes de informação (Jornais, Revistas, Boletins), além de dados governamentais.

Quadro II: CONFLITOS AGRÁRIOS POR REGIÃO – 1971 – 1976 – 1981							
Ano	Total	Região Centro-Sul*		Região Nordeste**		Região Norte***	
		Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
1971	109	34	31%	45	41%	30	28%
1976	126	21	17%	20	16%	85	67%
1981	896	192	21%	190	21%	514	57%

* Inclui os seguintes Estados: ES, RJ, SP, PR, SC, RS, MS e MG.

** Exclui o Estado do Maranhão, que faz parte da Amazônia Legal.

*** Além dos Estados da Região Norte, inclui Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

Fonte: **Boletim REFORMA AGRÁRIA - ABRA, Campinas, V. 14, nº 01, Jan - Fev 1984.**

Conforme dados coletados pela ABRA, constante no Quadro I, no ano de 1981 a região Norte – além dos Estados que a compõem atualmente inclui-se também Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal – concentra 57% dos conflitos agrários registrados. O dado é inferior ao período de 1976, onde no *ranking* de conflitos esta região concentrava 67% de casos, mas,

¹⁷ A ABRA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1967 e efetivamente instalada em 1969. Ganhou grande destaque durante a Ditadura Militar, dedicando-se, nos seus 35 anos de vida, aos estudos sobre a Questão Agrária no Brasil.

ao observarmos a quantidade de conflitos, veremos que estes saltam de 85, em 1976, para 514 conflitos no ano de 1981.

Uma aproximação ainda maior, realizada no mesmo período aponta os dados por Unidade Federativa. De fato os conflitos acentuam-se, sobretudo, na Amazônia legal, em Áreas de expansão da fronteira agrícola. Em Rondônia os percentuais apontam para um crescimento de mais de 100% comparando dados de 1971 e 1981. Em outros Estados a situação é mais dramática, conforme Quadro II:

Quadro III: CONFLITOS AGRÁRIOS POR ESTADO – Região Norte – 1971/1973										
	AC	AM	RR	PA	AP	MA	GO	MT	RO	DF
1971	-	7	-	7	-	1	4	5	1	5
1976	8	10	2	15	-	17	2	19	12	-
1981	28	17	2	185	4	134	63	67	11	3

Fonte: Boletim REFORMA AGRÁRIA - ABRA, Campinas, V. 14, nº 01, Jan - Fev 1984.

Como se percebe, mesmo sob o período militar e com pouca experiência enquanto organizações camponesas o que há é um processo de resistência de populações tradicionais amazônicas, de posseiros migrantes tantas vezes expropriados de suas terras em outras regiões, contra os latifundiários e grandes empresas que se instalavam nas regiões. Esta resistência vai se dar principalmente de forma armada, para combater as ações de pistolagem dos fazendeiros, mas também de resistir a despejos numa constante insistência pela terra, sendo de certa forma um ensaio para lutas e organizações futuras, como nos diz Silva (2006), ao tratar das lutas camponesas, dos povos indígenas e seringueiros na década de 1970 no Acre:

Em suma, esta década foi marcada pelo despertar para as condições de luta pela terra, em defesa de seus territórios vivenciais. Do princípio da luta são formadas as condições de resistência, sendo que, no final da década, os movimentos sociais já demonstram forças capazes de despertar maiores atenções do poder político e da classe dominantes que se reformavam perante a figura dos fazendeiros que se consolidava. Isto daria então base para o desenrolar da década seguinte como o tempo mais sangrento na formação desta fronteira. (SILVA, 2006, p. 160)

De fato, os anos de 1980 e 1981 intensificaram-se os conflitos na região norte, atingindo, no caso de Rondônia a totalidade de seus municípios¹⁸ (Ver Quadro III). Uma

¹⁸ Até junho de 1981, os sete municípios de Rondônia eram: Porto Velho, Guajará Mirim, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena e Ariquemes, sendo que os cinco últimos foram criados por meio da Lei nº 6.448, de 11.10.77.

verdadeira guerra se instalava no campo, onde camponeses são utilizados para deslocar grupos indígenas e em boa parte da Amazônia o capital amplamente estimulado pelo Estado avança ao mesmo tempo sobre a terra dos posseiros e povos indígenas (MARTINS, 1991 p. 74).

QUADRO IV - REGIÃO NORTE – 1980/1981			
Distribuição de conflitos agrários por Estado e municípios			
Estado	Número de Municípios**	Municípios com Conflitos***	Porcentagem
Acre	12	9	(.)
Amazonas	44	9	(.)
Roraima	2	1	(.)
Pará	83	51	61%
Amapá	5	1	(.)
Maranhão	130	84	65%
Goiás	223	42	19%
Mato Grosso*	93	43	46%
Rondônia	7	7	(.)
Distrito Federal	1	1	(.)
Total	600	248	41%

* Os municípios do Mato Grosso do Sul estão agrupados no Estado do Mato Grosso

** Dados da Fundação IBGE para 1980

*** Dados reunindo os conflitos de 1980 e 1981

(.) Número total de municípios e/ou de municípios com conflitos muito pequenos para que a % seja significativa.

Fonte: **Boletim REFORMA AGRÁRIA - ABRA, Campinas, V. 14, nº 01, Jan - Fev 1984.**

O quadro anterior aponta para 41% do total de municípios região, como palco de conflitos agrários nos anos de 1980 e 1981. Para efeitos comparativos, a mesma pesquisa apontou que nas outras regiões o número foi inferior. A região Nordeste, que na época tinha 1.264 municípios registrou que em 209 deles (17%) havia conflitos agrários, e a região Centro-Sul, de um total de 2.129 municípios, em 165 ou 8% do total não se estabeleceu qualquer tipo de conflito agrário. Isto quer dizer, que a intensidade de conflitos na Amazônia, já àquela época representava dados elevados, o que vai se repetir em outros períodos posteriores.

Em Rondônia, foram registrados 19 conflitos agrários, sendo que destes, oito foram em 1980 e onze conflitos no ano de 1981¹⁹. Na maioria dos conflitos houve vítimas fatais, principalmente por parte de camponeses, indígenas e lideranças sindicais. Mas é preciso

¹⁹ Destaca-se que neste período uma maior intensidade de migrantes para a região. As cidades tornam-se verdadeiros acampamentos de camponeses à espera de lotes em frente aos escritórios regionais do INCRA. É destaque neste período a intensidade de conflitos não só no campo, como na cidade, como Porto Velho, a capital, onde inúmeras ocupações urbanas vão constituir uma boa parte dos bairros hoje existentes.

destacar que as baixas também foram significativas entre latifundiários e seus ‘funcionários’ (pistoleiros). Vejamos o quadro de mortes no período:

Quadro V - NÚMERO DE MORTES OCORRIDAS POR ESTADO E POR CATEGORIAS - 1980/1981			
Estado	1980	1981	Total
Acre	2	-	2
Alagoas	2	1	3
Amazonas	-	2	2
Bahia	4	8	12
Ceará	1	1	2
Goiás	2	1	3
Maranhão	16	30	46
Mato Grosso	17	4	21
Mato Grosso do Sul	-	2	2
Minas Gerais	1	1	2
Pará	47	25	72
Paraíba	-	2	2
Paraná	2	-	2
Pernambuco	2	-	2
Rondônia	10	12	22
São Paulo	-	2	2
Total	106	91	197

Fonte: Boletim REFORMA AGRÁRIA - ABRA, Campinas, V. 14, nº 01, Jan - Fev. 1984.

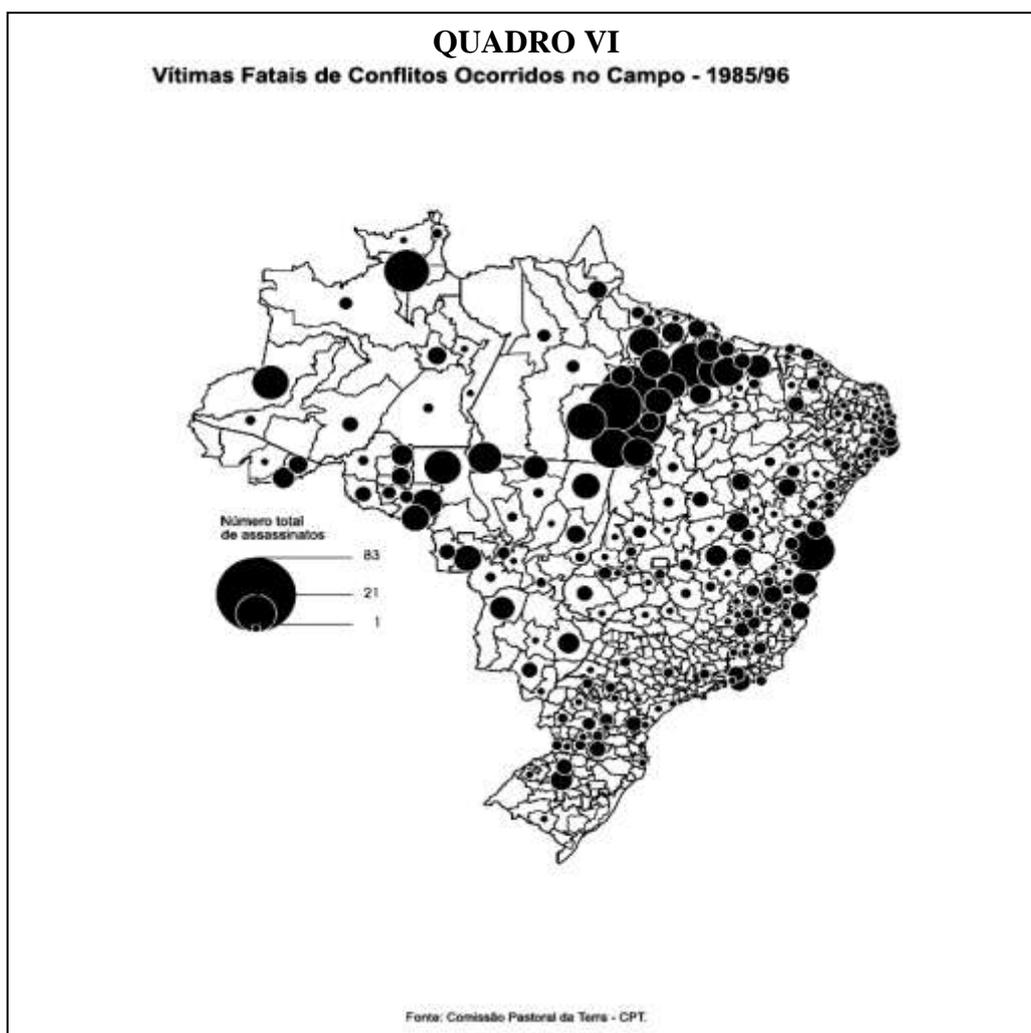
Do total de 197 mortos em conflitos agrários no biênio 1980/1981 a ABRA concluiu que eram 107 posseiros, 20 trabalhadores rurais (denominação geral), 7 dirigentes de Sindicatos de trabalhadores Rurais, 3 advogados, 13 indígenas, 1 tratorista, 2 capatazes, 12 pistoleiros, 26 jagunços, 1 grileiro (denominação geral), 2 fazendeiros e 3 policiais.

Em muitos casos os camponeses só conseguiam regularizar uma área junto ao INCRA quando ocupavam e passavam a confrontar-se com fazendeiros e pistoleiros contratados. No Mato Grosso, na região da gleba São Domingos, a experiência camponesa era a de ocupar áreas, preparados para o confronto, conforme depoimento de um camponês, o Joãozinho, descrito em Puhl (2003):

Nas posses diziam aos crentes: vocês não podem fazer isso! – nós somos crentes, mas nossas espingardas não – assim comentavam. Na ocupação, primeiro entraram armados, porque assim que se articularam em 79, dizem que o fazendeiro apareceu. Trouxe jagunços e jogou dentro da área. Foram obrigados a entrar armados, pois não podiam entrar com a cara limpa e confrontar-se com camaradas de carabina, fuzil e tudo o mais na mão. (PUHL, 2003, p. 56).

Na década de 1970 o atual Estado de Rondônia, ainda figurava como Território Federal. Logo, a subordinação à gerência militar era ainda mais evidente e rígida. Em rápida análise aos jornais que circulavam em Porto Velho, naquele período, percebe-se destacado papel ao Jornal *A Tribuna*. Os poucos relatos acerca dos conflitos agrários durante o final dos anos 70 e início dos anos 80 estão nas páginas daquele extinto jornal, que era citado pelo SNI (Serviço Nacional de Informação), como um dos jornais “contestadores” e que não deveria ter qualquer investimento por parte do governo²⁰.

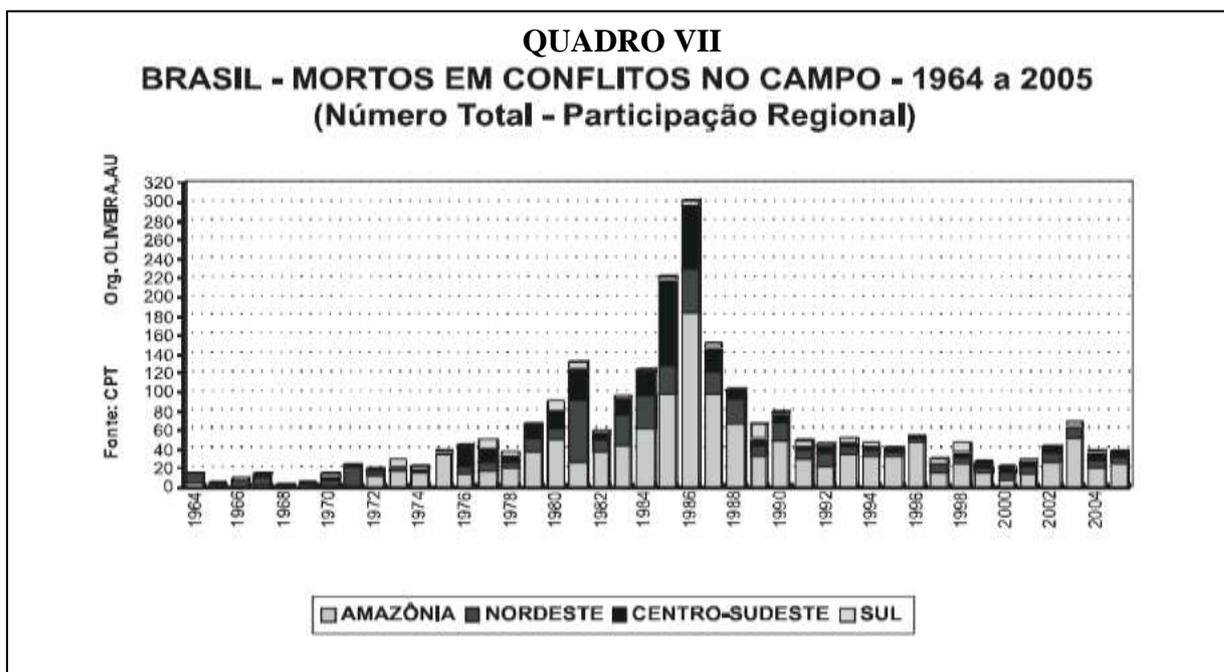
Um dos jornalistas que escrevia para *A Tribuna* era Montezuma Cruz, que acompanhou e publicou várias matérias sobre o cotidiano dos conflitos em Rondônia. Em conversa com o jornalista, este disponibilizou o acervo que trata sobre a temática de conflitos agrários, boa parte delas reeditadas no ano de 2007, tendo em vista os 30 anos da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Sistema Fundiário²¹.



²⁰ Sobre o “cotidiano” das investidas dos sensores da Ditadura Militar em Rondônia, em relação à imprensa, há um breve relato do jornalista Montezuma Cruz em <http://www.agenciaamazonia.com.br>.

²¹ Uma série de reportagens sobre os 30 anos da CPI do Sistema Fundiário, instalada em 30 de setembro de 1977, de autoria de Montezuma Cruz, encontramos em www.agenciaamazonia.com.br

Os dados acima revelam um grande aumento de conflitos agrários na Amazônia, algo que vai chamar a atenção de diversos pesquisadores, dentre estes, os da Geografia, por identificarem nas novas reconfigurações espaciais na Amazônia um aumento considerável de assassinatos e conflitos agrários. Em consulta aos dados da CPT, Oliveira (2007) apresenta um quadro mais amplo, dos que já apresentamos neste trabalho. Vejamos:



Fonte: OLIVEIRA, Revista *Perspectiva Geografia*, UNIOESTE, N° 03, 2007, p. 12.

Se observarmos o quadro apresentado por Oliveira, veremos que a partir de 1972 a “participação” da Amazônia nas mortes em conflito no campo aumentou consideravelmente. É o período em que as levas de migrantes rumavam para o norte do país, enganados pela propaganda governamental de que havia terra para todos. Grande ilusão que vai criar um dos cenários mais dramáticos da história recente, em virtude do grande número de conflitos e assassinatos existentes no campo. É preciso destacar, ainda, que mesmo com menor intensidade de ocupações ou número de famílias organizadas, na Amazônia o conflito entre latifundiários e camponeses sem-terra se dá de forma mais sangrenta, vitimando na maioria dos casos os diversos grupos de camponeses, organizados ou não por Movimentos.

3.3 - Os “primeiros” conflitos

A ocupação recente da região onde se localiza o município de Corumbiara corresponde a uma área de aproximadamente 1.200.000 hectares, que foi objeto de concorrência pública ocorrida entre os anos 1972 e 1975 que visava destinar parte dos mais de 2.300.000 hectares de terras públicas federais que integram a chamada Gleba Corumbiara,

onde “o desmatamento era a forma de reconhecimento da posse de novas áreas por parte dos empresários” (MESQUITA, 2001, p. 81).

Nas entrevistas, os camponeses lembram-se dos conflitos iniciais em Corumbiara, acusando os latifundiários de assassinarem inúmeros indígenas na região. Inúmeros são os relatos também de escravidão “branca” nas fazendas. Além dos relatos dos camponeses é quase nula qualquer referência bibliográfica que traga o detalhamento destes conflitos.

(...) Aqui teve trabalho escravo... Aqui morreu escravo em cima da fazenda... morreu os índios em cima da fazenda... Quem foi que mandou matar? Foi a gente que é pobre? Quem mandou matar foram eles que são ricos... Nessa fazenda aqui mesmo, quantos índios morreram? Eles tão cuidando disso aí?... Cadê o que eles fizeram? Por que nós sabemos disso tudo... Nessa fazenda aqui não foi só um massacre que teve nela... Já teve mais... Começou dos índios (...) (JOÃO)

O depoimento do camponês João relata como está viva a lembrança dos conflitos iniciais em Corumbiara, onde acusa os latifundiários de assassinarem inúmeros indígenas na região. Inúmeros são os relatos também de escravidão “branca” nas fazendas. Além dos relatos dos camponeses é quase nula qualquer referência bibliográfica que traga o detalhamento destes conflitos.

Segundo dados de Marcelo dos Santos, funcionário da FUNAI, à CPI da Grilagem de Terras em 2001, foram constatados a existência de indígenas isolados na região e que esta ainda era floresta no ano de 1985. A área foi interdita, mas por movimentação de latifundiários na região, foi desinterditada posteriormente. Dez anos depois, ao retornarem a busca por povos isolados a área estava desmatada. Segundo Santos, ainda em 1986 os fazendeiros “promoveram um desmate de 10 mil hectares, exatamente onde se configurava a presença dos índios”²².

As populações indígenas foram totalmente dizimadas ou expulsas de seus territórios tradicionais. Qualquer vestígio de presença indígena era ocultado e destruído para que as áreas não fossem interditas. Mesmo sem qualquer dado mais preciso, o certo é que esta expulsão foi realizada a base de assassinatos de indígenas e destruição de aldeias. Um dos partícipes deste episódio foi o ex-senador Amir Lando (PMDB-RO), conforme aponta o relatório da CPI. O ex-senador, à época na titularidade do cargo, foi citado no depoimento de Antenor Duarte, representante dos fazendeiros da região. Figura de destaque, quando os interesses do latifúndio estão questionados. Duarte ficou mais conhecido no recrutamento dos

²² Depoimento dado à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação em terras públicas na Amazônia, constante no relatório conclusivo dos trabalhos publicado em 29 de agosto de 2001 (fls. 500).

bandos de pistoleiros que atacaram o acampamento na Fazenda Santa Elina, mesmo não sendo o proprietário. Em ambos os casos, Duarte aparece como o “coronel” da região.

A presença indígena é confirmada, após a constatação da existência dos remanesces Kanoé e Akunsu, pela mesma equipe da FUNAI em 1995. Eram duas aldeias, totalizando 10 pessoas. Os relatos dos indígenas apontam para uma ação violenta dos latifundiários, conforme descrito pela FUNAI:

Um mês depois, os Kanoê guiaram a equipe da Funai até uma aldeia localizada a poucos quilômetros da sua. Nessa outra aldeia, então desconhecida, foi realizado o contato com seis índios Akunt’su. Eles carregavam em suas costas marcas de tiros, e os mais novos pareciam apresentar distúrbios emocionais, pois ficavam extremamente agitados na presença de brancos. Com a ajuda de um índio Mequém, que serviu de intérprete, os Akunt’su admitiram ter sofrido massacres e que quase todo o seu povo tinha sido assassinado a tiros. Nessas conversas, também deixaram claro que deveria haver ainda outro grupo indígena na área. (FUNAI, 2006, p. 26)

É nesta mesma região que se encontra o chamado “índio do buraco”, remanescente de um povo isolado do Rio Tanaru. Segundo o CIMI, a FUNAI tentou contato e divulgou imagens do indígena, mas este sempre busca se distanciar dos não-índios. O CIMI recebeu denúncias em 1996 de um massacre de índios isolados naquela região, sem que a FUNAI tenha apurado as violências cometidas contra os indígenas isolados e a conseqüente punição dos culpados (CIMI, 2006, p. 189). A situação da área encontra-se sem qualquer providência de demarcação.

3.4 - Os conflitos entre latifundiários e camponeses

A região Cone Sul do Estado de Rondônia foi palco de inúmeros conflitos pela posse da terra envolvendo fazendeiros e camponeses pobres sem-terra. A região de Corumbiara não difere das demais regiões de Rondônia que no mesmo período enfrentavam conflitos de toda a ordem. Em muitos casos, além da ação de pistoleiros a mando dos fazendeiros, se tinha a conivência e a participação estatal, sobretudo do judiciário e do INCRA.

Uma personagem bastante conhecida na história recente de Rondônia é Amir Lando²³, que fez carreira política em Rondônia. Foi advogado do INCRA e patrocinou “causas das maiores demandas fundiárias no extinto Território Federal e depois no Estado, grande parte em benefício de seringalistas e grandes fazendeiros”. Nos anos 70 foi nomeado

²³ Além de várias denúncias de grilagens de terras no Estado de Rondônia, Amir Lando também se tornou um grande inimigo das organizações indígenas ao defender uma proposta que visava passar ao Senado Federal a competência para aprovar ou não a demarcação de terras indígenas. Como já afirmamos anteriormente, Lando é dono de fazenda onde existem indígenas isolados na região de Corumbiara.

presidente da Comissão de Discriminação de Terras Devolutas, pelo coordenador regional do INCRA, capitão do Exército Sílvio Gonçalves de Faria (CRUZ, 2007).

Não é de se estranhar que Lando é um dos maiores latifundiários do Estado de Rondônia. Ao deixar o INCRA em 1975, prestou assessoria ao Ministério da Agricultura, posteriormente elegeu-se, com o apoio de outros latifundiários, Deputado Estadual (1982), e Senador da República de 1999 a 2007. Neste período também foi Ministro da Previdência Social (2004-2005) do governo Lula da Silva.

Inúmeros conflitos ocorreram na região do Cone Sul de Rondônia, onde hoje estudamos o conflito de Corumbiara, e na maioria dos casos, houve vítimas fatais. Os camponeses que iam ocupando as áreas eram surpreendidos posteriormente por pistoleiros, que a mando de fazendeiros realizavam a “limpeza” das áreas ocupadas. Nos atuais assentamentos Adriana, Vitória da União e Verde Seringal, a terra foi conquistada a partir de muitas ocupações e resistências.

Um dos conflitos que mais chamou a atenção no início da década de 1980 foi o da Fazenda Cabixi, município de Colorado D’Oeste em maio de 1982. Os camponeses ocuparam a área, foram despejados e depois de certo tempo regressaram. Os fazendeiros contrataram trabalhadores para fazerem derrubadas na área e criar uma situação de conflito, que vem a ocorrer com um confronto, onde os camponeses conseguem desarmar e prender um pistoleiro. Num seguinte confronto, morreu um camponês, dois pistoleiros e a mulher de um dos pistoleiros. Em resposta ao conflito, a polícia prendeu 34 camponeses, além de apoiadores da região tidos como “autores intelectuais” dos crimes. Nenhum “trabalhador” da fazenda foi indiciado (LINK, 2008, p. 325).

O tratamento dado pelo Estado era o mesmo que em outras regiões: O judiciário decidia em favor dos latifundiários, mesmo quando era duvidosa a posse da propriedade. Em outros casos eram os próprios pistoleiros que realizavam o despejo, como afirma estes depoimentos, coletado pelo jornalista Montezuma Cruz:

Dona Carmelita Maria Xavier, duas vezes despejada no mesmo local, desabafa: Jogaram os nossos mantimentos no terreiro; meu marido levou um tiro no pé e foi preso em Pimenta Bueno. Deixei 40 galinhas perto do rancho”. Clóvis Pereira Atone, da linha 9: “Minha mulher estava sozinha com quatro crianças e eles tacaram fogo no barraco; tiramos alguma coisa, mas eles queimaram o arroz e o feijão”.

Roupas simples, um dos perseguidos pelos jagunços do fazendeiro José Milton de Andrade Rios viajou de ônibus para Porto Velho e se hospedou num hotel próximo à velha Estação Rodoviária. Havia aberto uma área de terras no Seringal Muqui a mando do próprio Inca. Figurava na pré-seleção de futuros assentados e ainda tinha esperança em ser dono do seu chão. (...)

Não conseguia curar as feridas. Vira os jagunços sacudirem 40 sacos de arroz colhidos por seu sogro e outros 7 colonos. Vira o incêndio de um cafezal, a destruição do engenho de cana-a-de-açúcar e dos cabos de enxada. Não houve reação.

O mineiro Amilton Inácio de Oliveira, 41 anos, emocionava o governador do Território Federal de Rondônia, coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o Teixeiraão. Durante um encontro com o delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), João Maia, no Palácio Presidente Vargas, o posseiro arrancou do bolso uma velha foto na qual apareciam seus quatro filhos, perto de um rancho. Três haviam morrido de malária e de hepatite (CRUZ, 2007).

Mesmo “se emocionando” com alguns relatos, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira não dispensou o aparato estatal para expulsar camponeses pobres em várias áreas de ocupação em Rondônia. Como o enfoque principal de nossa pesquisa é a região onde posteriormente ocorreu o conflito da fazenda Santa Elina, iremos deter-nos apenas nos principais conflitos que o antecederam.



Foto 05 Camponeses de Santa Elina em 2008, recolhem cartuchos vazios de vários calibres, após um ataque de pistoleiros ao acampamento em 09 de Agosto. As ações armadas do Latifúndio são uma rotina na vida dos camponeses. Foto: Arquivo CODEVISE.

Os migrantes que chegaram à região se dirigiram ao PIC Paulo Assis Ribeiro, Criado em 1973 e implantado em 1974, localizado nos vales do Rio Cabixi, Escondido e Corumbiara. Segundo dados do INCRA foram assentados 3.353 famílias neste PIC. Estes projetos de

colonização contribuíram para o aumento do fluxo de migrantes e para o surgimento de vários núcleos urbanos. No caso específico do PIC Paulo Assis Ribeiro, surgiram as cidades de Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara e Chupinguaia (MESQUITA, 2005, p. 72).

Como a colonização da região estava destinada principalmente às grandes fazendas agropecuárias, o tensiosamento pela posse da terra vai se dar em vários locais. O quadro a seguir, representa os principais conflitos, a quantidade de famílias envolvidas e o período em que ocorreram.

Quadro VIII – Principais conflitos agrários na Região de Corumbiara 1973-1993						
Área de Conflito	Município	Área (Ha.)	Período de conflito	Famílias envolvidas	Famílias Assentadas	Criação de Assentamento
Vitória da União	Corumbiara	21.410	1979/1981	450*	520	26.06. 86
Verde Seringal	Corumbiara	14.900	1980/1983	300*	255	25.04.88
Adriana	Corumbiara	1.965	1990/1993	100*	76	30.12.93

Organização: Márcio M. Martins

Base de Dados: INCRA, Jornal A Nova Democracia e relato de camponeses.

* O número de famílias envolvidas é em número aproximado, já que os acampamentos à época se deram de forma “espontânea”, pois inexistia qualquer organização camponesa no Estado.

O quadro acima apresenta o cenário de conflitos agrários no período da colonização entre o final dos anos 70 até o início de 90. Não foram únicos e nem os últimos, mas na memória dos camponeses entrevistados representam um marco de resistência e de luta para conquistar a terra. Os períodos de conflito que antecederam a criação destes assentamentos foram marcados pela ação de pistolagem, pela intervenção estatal em favor dos latifundiários, ou seja, pela repressão oficial e não oficial de bandos armados. Alguns relatos descrevem este período. Vejamos a síntese de um dos camponeses:

A gente vê exemplos que houve duas ocupações de terra grande naquela região, e foram as mais organizadas. A primeira surgiu por que houve uma expansão de camponeses, e foi onde eles chamam Vitória da União, que é o local mais antigo lá de Corumbiara, e aí foi um movimento desorganizado, espontâneo, onde as pessoas foram tomando as terras com muita luta, mas com um nível de organização bastante baixo. Depois no início da década de 80 surgiu a ocupação no Verde Seringal, que é uma área de mais ou menos uns 60 km de onde fica a sede do município de Corumbiara, e nessa ocupação do Verde Seringal foi onde se começou a ter um outro caráter de organização, não era o MST ainda, mas existiam ali umas pessoas que tinham um acúmulo, uma experiência maior de mobilização, de organização, de autodefesa e que houve um enfrentamento violento contra o latifúndio, várias vezes a polícia tentou despejar, e a forma de resistir das pessoas, dificultava esses despejos. O pessoal agia a principio, quando foram os

primeiros confrontos com pistoleiros, eles passaram a usar uma tática era de se esconder durante a aproximação de pistoleiro e de policiais. Como a região propicia geograficamente essa questão de ter bastante serra, morro, então eles se escondiam e ao mesmo tempo faziam ações de cercar esses pistoleiros, de tomar armas, né?! Inclusive nesses confrontos houve morte de pistoleiros. E foi uma das primeiras ocupações organizadas do sul do Estado, no Verde Seringal, eram em torno de 300 famílias que chegaram a conquistar terras lá. Depois houve ocupação mais organizada no Adriana, que é área vizinha onde fica a fazenda Santa Elina. Nessa ocupação do Adriana já existia um nível de organização maior. E aí principalmente a igreja católica que estava através das comissões de base, da CPT, que estimularam e apoiaram aquela ocupação, tanto que até hoje essas comunidades, tanto o Verde Seringal que houve um apoio bastante grande da igreja católica, como no Adriana são bases políticas e religiosas importantes da igreja católica, tem uma influência ali de trabalho, fruto desse papel destacado que teve alguns padres, irmãs e alguns bispos, também Influenciaram né?! No caso do Adriana essa ocupação foi despejada três vezes, não foram tão violentas como no verde seringal, e depois na Santa Elina, mas existiam sempre fustigações ali com pistoleiros, e a resistência foi principal né?! O pessoal era despejado da área, despejados e retornaram de novo, até que conseguiram conquistar as terras. E depois que o MST tentou entrar, fazer algum trabalho naquela região, mas o MST nunca teve um trabalho grande de organização naquela região, nunca conseguiu organizar naquela região. (ROBERTO)

O relato de Roberto é um dos mais completos de todos os entrevistados. Ele descreve com precisão o nível de organização, até as estratégias de autodefesa das ocupações de Vitória da União, Verde Seringal e Adriana. O que percebemos é que há uma evolução orgânica dos camponeses, desde a primeira ocupação, até a última citada no depoimento. Entre as mais violentas está a ocupação de terras do Verde Seringal, onde houve conflitos armados, com a morte de pistoleiros. Como não existia movimento camponês organizado na região as famílias eram assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), face às dificuldades de se organizar os camponeses por conta da forte presença de milícias armadas de fazendeiros.

Eu já tinha participado da ocupação do Verde Seringal... Eu fui preso lá... Eu consegui um lote... Mas eu passei 60 dias sem ir lá... Aí passaram o lote pra frente... (...) Foi despejado duas vezes e na terceira saiu a terra... Como eu tinha filho pequeno eu tive que sair... e aí ele queria me dar um terreno só areia e eu não quis... Aí peguei meus documentos... Não quis aquela terra... Eu fui pra Vitória da União... Eu morava em Colorado e vim umas duas vezes de pé de Colorado a Cerejeiras, uns 45 km. (...)

Teve conflito no Verde Seringal... Eu entrei depois... Tinha um jagunço, mas o cara foi peitar a turma lá e também 'dançou'... Por que um cara sozinho pra mexer com trezentas pessoas. Sei lá o que aconteceu com ele... (GRANDÃO)

As ações de despejo não intimidavam os camponeses. Após cada despejo se reorganizavam as famílias e retornavam à área. Quando era inevitável o conflito, e perante a ousadia dos pistoleiros em tentar afugentar as famílias, a resposta dada pelos acampados era a

de se defender a qualquer custo. No caso do relato acima, na própria linguagem do entrevistado, o pistoleiro “dançou”, frente à resistência de 300 famílias que lutavam pela terra.

Eu já participei do Vitória da União... Acampeí lá 3 dias... A polícia veio na época e tirou aí eu não voltei mais e não consegui ganhar o sítio... aí eu não voltei e não consegui.. Os demais conseguiram... Depois eu voltei pra Cerejeiras... Agora eu vim pra cá pra ver se eu consigo a terra... Em 95 eu vinha pra cá na outra semana, mas uns dias antes ocorreu o conflito aqui... E foi terrível né?! (TILIM)

Alguns camponeses como o Tilim, já participaram de várias ocupações de terra desde o início dos anos 80. Com as ações de pistolagem e despejos acabaram não voltando a áreas que foram conquistadas. Migrando para a cidade, desempregados, passam a ver em novas ocupações a possibilidade de conseguir a terra para produzir. Ao lamentarem a ‘fraqueza’ por não terem resistido em outras áreas que agora estão em poder dos camponeses, percebemos um processo de forja para a luta pela terra. Na época da entrevista, em julho de 2008, Tilim era um dos ocupantes da fazenda Santa Elina.

Não foi muito fácil a terra do Adriana, teve quatro liminar de despejo, o povo foi despejado pra Colorado, aí quando chegava lá, re-mobilizavam o povo dentro do acampamento e voltavam pra área... Foi uma luta... Até que chegou o ponto de o governo negociar a área... E o povo entrou quase que por conta e cortou a área pra ficar dentro... Depois o Incra veio só remarcar e piquetear a área... (MARCOS)

Esta resistência camponesa, também ocorreu na ocupação da Fazenda Adriana, vizinha da Fazenda Santa Elina. Como relatado anteriormente, não foi tão violenta como a do Verde Seringal, mas houve também enfrentamentos com pistoleiros e despejos. Por fim o INCRA desapropriou a área e fez a homologação do assentamento e a regularização dos lotes, mas quando lá chegaram, os próprios camponeses já tinha ‘cortado’ a área por conta própria, já que estavam cansados de esperar pelo INCRA.

Outro relato nos informa que houve conflito na fazenda Guarajus (Vitória da União) no início da ocupação. Relata também o assassinato de garimpeiros em outra fazenda, além de denunciar a inércia do INCRA frente aos conflitos. Vejamos:

Sou natural do Paraná e vim pra Rondônia em 1973... Eu vim pra cá por que lá fizeram a Itaipu e nossa terra foi alagada... Aí meu pai resolveu vir pra Rondônia. Aí nós ficamos desde 1973... Fizemos o cadastro do INCRA, e eles ficaram enrolando pra entregar as terras... Fez a seleção e nossa terra não saiu... A gente esperou até enjoar... E meu pai entrou num picadão junto com um grupo de companheiros, aí ele pegou um lote, derrubou e plantou... Quando o INCRA chegou ao lote dele ele já tinha café produzindo com quatro anos... Eles perguntaram: - O senhor veio parar aqui? Ele respondeu – Eu esperei vocês até enjoar e vocês não apareceram para me dar uma terra na seleção, aí eu peguei a picada, trouxe minha mudança e hoje eu tenho quatro anos que eu to produzindo aqui dentro... Ele pegou dez alqueires lá... aí nós

ficamos.... Meu pai adoeceu e foi obrigado a sair pro Rio de Janeiro.... Aí eu não acostumei na cidade e voltei de novo... vim pra cá... Aí eu entrei na ocupação da fazenda Guarajus onde aconteceu um massacre... Mataram um companheiro nosso... a gente pediu pra justiça vir, mas ela não veio... Andamos com ele na rede 32 quilômetros e enterramos ele... após oito dias a polícia chegou... Tiramos o corpo dele pra polícia fazer perícia e enterramos ele de novo... E até hoje não teve justiça por isso... Aí a gente continuou a luta...

Após isso aconteceu um massacre de garimpeiros na fazenda Pouso Redondo... O lote que eu tinha pegado a fazenda tomou de novo... Eu voltei a ficar sem terra de novo... Eu procurei o INCRA, eles falaram: “você não vai agüentar com a maioria, os homens tem dinheiro... se retire de lá!” Então eu não tinha pegado documentação... Eu voltei... Lutando... Trabalhando... (TIÃO)

O que nos chama a atenção em Tião é que o seu depoimento é parecido com as dezenas de relatos que ouvimos cotidianamente. Expulsos do centro-sul do país, por conta de grandes empreendimentos capitalistas dirigem-se ao norte em busca da terra. Aqui chegando são novamente expulsos pela ação estatal que favorece os grandes empreendimentos agropecuários e os latifundiários. A expulsão dos posseiros e a ineficiência dos órgãos governamentais na distribuição de terras vão gerar mais tencionamentos na região. O cenário será a fazenda Santa Elina, no episódio conhecido como “massacre de Corumbiara”.

4 - CORUMBIARA: MASSACRE OU COMBATE?

*Se no teu distrito
Tem farta sessão
De afogamento, chicote
Garrote e punção
A lei tem caprichos
O que hoje é banal
Um dia vai dar no jornal.
Chico Buarque, Hino da repressão.*

Numa quarta-feira, 09 de agosto de 1995, Rondônia foi aos noticiários nacionais e internacionais com a matéria de mais um “massacre” de camponeses sem-terra, desta vez na fazenda Santa Elina no pequeno município de Corumbiara na região sul deste Estado. Antes desta data, cerca de 600 famílias sem-terra, ocuparam a fazenda Santa Elina, de propriedade do pecuarista paulista Hélio Pereira de Moraes. A área da fazenda constituía-se em dez lotes de 2.000 ha., totalizando 20.000 ha. Os lotes foram negociados pelo INCRA nas décadas de 1970-1980 e serviriam para a execução de um projeto de desenvolvimento agropecuário. Em Rondônia, 99% desses contratos estão inadimplentes, portanto, o INCRA deveria retomar as terras para o controle da União e destiná-las à reforma agrária.

A fazenda Santa Elina está localizada na Gleba Corumbiara, no município que leva o mesmo nome. À época a área total da fazenda correspondia a dez lotes, sendo que a área de cada um era de dois mil hectares. Os camponeses ocuparam o lote nº 99, vizinho ao Assentamento Adriana que está localizado no lote nº 98.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a ocupação foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Corumbiara em 14 de julho e apenas cinco dias depois houve uma primeira ação envolvendo 40 policiais militares com o objetivo de fazer cumprir um mandado judicial de reintegração de posse ao fazendeiro. A ordem judicial foi expedida pelo Juiz Substituto Roberto Gil de Oliveira, da Comarca de Colorado D’Oeste em 18 de julho²⁴. A reintegração de posse não foi cumprida por que os camponeses reagiram ao despejo das famílias e um camponês foi baleado pela PM. Os jornais locais

²⁴ Informe da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia de 18 de agosto de 1995 (CPT, 1998).

noticiavam que o INCRA esperava um relatório sobre a ocupação para começar a agir e que a CPT desconhecia a situação atual da fazenda Santa Elina.

Com a tentativa de despejo frustrada, a mobilização dos latifundiários tornou-se intensa, inclusive na imprensa, para que a reintegração de posse fosse cumprida. Segundo o Jornal O Estado de São Paulo de 29/07/95 o pecuarista Hélio Pereira de Moraes esperava providências do Governo. Da mesma forma em 04/08/95 o jornal Alto Madeira noticiava que o presidente da Sociedade Rural de Rondônia, Roberto Rodrigues, solicitava do governador Valdir Raupp providências para que a ordem judicial fosse cumprida. Segundo a matéria jornalística o ruralista afirmava que "Cumprir a ordem judicial é dever imperativo constitucional" (CPT, 1998).

Destaca-se uma incomum movimentação por parte da imprensa nacional e local sobre a situação da ocupação na fazenda Santa Elina. Todos os jornais locais e jornais de circulação nacional como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* divulgavam constantemente que a ordem de despejo ainda não havia sido cumprida e havia toda uma pressão das organizações dos latifundiários e do Estado para o cumprimento judicial. Da parte dos ocupantes não se havia qualquer notícia sobre sua estratégia, organização e a que grupo se vinculava, com a exceção do apoio dado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara. O Jornal *Alto Madeira* de 09 de agosto de 2005 noticiava que a CPT de Rondônia ainda não havia definido o apoio aos ocupantes da fazenda Santa Elina por que essa ocupação era liderada por sem terras expulsos do MST, além da informação que mais policiais chegavam à região e a de um suposto acordo para que as famílias no dia seguinte se retirassem do local. A matéria, escrita no dia 08 foi publicada no dia 09, data que a polícia iniciou a desocupação da área, por volta de 04 horas da manhã e que resultou no conflito. (CPT, 1998).

O conflito ficou conhecido como *Massacre de Corumbiara* dando conta da ação truculenta da Polícia Militar e de atrocidades cometidas no confronto com os camponeses. Segundo o Monsenhor José Maria, Vigário Episcopal da região de Corumbiara, no conflito houve uma ação ilegal da PM ao agir de madrugada e exercida com requintes de crueldade, destacando-se casos como a de um camponês que foi obrigado a comer parte do cérebro de um colega morto²⁵. No final do conflito morreram oficialmente 11 pessoas, entre estas uma criança, dois policiais e oito camponeses. O resultado de oito necropsias de sem terras identificaram tiros na cabeça, nuca ou costas a curta distância e de cima para baixo. O

²⁵ Relato de 20 de agosto de 1995 (CPT, 1998).

governador Valdir Raupp reconheceu, à época, que os laudos revelavam "execuções, por perda de controle emocional da tropa".

O bispo de Guajará-Mirim, D. Geraldo Verdier, ao visitar o que restou do acampamento da fazenda Santa Elina encontrou em restos de fogueiras pedaços de ossos que suspeitou serem de seres humanos. A suspeita foi comprovada posteriormente após análise do Professor Doutor Michel Durigon, da Faculdade de Medicina de Paris-Ouest na França, que assinou o laudo sobre as amostras de ossos enviadas pelo bispo. A conclusão: "duas entre as amostras examinadas são com muita segurança de origem humana".

Os dados do relatório da Comissão Externa de Representação da Câmara dos Deputados ao visitarem o local do acampamento dão conta de "um espetáculo dantesco, cruel e deprimente para todos" identificaram os sinais do conflito: esparramadas pelo chão roupas ensanguentadas, calçados e diversos cartuchos de armas da polícia. Ao analisarem a ação da Polícia Militar, restringem-se a afirmar que foi um "erro gravíssimo" a decisão de despejo a partir das 4 horas da manhã, por considerá-la ilegal, já que o Código de Processo Civil e a Constituição Federal asseguram a incolumidade do domicílio durante a noite. O relatório também destaca que o Comandante Geral da PM em entrevista à TV Vilhena revela a ação militarizada à noite sob a alegação de que havia uma "operação de guerrilha" dos posseiros.

O conflito da fazenda Santa Elina, em Corumbiara, de fato carece de um estudo mais aprofundado e ainda pairam dúvidas sobre como se estruturou o acampamento, o referencial político ideológico de suas lideranças e como se deu a resistência dos camponeses contra a violência dos pistoleiros e da polícia militar em diversos confrontos armados que hoje já são relatados pelos camponeses que não mais temem a repressão do Estado, e ainda, contra a investida da Polícia Militar no fatídico 09 de agosto de 1995. Se os camponeses foram a parte derrotada neste conflito, tendo seu poder bélico relativamente inferior à PM e ao Comando de Operações Especiais (COE) é inegável que ocorrera uma resistência armada pelos diversos indícios constantes nos depoimentos do processo, no relatório da Câmara Federal.

Segundo dados divulgados pela imprensa, muitos vizinhos deram conta de que foram várias horas de confronto, com o tiroteio se estendendo até as primeiras horas da tarde. A insistência da Igreja Católica em afirmar que "Elementos irresponsáveis levaram centenas de famílias nesta aventura desesperada"²⁶ ao citar as lideranças dos acampamentos é um dado que merece destaque: como um pequeno grupo de "irresponsáveis" consegue mobilizar cerca de 600 famílias em um único acampamento? De que forma estas famílias se dispuseram a

²⁶ Nota Pública dos bispos de Rondônia, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de 10 de agosto de 1995 (CPT, 1998).

lutar pela terra, expulsando em um primeiro momento um agrupamento de 40 policiais e posteriormente resistindo durante horas à ação da PM e do temido COE?

As famílias que estiveram presentes no conflito da Fazenda Santa Elina foram distribuídas por diversos municípios do Estado, em cinco assentamentos diferentes: Em Corumbiara, na fazenda Guarajus²⁷, Outro grupo menor foi para Ariquemes no Assentamento Américo Ventura e as demais famílias foram para os assentamentos Lagoa Nova, Santa Catarina e Rio Branco no município de Theobroma. As famílias até hoje reivindicam que o Estado lhes dê uma indenização por conta da ação da PM no conflito. Cansados de esperar por advogados e pela promessa de parlamentares, num Ato Público²⁸ em Corumbiara, no dia 09 de agosto de 2001, é fundado o CODEVISE. Em 2005 em um Congresso da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), após uma passeata no dia 09 de agosto que lembrou o *combate* de Santa Elina, uma reunião traçou algumas ações que deram mais visibilidade ao Comitê das Vítimas de Santa Elina (CODEVISE). O Comitê apontou três eixos de sua luta. São metas discutidas em várias reuniões que definem:

1. Luta jurídica: A Liga dos Camponeses Pobres disponibilizou advogados para trabalhar no processo de indenização. O processo que estava sendo julgado era do advogado Paulo Lara e estava substabelecido para Ernande Segismundo. No entanto o processo estava sem acompanhamento já há algum tempo. Tornava-se necessário reabri-lo ou iniciar novo processo isso dependia das possibilidades de se ganhar ou não com aquele já aberto. Numa reunião na cidade de Cacoal foi formado um conselho com sete combatentes de Santa Elina, para levantamento dos nomes e retomada do processo pelo advogado.

2. Luta política: A luta política tinha como objetivo propagandear a luta pela indenização dos combatentes em todo o país e a nível internacional, como forma de pressão aos políticos e autoridades, para que paguem a indenização. No II Congresso da LCP em 2001 várias entidades de trabalhadores de Rondônia e outros estados, que estavam presentes assumiram uma campanha de divulgação da luta. A manifestação de fechamento da BR foi uma importante luta de divulgação e chamou a atenção de todo o estado para a causa dos Combatentes de Santa Elina. Mas não teve prosseguimento. Em julho de 1998, por decreto lei, foi criada uma pensão vitalícia para as vítimas fatais de Corumbiara, mas apesar de muitas

²⁷ Também chamado pelos camponeses de Assentamento Pequena Vanessa, em homenagem à criança que morreu no conflito.

²⁸ Os camponeses relatam que o Ato foi realizado em frente ao STR de Corumbiara. O presidente do Sindicato a época, membro da FETAGRO, não deixou que o ato se realizasse nas dependências do sindicato alegando que teria de consultar antes a diretoria, gerando revolta nos combatentes de Santa Elina. Muitos quiseram incendiar o local. Participaram as vítimas de Corumbiara e Theobroma, além de professores, advogados e da LCP.

famílias já terem entrado com o processo na justiça requerendo a pensão, nada foi feito, os órfãos e as viúvas continuam desamparados. Enquanto isso, a lei continua letra morta. Apenas as famílias dos policiais foram beneficiadas.

3. Luta pela saúde: Em maio de 1998, trinta e quatro pessoas dos assentamentos Lagoa Nova, Santa Catarina e Rio Branco, todos no município de Theobroma, foram examinadas por dois médicos indicados pelo promotor de Jarú, Rudson Coutinho, e eis algumas seqüelas constatadas: olho esquerdo lesionado; mialgias torácicas; conjuntivites crônicas; otite crônica; artrose de coluna; artrose de membro inferior direito; artrose de coluna vertebral; hérnia hinguinal direita; hérnia hinguinal esquerda; infecção renal crônica; surdez; deformidade estética; dificuldades respiratórias; dificuldades de locomoção. Segundo os médicos que examinaram estes pacientes, essas lesões são compatíveis com a história de agressão. A maioria destas pessoas nunca fez tratamento adequado por falta de condições financeiras e falta de apoio das autoridades (CODEVISE, 2007).



FOTO 6: Dona Alzira, uma de nossas entrevistadas, há anos luta para realizar tratamento de trombose após as inúmeras torturas pelo corpo, golpes de facão e moto-serra no dia do conflito. Theobroma: 21/06/2008

O contato com o *CODEVISE* durante todo o ano de 2006 nos fez ouvir muitos relatos ainda não registrados dos camponeses. Chamou-nos atenção o fato que os camponeses afirmam que morreram muitas pessoas no conflito, principalmente jagunços. Os relatos são

feitos de forma restrita por que muitos, ainda hoje atuando no Movimento Camponês Combativo, não gostam de se expor e as informações são contadas apenas para pessoas mais próximas a quem eles confiam. Nossa proximidade com estas famílias facilitaria uma investigação mais precisa e com elementos ainda não registrados que podem servir para escrever uma *outra história* de Santa Elina.

4.1 - O “Massacre” de Camponeses

O conflito ocorrido em 9 de agosto de 1995 na fazenda Santa Elina foi pesquisado pela Prof^a Helena Angélica de Mesquita e foi tema de sua tese de doutorado defendida em 2001 na USP. O trabalho de Mesquita é importante para compreender o conflito ocorrido e é rico em detalhes sobre os desdobramentos ocorridos na apuração dos fatos, no inquérito policial e no Júri que condenou as lideranças camponesas. A pesquisadora considerou que “ficou evidenciado que os camponeses é que pagaram muito caro por terem sonhado com o acesso a terra” (MESQUITA, 2001, p. 13).

A tese citada nos forneceu elementos para compreendermos o cenário em que se desenvolveu o conflito, os principais sujeitos envolvidos e o tratamento dado pelo Estado aos conflitos agrários. Mas o foco de nossa pesquisa está não apenas em identificar as ações do latifúndio e do Estado ao seu serviço, mas em compreender de que forma se deu a resistência armada dos camponeses e os desdobramentos daquela luta travada em 1995.

O “massacre” de Corumbiara ficou conhecido, sobretudo, pela ação truculenta da Polícia Militar de Rondônia que agiu conjuntamente com pistoleiros contratados pelos latifundiários da região. Uma operação de guerra, que utilizou todo o aparato militar que estava ao alcance da PM. Segundo Mesquita (2001, p. 104) as armas eram: cento e setenta e cinco revólveres calibre 38; doze escopetas de calibre 12; cinco metralhadoras de 9 mm; quatro pistolas; cinco mosquetes calibre 7,32; e cinco carabinas, que foram as armas do 3º Batalhão da PM. Não há informações das armas do COE (Comando de Operações Especiais), das armas ‘particulares’ usadas por policiais e do poder belicoso dos pistoleiros.

Do lado dos camponeses há conhecimento de dois revólveres, sendo um de calibre 38 e outro de calibre 22, além de várias espingardas de caça, além de instrumentos usuais de trabalho como foices, facões e motosserras e algumas “bombas de fabricação caseira” feitas com “bambu recheados de pregos, parafusos, pedrinhas, pólvora com pavio de trapo” (MESQUITA, 2001, *idem*).

Foi uma covardia muito grande e também um golpe muito sujo o que aconteceu naquela madrugada do dia nove de agosto de 1995. Depois de

prometerem que nós poderíamos tomar a decisão de sair em 72 horas. Nos enganaram. O major Ventura e mais 15 comandantes da PM, antes de propor o que achávamos ser um acordo, largaram os armamentos e ainda acenaram com bandeiras brancas. Tudo farsa, crocodilagem, covardia brutal. Todo o povo acampado foi descansar, achando que realmente teríamos 72 horas para decidir. Eis que voltam, de surpresa, às 3h da madrugada, com centenas de soldados fardados e mais outras dezenas de jagunços, todos fortemente armados. Muitos deles também usavam roupas da PM. E chegaram jogando muitas bombas de gás lacrimogêneo, apavorando todo mundo, mulheres e crianças, principalmente. Um horror, muita gritaria. Eu mesmo parti para a reação com uma moto-serra, outros com foice, machado, espingardas velhas, o que tínhamos à mão. Depois de tanta confusão, ninguém se entendendo, uma situação indescritível, tudo escuro, praticamente não se enxergava nada. Depois de me balearem, me amarraram e me espancaram, a exemplo de outros companheiros. (POLACO)

Inúmeros relatos foram denunciados por organizações de Direitos Humanos, pela Igreja e movimentos camponeses. A imprensa tratou de dar ampla divulgação às atrocidades, criando um clima de horror e desconforto.

Os laudos da necropsia desmentem a tese de emboscada, alegada pelo comandante da Polícia Militar: seis dos mortos receberam tiros nas costas; vários deles foram baleados na cabeça, vários alvejados a curta distância, indicando execuções. Vários feridos testemunharam uma execução, a pauladas e coronhadas, de um posseiro já rendido, portanto, sob custódia da polícia.

Um dos mortos estava absolutamente irreconhecível, com a sua estrutura craniano-facial totalmente destruída e deformada por grandes ferimentos abertos (...) ²⁹

Se por um lado criou-se um clima de indignação, a ação da PM teve também o papel de intimidar as ações dos camponeses sem-terra em ocupações de latifúndios. Em Vilhena, o presidente do INCRA, à época, Brasília de Araújo Neto, desestimulou as ocupações porque "os assentamentos dos acampados não são prioridade do Ministério da Agricultura". Este discurso se repetiu em todas as esferas do governo e com grande ênfase a imprensa afirmava que não era possível que "outras Corumbiaras pudessem ocorrer", não pela ação estatal em fazer reforma agrária, mas pelo fato de chamar a atenção dos camponeses para que não ocupassem terras.

A tese de Mesquita (2001), das folhas 113 a 123 descreve a ação da polícia e de pistoleiros na madrugada de 9 de agosto. São cenas de horror, na maioria das vezes contadas com choro e muita tristeza. Gente que tinha quase nada e acabou perdendo o pouco que tinha.

²⁹ Texto publicado nos seguintes jornais: Gazeta Mercantil 10/08/95; Correio Brasiliense 10/08/95; FSP 10/08/95; JB 10/08/95; ÔESP 10/08/95; O Popular (Goiânia) 10/08/95; Zero Hora (POA) 10/08/95; Correio do Povo (POA) 10/08/95; Diário da Amazônia 10/08/95; O Estadão 10/08/95; Alto Madeira 10/08/95; Também reproduzido em: Setor de Direitos Humanos do MST, São Paulo 21/08/95; Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Brasília 16/08/95 (CPT, 1998).

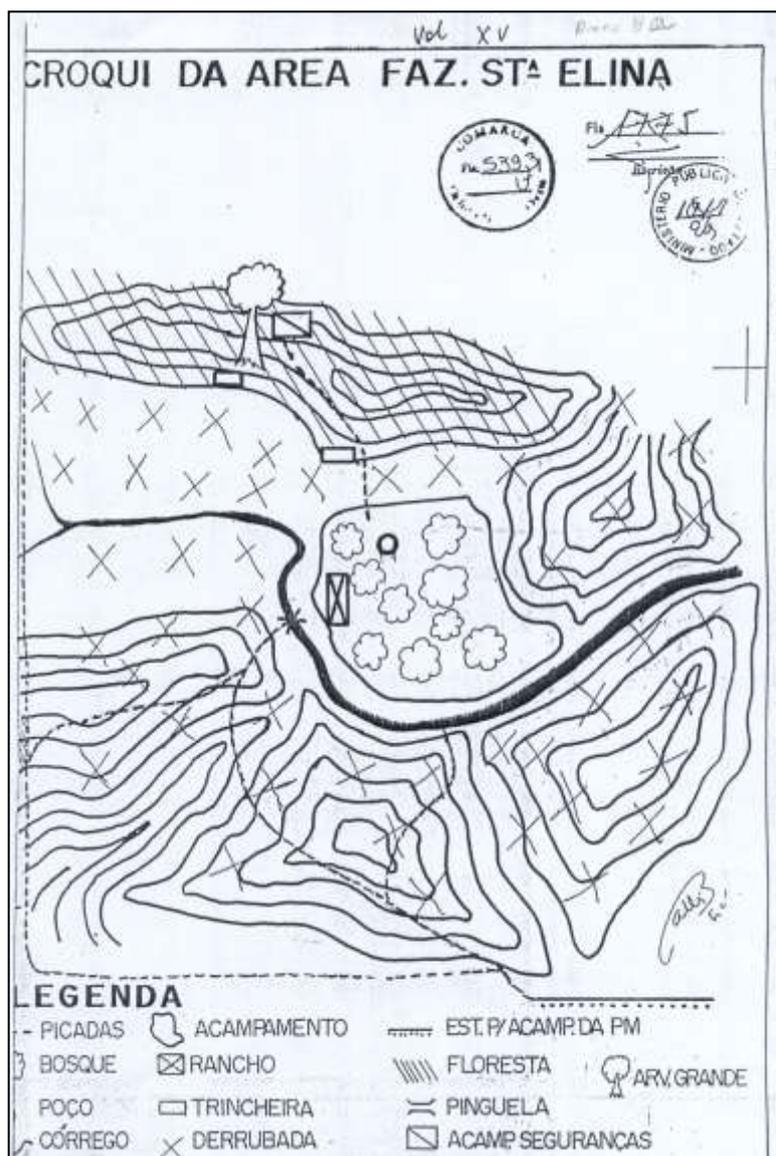
Os que tiveram parentes e amigos executados. Os que foram humilhados e obrigados a todo o tipo de tortura física e psicológica.

Não queremos aqui reproduzir os mesmos relatos. Mas no conjunto de entrevistas que realizamos as cenas são contadas às vezes de forma inesperada. São imagens que estão gravadas na memória dos que ali estavam. Memórias como a da criança assassinada, Vanessa, de companheiros mortos durante o conflito. Do desespero de mulheres e crianças. Gritos de dor dos que eram atingidos e torturados. Destacamos entre o conjunto de depoimentos, alguns que consideramos mais contundentes.

Eu saí... Avisei o pessoal e voltei pra segurar a minha terra... No dia 09... três e meia da madrugada eu vi um foco ali na copa da figueira... Um foco de celebrim... Eu falei... Quem tiver que correr que se dane porque eu não vou correr não... eu me misturei com pessoal e pensei... Se tiver que morrer um não morro sozinho... E aí quando foi 4 horas foi aproximando, chegaram riscando *binga* igual vaga-lume.. E foi reunindo e meia hora depois começou o tiro... Aí eu fiquei pensando... e começaram a bombardear... Então eu pensei que era despejo... Porque em outros lugares foi diferente... a polícia as vezes vem até com educação... Aqui chegaram antes de amanhecer e pra mim aquilo não era polícia... Era só jagunçada... Quando a gente ta aqui a gente espera a polícia... e não jagunço... aí começou o tiroteio... Uns se defendia se arrastando pelo chão... Se escondendo atrás do fogão... Os caras estavam gastando bala como se tivesse achado no mercado... era rajada de metralhadora e tiro de escopeta... Era muito tiro...

Eu peguei... Dei a volta... E o cara me mandou deitar... Ele tava com uma 765 e saiu atirando, mas não atirou pra me acertar... Eu saí rastejando até chegar na farmácia... Aí eu fiquei debaixo dos pés dele... Aí ocuparam onde nós tava... E já tinha gente morta... Muita gente... Que eu vi mesmo... Os que diziam que conhecia um policial... Eu escutava morrer... Eu fiquei com a cara no chão... Um policial me conheceu e falou... - eu conheço esse cara aqui... ele trabalha de pedreiro e é meu vizinho o que ele ta fazendo aqui? Ele falou pro comandante... Pro chefe dele... Eu não quis olhar pra ele... Com medo de morrer... Ali eles batiam de martelo... Cortava de moto serra... Do meu lado... De vista eu presenciei gente morta depois de seis horas debaixo do pé dele... Que eu vi um assim... e o Marronzinho.... O Raibam... Que tava todo metralhado... (GRANDÃO)

Além da grande quantidade de armas, os relatos apontam para uma estratégia militar por parte da PM de isolar o acampamento e iniciar uma estratégia de cerco. Tudo foi esquematizado por meio das imagens realizadas pela imprensa, no dia 8, que identificou os pontos de segurança e toda divisão interna do acampamento. Também a PM, através do capitão Mena Mendes, sobrevoou a área e fez um croqui que consta nos autos do IPM e que serviu de base para as ações. Tinha-se um conhecimento geográfico completo do local e os pontos onde se concentraria uma possível resistência dos camponeses.



Fonte: MESQUITA, 2001, p. 278.

É recorrente o estudo geográfico em qualquer ação militar. A cartografia seria então uma “representação geográfica por excelência”. Inicialmente utilizada por militares, já vem há muito tempo utilizada pelo Estado e a seu serviço, enquanto “instrumento de poder” sobre o “espaço e as pessoas que ali vivem” (LACOSTE, 1988, p. 23).

Este instrumento serviu de base para as ações executadas pelos militares e pistoleiros contra os camponeses que estavam acampados:

Pra mim não existe uma coisa que me dá mais remorso do que aconteceu... De eu carregar um companheiro meu de 85 kg nas costas derramando o sangue dele em mim... E ver o companheiro comendo o miolo do outro, que nem eu vi... Eu vi quatro companheiros que eu vi comendo miolo, eu vi com meus olhos... Que é uma coisa que eu nunca vi. Que até hoje me dá remorso de falar uma coisa dessas... E eu vi companheiro que não usava um

canivete... Que não tinha coragem de matar um frango... Morrer matado... Companheiro com a mão calejada... Tudo sofrido, com a mão calejada de tanto penar pra adquirir um pedaço de chão pra tratar a família... O bandido chegar e matar... Junto com a polícia... A COE... A civil... Aquela mistureira... Jagunço... Jagunço foi os que chegaram primeiro que chegou de noite... Igual macaco... Quando nós fizemos a derrubada ao redor né?! A gente tava sem dormir, já esperava aquele momento... Né?! Eles vieram na frente... Já veio dando tiro. Já veio matando... Se eu for contar essa história do começo ao fim... É quase um dia... Igual eu contei lá em Brasília... Do meu começo, do meu trabalho, dos meus companheiros, do modo como a gente trabalhava...

(...)

Aí as quatro e meia da manhã a gente tava acordado, não podia dormir... Com medo de ser atacado... Não podia sair... Aí a gente ficou prevenido com o foguete na mão... Por que se fossem atacar dava o sinal pra avisar os companheiros... E aí quando deu 4:30 da manhã lá vem os jagunços no derrubado, pulando galho por galho aí começou o tiroteio... Eles mesmo se matando... Por que eles fizeram um feixe igual quando pega um passarinho... E nós só tínhamos foice, enxada e machado no acampamento... Aí eles fizeram um círculo quando chegaram ao acampamento... Já acabando de clarear... Aí bala trocada... Aí mataram o comandante... Nós já tava pego... Deitado com a cabeça no chão... Eles mesmo que mataram... A gente tava deitado... E pancada pra todo lado... Já tinha companheiro morto... Tinha um companheiro deitado na minha frente... E eu nervoso mordi o pé dele... E o pé tava gelado... Já era morto... E um lá atrás deitado com a mão na nuca... E tinha um atrás dos meus pés... E eu empurrei com o pé e ele virou... Tava morta... Não dava pra ver direito por que se levantasse a cabeça eles matavam...

Agora daquele momento... Eles botaram a gente pra levantar... Cada um pra pegar um cadáver... Aqueles que não pegaram um cadáver pegaram um que tava desmaiado... Eles jogavam na cacunda os feridos, as foices, moto-serra e falavam: se cair nós mata... Seus porcão, seus vagabundo... Eles tavam junto com a polícia... Fardados... Tinha polícia de Cerejeiras, Corumbiara... Colorado... E a COE junto... Aí nós jogamos o defunto nas costas e fomos pro lado do carro... O cara despejando sangue em mim... Chegando lá um falou... – não passa a mão na viatura... Eu já tava desejando a morte... E passei a mão na viatura e ficou a marca dos meus cinco dedos... E joguei o defunto em cima do caminhão... Foi quando eu senti o chute nas costas... E eu caí desmaiado... E eles foram pra Colorado... Com caminhão cheio de morto e ferido... Quando chegou a colorado... Pra ficar preso na cadeia... Tinha que tirar a calça e a camisa... Quando a gente tirava... Eles batiam de pau nas nossas costas... Fui eu e outros companheiros meu... Eles quebraram a gente no porrete... E desovavam a gente lá dentro... E tinha uns 40 e só tinha um chuveiro... Tudo ensangüentado... Tomando banho de cueca... E eu fui ficando... No outro dia chamaram um por um... E ia pra ‘disciplina deles’ e enchiam de bordoadas pra dizer quem era os líderes ou quando não iam com a cara de alguém... Eles já metiam o pau... Teve uma hora que eu pedi a morte e falei... – me mata!... O que vocês tão fazendo eu não mereço isso, sou um trabalhador, nunca fiz mal a ninguém, puxa a minha ficha e vê que eu não tenho nada... E meu povo me procurando... Dentro da delegacia... Depois que foi pra sair deram uma calça... E carimbaram a gente nas costas... Levaram nós pro ginásio e eu sentia que ia cair... E desmaiar... Foi quando

eu senti uma injeção... Eu vi um padre... E outras pessoas que tavam ajudando... E eles perguntavam os nomes pra passar pros parentes... (JOÃO)

O relato de João foi um dos mais emocionados. Ele tremia ao lembrar as horas sofridas de terror. Mas o que mais o indignava e exaltava no relato era a humilhação a que passou ao ponto de pedir pra ser morto, pois as torturas não cessaram mesmo após estarem presos na delegacia de Colorado D'Oeste. Um dos companheiros de João, que este vira sendo obrigado a comer o cérebro de um defunto, chama-se Paulo e foi apelidado pelos sobreviventes de “Zé Miolo”. Muitos sobreviventes carregam além das marcas no corpo, o sofrimento psicológico e financeiro, já que muitos recorrem ao pouco que têm para a compra de remédios quando estes não estão disponíveis em unidades públicas de saúde.

O governo do Estado, o governo Federal, o INCRA, enfim todos os órgãos estatais, direta ou indiretamente envolvidos passaram a lamentar o incidente ocorrido, buscando justificar de alguma forma o que aconteceu em Corumbiara. Troca de acusações, relatórios diversos, comissões de investigações e a acusação de ações de guerrilha entre os camponeses.

O comandante geral da PM, Coronel Wellington Luiz de Barro, proferiu entrevista na cidade de Colorado D'Oeste em 10 de agosto de 1995. A entrevista completa do coronel foi transcrita por Mesquita (2001, p. 129, 130 e 131). Reproduzimos trechos da entrevista que apontam por meio das palavras do militar todo o ódio aos camponeses que se põem em luta pela terra. Como cães de guarda da propriedade privada, agiram e “cumpriram o dever”. Vejamos:

A nossa polícia militar esteve presente no local com dedicação, com destemor, com coragem, com vibração, e nós ocupamos a área, taí uma resposta da Polícia Militar para que as pessoas não participem mais desses eventos. Os organismos do estado e da união estão mobilizados para ajudar essas pessoas que realmente precisam. Essa indústria da invasão ela deve acabar no nosso país, não só aqui em Rondônia, mas no nosso país. (...)

E hoje nós temos um saldo aí de dois mortos na nossa Polícia Militar e onze policiais feridos. Nós temos do lado dos civis 9 mortos, 53 feridos, 355 presos, 36 armas longas de fogo apreendidas com essas pessoas, 42 armas brancas, material de guerrilha, eles usaram uma verdadeira guerrilha. Nós fomos de coração aberto e prontos para enfrentar apenas posseiros, nós chegamos lá e enfrentamos realmente elementos fortemente armados, preparados e com excelente pontaria. Então a Polícia Militar, apesar de ter sido surpreendida por essa operação nós conseguimos vencer. Vencer graças ao amor dos nossos policiais, a dedicação e a coragem do major Ventura, dos policiais aqui do 3º BPM, dos policiais de Colorado, de Cerejeiras, dos Policiais Militares da Companhia de Operações Especiais de Porto Velho que aqui estiveram. E assim eles executaram o seu dever e a sua obrigação, como assim eles juraram na sua formação de dar a própria vida se preciso fosse e assim eles deram. (...)

Questionado sobre os excessos da ação da PM, o comandante geral da PM, sequer justificou a ação realizada à noite, depois de haver um acordo entre os chefes da operação com as lideranças do acampamento, realizada na tarde do dia oito e que previa a desocupação no outro dia. Ao contrário disso, o militar defendeu a ação da PM, enquanto “ação limpa” e “ação enérgica” para dar “tranqüilidade” às pessoas:

Exagero, meu Deus do céu, exagero? Nessa hora? Exagero de quem? Da Polícia Militar? Não. Eu não comungo com essa idéia, não aceito essa posição porque agimos no cumprimento, no estrito cumprimento do dever legal de cumprir uma determinação judicial. E nós fomos emboscados, nós recebemos toda uma saraivada de tiros em cima dos nossos policiais. Taí o resultado. A COE quando entrou no campo estava totalmente minado por atiradores de escol, atiradores preparados para matar e não posseiros. Ali existiam elementos que estavam atirando em nós. Porque a Polícia Militar cometeu excessos? Essa é a pergunta que eu faço. Pra quem está fora da área de combate é fácil criticar hoje a Polícia Militar. Agora, os nossos policiais têm a certeza e tem a confiança no comandante, que tem porque cumpriram a determinação e foram homens de coragem, de lealdade e destemidos do perigo. Taí o resultado. (...)

Mas a ação da Polícia Militar foi uma ação limpa, uma ação enérgica, uma ação que dá tranqüilidade as pessoas do nosso Estado no ir e vir de cada dia.

A ação “enérgica” da PM em conjunto com os pistoleiros que comprovadamente atuaram no conflito resultou na morte de mais de uma dezena de camponeses: 1) Vanessa dos Santos Silva³⁰ (de apenas 7 anos), 2) José Marcondes da Silva (51 anos), 3) Ari Pinheiro dos Santos (33), 4) Ercílio Oliveira Campos (41), 5) Alcindo Correia da Silva (55), 6) Odilon Feliciano, 7) Enio Rocha Borges, 8) Nelci Ferreira, 9) Maria Bonita³¹ e 10) Sérgio Rodrigues Gomes³². Na lista dos mortos, a CPT incluiu mais três nomes, Oliveira Inácio Dutra, morto em 02/11/95, no Hospital Regional de Vilhena, com acidente vascular cerebral, em consequência das lesões sofridas no conflito e Jesus Ribeiro de Souza, morto em 29/11/95. O atestado de óbito expedido pelo cartório de Corumbiara da como causa da morte "o conflito de sem terra com PM". O jovem Darli Martins Pereira, de 18 anos que continua “desaparecido” até hoje.

Além dos camponeses assassinados durante o conflito, os que morreram em consequência deste e os considerados desaparecidos; também foi assassinado o vereador de

³⁰ A criança assassinada foi sepultada sem a presença dos pais, detidos em Colorado D'Oeste. Dona Maria, mãe da Vanessa, teve muita dificuldade para recuperar o corpo da filha para ser enterrado no patrimônio do Guarajus, onde residiam anteriormente.

³¹ Maria Bonita: ela também foi mais uma das vítimas assassinadas no dia 09 e agosto de 1995, em Corumbiara. Não foi identificada e foi batizada pelos companheiros de luta com o nome de uma mulher lutadora da história do povo brasileiro

³² Sérgio Rodrigues Gomes foi visto sendo levado em uma Toyota. Retirado do campo de futebol onde estava preso junto a centenas de posseiros e seu corpo foi encontrado quinze dias depois no Rio Tanaru a 70 km do local em que fora preso (MESQUITA, 2001, p. 36).

Corumbiara Manoel Ribeiro, o Nelinho. Os indícios apontam que a morte de Nelinho tem origem em seu apoio aos camponeses que ocupavam a fazenda Santa Elina. O mentor do assassinato de Nelinho, o também vereador Percilio Antônio de Andrade (PMDB), sendo este um dos que testemunhou em favor do fazendeiro Antenor Duarte (MESQUITA, 2001, p. 146).

Segundo dados da imprensa e das vítimas do conflito foram “16 camponeses mortos e ainda há sete pessoas desaparecidas”. Em uma manifestação em frente ao palácio do Planalto, em 10 de agosto de 2007, as vítimas do conflito solicitavam audiência com o presidente Lula, para solucionar o problema das indenizações. O Jornal *A Tarde*, publicou o seguinte texto:

De acordo com os trabalhadores que aguardam em frente ao palácio, o número oficial de mortos no massacre é de 16 pessoas e há sete desaparecidos. Para os agricultores, entretanto, o número de mortos pode ter passado de 100, pois, segundo eles, muitos mais teriam sido mortos por policiais e jagunços e enterrados sumariamente. Antonio Urias contou que na delegacia de polícia do município foi torturado com choques elétricos na orelha e recebeu pancadas na altura do quadril. (*A TARDE*, 10/08/2007)

Analisando todo o discurso produzido não é incomum a ação realizada pela PM para garantir o “direito à propriedade”. O Estado não está acima do “bem” e do “mal”, ao contrário, exerce sua ação para assegurar a dominação. Há todo um discurso que apresenta o problema da concentração de terra, renda e poder como sendo um ‘desvio’ do capitalismo, que gera “excluídos”. Para Martins, este tipo de análise que inclui as categorias “excluído” e “exclusão” é de “orientação conservadora”, pois “não tocam nas contradições” (MARTINS, 2002, p. 35)

Um estudo jurídico sobre a história do MST e sua influência na constituição de 1988, aponta que o princípio utilizado, neste tipo de procedimento é o da *lex, sed lex* (a lei é dura, mas é a lei), onde “o Direito, reduzido a texto, à lei meramente formal, não foi capaz de impedir as mazelas do Estado Liberal Burguês”. A promessa de igualdade de direitos, “garante na realidade, os interesses de uns poucos detentores do poder, principalmente aqueles detentores do poder econômico e que participam da elaboração das leis”. É o que ocorreu em Corumbiara. (LAUREANO, 2007, p. 171). Oliveira complementa este mesmo raciocínio e vai mais além:

Os camponeses sem terra são os novos presos políticos do Brasil da modernidade. Assim, a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando as avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história, mas, contraditoriamente, não ser

compreendido pelas elites e em grande parte pela mídia, e mesmo por muitos intelectuais. (OLIVEIRA, 2007, p. 154)

Na verdade é esta a essência do capitalismo, que é a de defender pela força os “direitos de propriedade”, enquanto um conjunto de idéias que justificam como de interesse geral os interesses particulares da classe dominante. Isto se dá através do Estado, como “a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominam” as demais classes (MARX & ENGELS, 1989, p. 70).

4.2 - O “Combate” de Santa Elina

Antes de iniciarmos nossa abordagem sobre a resistência camponesa no conflito da fazenda Santa Elina é preciso destacar o conjunto de sentimentos apreendidos quando da conformação do acampamento na fazenda Santa Elina. Os relatos são de otimismo e satisfação de conquistar a tão sonhada terra.

Nas entrevistas que realizamos buscamos identificar a origem dos camponeses e camponesas que ocuparam a fazenda, bem como sua trajetória no Estado de Rondônia. Todos os entrevistados são migrantes que vieram para Rondônia à procura de terra. A maioria vinda do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Alguns já haviam peregrinado pelo Mato Grosso e se fixaram na região, trabalhando em fazendas ou esperando lotes do INCRA, permanecendo por muitos anos nas cidades Cerejeiras e Colorado D’Oeste.

Eu sou do Espírito Santo... a gente veio pro Mato Grosso... e depois pra Rondônia em 1984... O meu pai faleceu no Mato Grosso aí vim eu e minha mãe e viemos pra Cerejeiras... Aí ela adoeceu e foi pra Goiânia e tivemos que vender um pouco de gado que a gente tinha e depois a gente teve que vender a terra... (MATEUS)

Sou natural da Bahia e cresci em Minas... (ELA), eu sou maranhense (ELE), viemos do Pará pra Rondônia no dia 6 de outubro de 1983... Chegamos a Porto Velho, fomos trabalhar numa fazenda, na estrada de Humaitá, distante 30 km... aí fomos direto pra Colorado pra trabalhar de caseiros... Meu marido estava com 50 anos... Daí fomos embora pra Corumbiara em busca de terra em 1984. Ficamos próximo a um distrito chamado Rondolândia, trabalhando à meia... Soubemos da ocupação da Vitória da União... Aí ele conseguiu um lote... mas ele adoeceu de Hanseníase... aí tivemos que vender o lote... Depois que melhorou, voltamos e aí continuamos plantando à meia... (ALZIRA e JOÃO)

Em muitos casos, alguns já vinham de outras experiências de ocupação, mas que não conseguiram lotes. As ocupações do Verde Seringal, Vitória da União e mais recente ao período do conflito, a ocupação e conquista da terra na fazenda Adriana enchia de otimismo os camponeses. A experiência e credibilidade das lideranças da ocupação também contribuíram para a mobilização:

Outro fator muito importante do sucesso da mobilização foi a credibilidade que os mobilizadores tinham junto à comunidade. Adelino Ramos foi figura importante na ocupação que resultou no PA Adriana, inclusive era assentado ali. Cícero Pereira Leite Neto também era pessoa conhecida e tem muita facilidade de comunicação. Os dois fizeram parte da coordenação do MST sendo que Cícero chegou a fazer parte da coordenação nacional. Junto aos dois ainda estava Claudemir, filho de Adelino, o Prof. João³³, secretário do STR de Corumbiara e outras pessoas, moradores do PA Adriana. (MESQUITA, 2001, p. 86)

Não é objeto deste trabalho estudar o histórico da luta pela terra em Rondônia. Mas é preciso destacar que as primeiras ocupações organizadas de terra, foram surgir a partir da organização do MST em Rondônia, que realizou sua primeira ocupação em 1987 no município de Jaru com 280 famílias. Esta ocupação foi dispersa, pois a área ocupada tinha grande foco de Malária (SOUZA, 1994).

O MST organizou então sua segunda ocupação no Município de Espigão D'Oeste, no ano de 1989 com cerca de 140 famílias na área denominada "fazenda Seringal". A ocupação ficou conhecida como 25 de julho, data em que acamparam na área. A fazenda já estava sendo desapropriada e lá foram assentadas mais de 300 famílias. É neste cenário que se dá a ocupação da fazenda Adriana, no mês de julho de 1990, com 53 famílias organizadas por lideranças do MST (SOUZA, 2004, p. 94).

Alguns entrevistados relataram com uma riqueza de detalhes este processo de ocupação, e foram mais além, apontando de como surgiu a idéia de se ocupar a fazenda Santa Elina. As motivações gerais são as já relatadas, mas as motivações das lideranças surgiram quando da divergência com a direção do MST em Rondônia.

Em outra região de Rondônia, havia tido uma ocupação de terra importante também, que era em Espigão D'oeste, que hoje é área que eles chamam de 25 de julho. Foi uma tomada bastante grande também, lá é conhecido como Seringal também, essa área de Espigão, foi uma ocupação de trezentas e poucas famílias. Foi bastante violenta, ou seja, houve vários confrontos com pistoleiros, inclusive resultando mortes de pistoleiros, na época de um desses confrontos que foram mortos dois pistoleiros, inclusive houve uma intervenção muito forte da polícia militar do estado de Rondônia, da própria polícia federal que deslocou helicóptero para a região, houve um cerco todo na cidade de Espigão D'Oeste, pra procurar as pessoas que estariam envolvidas na morte desses pistoleiros, desses jagunços, e houve uma repressão grande. Dessa repressão grande que houve nessa época lá em Espigão, surgiram algumas lideranças que despontaram na defesa do acampamento, na direção das famílias que estavam lá, algumas dessas lideranças eram do MST, e já nesse acampamento houve uma divergência grande na condução do acampamento. As divergências que existia nessa direção do MST, era divergência não tanto sobre linha, mas sobre o método de fazer as coisas, a gente vê o que, romperam mais por querer criar um

³³ Também conhecido como "Ziquinho".

movimento onde eles fossem “os cabeças”, os dirigentes, do que ficar num movimento que eles não tinham essa condição. Então, na época, era o Dinho, né?! Outros companheiros, que depois inclusive tiveram na fundação da Liga dos Camponeses Pobres também vieram desse processo de rompimento com o MST, e um pouco uma tentativa de mostrar que eram mais radicais do que o MST, foi a própria questão de puxar a ocupação da fazenda Santa Elina. A maioria das lideranças que tiveram em Santa Elina, o Dinho e outros companheiros, eles já vieram desse processo de Espigão, de uma ruptura com a direção do MST e uma busca sem saber de qual caminho seguir na questão da revolução no campo, na questão da luta pela terra. E fundiram com outras lideranças que existiam em Corumbiara, pessoas que já tinham participado de lutas ali, na região da Vitória da União, do Adriana, juntaram aquelas lideranças, e começaram mobilização pra fazenda Santa Elina. Que aí como eu tinha colocado, atingiu ali principalmente Corumbiara, Cerejeiras, as linhas, mas também outras cidades: Vilhena, Colorado mesmo, né?! No conjunto daquelas cidades foi feita a mobilização. (ROBERTO)

A fazenda Santa Elina foi ocupada na noite do dia 14 de julho de 1995. Por medida de segurança o local não foi divulgado, sendo realizado um trabalho de “contra-informação” de divulgar através de panfleto distribuído à noite que a área se localizava na região do Vale do Guaporé. As famílias foram orientadas a levar mantimentos para mais de um mês e os caminhões que os transportariam somente se deslocaria à noite em pontos pré-definidos.

Este tipo de tática é comum em mobilizações de acampamento para evitar qualquer confronto prévio com pistoleiros, e no caso a região era tida como uma das mais violentas e perigosas por conta da organização dos latifundiários e suas milícias armadas. A fazenda Santa Elina foi escolhida em função de notícias que haviam sido publicadas na imprensa local, afirmando que a área não estava regularizada (MESQUITA, 2001, p. 91).

As informações obtidas pelos camponeses foram confirmadas pelo próprio INCRA posteriormente ao conflito, que divulgou nota a imprensa. É de se estranhar a omissão desse órgão em dar qualquer informação sobre a situação jurídica da fazenda quando os camponeses a ocuparam, sob a alegação de não ter condições de vistoriar os lotes vendidos.

Segundo o secretario adjunto do INCRA-RO, Carlos França, a desapropriação da Fazenda Santa Elina é viável porque a fazenda ainda pertence à União. Eles afirmam que o atual documento de posse da fazenda é ilegal, por que resulta da aquisição de nove lotes de 2.000 ha. vendidos em 1972 e 1975 a empresários para a implantação de projetos agropecuários. "Esses empresários beneficiados com a licitação das terras só poderiam repassá-las com autorização do INCRA, o que não ocorreu". Sem a concordância do INCRA e nula a documentação da fazenda, regularizada em cartórios de Rondônia. Isso porque os primeiros beneficiados possuíam apenas documentos provisórios da fazenda. Então, o governo federal poderá decretar a desapropriação do imóvel por interesse social e mover ação para converter as terras de volta ao domínio da União. Ainda segundo Carlos França, a irregularidade da Santa Elina pode ser observada na maioria dos 1,2 milhão de hectares (10% de Rondônia) vendidos a preços simbólicos para incentivar o desenvolvimento do Estado. O secretario adjunto do

INCRA reconhece que o INCRA também é culpado pela irregularidade, pois nunca teve condições de vistoriar os milhares de lotes vendidos. Familiares do pecuarista Hélio Pereira de Moraes, informam que ele comprou a Santa Elina em outubro/94, após verificar com advogados a legalidade da documentação. (O Estado de São Paulo, 22/08/95; Folha de São Paulo, 22/08/95; CPT, 1998)

Entre 150 a 200 famílias deram início à ocupação. Elegemos apenas alguns relatos, pois as informações são confirmadas pelos primeiros ocupantes da fazenda, além das demais pesquisas realizadas sobre o conflito.

Eu fui um dos primeiros cinco homens que foi para área... A gente ficou três dias antes dos caminhões chegarem... Dando cobertura... Tinha pistoleiro na área, mas onde a gente estava não tinha... Na entrada não deu problema por que os caminhões entraram tarde da noite... Eu fui sozinho por que não tinha como levar família... Aí depois que entrou o pessoal foi que eu levei minha esposa... Foi a minha primeira ocupação... Marinheiro de primeira viagem... (ANTONIO)

O camponês Antonio, que durante toda a estada no acampamento foi um dos membros da comissão de segurança, nos relata toda a movimentação e o cuidado com a segurança das primeiras famílias que adentraram na área. Como muitos ocupantes, Antonio só levou a família após se instalarem no acampamento. Mesmo sendo inexperiente em ocupações, seus companheiros relatam que ele era exímio caçador.

Além de solteiros que ocupavam área ou os casados que só posteriormente levaram esposa e filhos, muitas mulheres acompanharam seus esposos nesta jornada. Estes casais geralmente já não tinham mais onde morar ou residiam em fazendas, casas de parentes ou nos “mutirões”³⁴ de Cerejeiras, Corumbiara e Colorado D’Oeste. É o caso de Maria, que mesmo grávida de 7 meses acompanhou o esposo no primeiro dia de ocupação.

Eu entrei no primeiro dia que o povo entrou mesmo. Nós dormimos no pasto, só abrimos os colchões, a lua tava clara, nós só abrimos os colchões, e deitamos com os maridos e os filhos... Eram umas 150 famílias... Eram uns 5 caminhões de gente. Nós ficamos até umas 10 e meia... Tomando café e comendo mandioca... Eram muitas famílias, tinha muita gente só... Mas tinham muitos casais... Eu estava grávida de 7 meses... Foi no dia 14 de julho... As mulheres se organizaram logo quando chegaram... A gente chegou os homens já tinham roçado... Nós cavamos os buracos... E fizemos o almoço... Todo mundo almoçou lá dentro da mata... Foi muito unido

³⁴ “Mutirão” é o termo dado para os bairros pobres formados nos núcleos urbanos. Muitos camponeses se fixavam nestas “favelas”, onde deixavam suas famílias e passavam a viver de trabalhos em fazendas e pequenos serviços informais na cidade. Termo muito utilizado pela Teologia da Libertação, da Igreja Católica, é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. É uma expressão usada originalmente para o trabalho no campo ou na construção civil de casas populares, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema de rodízio. O nome “mutirão” foi mantido na denominação de bairros de várias cidades, entre elas Rolim de Moura e Ji-Paraná.

mesmo... Eu lembro como se fosse hoje... Eu tenho até saudade daquele dia... (MARIA)

Ao entrarem no acampamento o primeiro trabalho foi roçar o espaço, organizar os barracos e construir uma cozinha coletiva para o acampamento. O cuidado com a construção coletiva foi feito como ato pedagógico. Os mais experientes tratavam de incentivar os demais para a importância das atividades, realizadas coletivamente, como aprendizado, estratégia de sobrevivência e exemplo de ajuda mútua.

A questão da organização das famílias, logo que iniciou a ocupação era uma preocupação grande das famílias que tavam acampadas fazer tudo de forma coletiva. Então uma das primeiras coisas que foi feita, na ocupação, no primeiro dia, foi logo a cozinha coletiva que já foi pra resolver o problema da alimentação de todas as famílias que tavam acampadas ali. Foi feito um mutirão com a participação de dezenas de pessoas, foi rápida essa construção, por que tinha muita gente, e logo que construiu já teve uma celebração daquela construção. Era ali um início daquela atividade coletiva naquele acampamento. Fora a cozinha que foi a primeira atividade construída coletivamente, o primeiro marco de organização, era também o que? O funcionamento de comissões. Como era um acampamento muito grande, existia a necessidade de funcionar várias comissões, por que o número de pessoas era um problema pra questão, por exemplo, do saneamento, então se tinha uma comissão que cuidava especificamente de latrina, de saneamento, de não permitir que o local ficasse sujo, que acumulasse lixo, que era um problema que acarretasse doença, né?! (ZECA)

Como já afirmamos anteriormente, as origens dos ocupantes da fazenda Santa Elina são as mais diversas. Todos são unânimes em afirmar que perderam suas terras nos seus Estados de origem e que para cá vieram enganados pela propaganda governamental de que havia terra para todos. Há o caso também dos camponeses que quando aqui chegavam não tinham a idade necessária para conquistar o lote ou que posteriormente constituíram família e a terra dos pais era insuficiente para sustentar os filhos que iam nascendo.

Alguns eram mais ‘adiantados’ e já prevendo constituir família encaravam uma ocupação para ter o seu próprio ‘pedaço de terra’, seguindo o exemplo de seus pais que conquistaram a terra naquela região através de luta. Perguntamos a Roberto sobre quais eram as motivações dos ocupantes da fazenda Santa Elina, se vinham diretamente de outras ocupações, se eram sem-terra ou eram filhos de camponeses de outros assentamentos. Ele nos respondeu:

Havia os dois, aliás, vários casos, então tinham pessoas que os pais tinham terra na vitória da união, mas já eram jovens de uma idade de 20, 25 anos, alguns casados outros pensando em casar, e já as terras dos pais já não davam pra família toda, então já era uma segunda geração ali que tava em busca de terra, como se tinha também pessoas que nunca tiveram terra, e como a concentração ali era bastante grande e naquela época o emprego que existia na cidade era basicamente a madeira, então se tinha em Cerejeiras e

Corumbiara a extração de madeira era o que movimentava a economia, então a própria situação da economia muito frágil estimulava as pessoas a irem tomar terra. (ROBERTO)

Este estímulo a que se refere Roberto fez com que dezenas de famílias diariamente se mobilizassem para a ocupação. Constata-se toda a correlação de forças existentes na região, desfavorável para os camponeses, já que foi rápida a mobilização dos latifundiários no campo jurídico, político e através da própria imprensa. Como eram dissidentes do MST, as lideranças não contavam com o apoio desse movimento, da FETAGRO – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia e da própria CPT. Reunia apenas o apoio local de setores da Igreja católica e do pequeno Sindicato de Trabalhadores Rurais de Corumbiara. Mesmo com esta situação desfavorável, o comentário entre os camponeses era grande e muitos parentes passaram a ocupar juntos a área.

4.2.1. O cotidiano do acampamento e a experiência da coletividade

Lá o pessoal se organizava em grupos... Cada um tinha um coordenador... De limpeza, de cantina, pra fazer barraco, pra roçar mato, outros pra derrubar... Pra tudo tinha organização... Não era bagunçado igual outros acampamentos que eu já hoje... Ninguém nunca viu e nem vai ver um acampamento tão bem organizado... Pra se ter uma idéia da quantidade de pessoas... Teve uma vez que nós ganhamos quatro vacas e eu cheguei pra jantar e não tinha mais carne... Tinha muita gente... (COBRA CHOCA)

Cobra Choca era membro da equipe de segurança e nos informou que desconhece qualquer acampamento tão bem organizado como o da fazenda Santa Elina. Sobretudo, pela quantidade de famílias que chegaram a ocupar a área e que a cada dia aumentava. Ao chegar ao acampamento as pessoas eram ‘rebatizadas’ por apelidos para preservar suas identidades. “Para eles a utilização do pseudônimo, é traço cultural e é também uma necessidade, uma estratégia de sobrevivência” (MESQUITA, 2001, p. 139).

No princípio foi em torno de duzentas famílias, foi aumentando e chegou a 600 famílias. Algumas pessoas falam que tinha mais de 600 famílias, mas o que se tem de registro é que seriam seiscentas, em torno de seiscentas que fizeram cadastro e chegaram a acampar. (JUVENAL)

Sobre a quantidade de famílias, todos os relatos apontam para um número superior a 600 famílias acampadas. Por “famílias acampadas” é preciso considerar que se tratava de indivíduos que se cadastravam num controle interno do acampamento enquanto “requerente” de um lote. Isto quer dizer, que um camponês adulto, maior de 18 anos e solteiro era um requerente da mesma forma que um casal de camponeses, com vários filhos menores que estavam acampados na área. Em alguns casos, filhos adultos e seus pais eram requerentes separados, constituindo assim, mais de uma família.

Meu filho não conseguia emprego e disse que iria pra ocupação da Santa Elina... Aí quando eu fui visitar o acampamento eu gostei e resolvi voltar pra ficar... Juntei o que eu tinha, comprei um porco, coloquei na lata e arrumei as coisas... Quando a gente ia sair passou um caminhão de jagunços e a gente voltou... Num domingo o carro encostou, e saímos à meia noite pra ninguém pegar a gente... Eram 51 pessoas em cima do caminhão... Chegamos às três horas da manhã... Ouvimos fogos³⁵ e dentro do acampamento foi respondido... (JOANA)

Estima-se que até a data de 9 de agosto, estiveram no acampamento cerca de 2.300³⁶ pessoas entre adultos e crianças. Eram várias comissões e subcomissões que envolviam todas as pessoas que estavam no acampamento. Cada comissão indicava dois membros para comporem a coordenação do acampamento. Alguns relatos do cotidiano destas comissões:

As comissões que tinham de saneamento e limpeza, a comissão de creche, a comissão de alimentação, a comissão de Segurança, a comissão da arrecadação, que eu me lembro basicamente eram essas comissões. Isso envolvia todas as pessoas. Lá tinha a Comissão de Alimentação, que era uma e a de cozinha que era outra. A cozinha era uma comissão que envolvia muitas pessoas, não só mulheres como também homens, tinham vários homens que cozinhavam nessa cozinha, então como era muita gente era também um trabalho muito complicado, se cozinhar pra muita gente todos os dias... (OSVALDO)

As mulheres eram organizadas por grupos... Eram em grupo de 4 mulheres. Tinha os dias de elas cozinhas... Então se fosse amanhã... Hoje a gente escolhia o arroz e o feijão... Então como tinham poucas panelas... Tinham algumas mulheres só para lavar as panelas... Os homens ajudavam a tirar as panelas, e tinha uns balaios forrados de plástico e a gente cozinha o arroz e colocava naqueles balaios... E na hora do almoço era aquela fila enorme... O povo ia com as marmitas batendo as colheres e cantando... Só você vendo... Muita gente e bem organizada... Os homens ficavam na roçada até as 09:30, 10 horas e vinham pra almoçar nos barracos (MARIA)

Em termo de organização as mulheres eram bem organizadas. A mulherada cuidava da farmácia, coleta de alimento nas linhas, tinha dia das mulheres cozinhereis... Teve uma mulher grávida que nunca mais ninguém achou... (ALZIRA)

Tinha organização dos adolescentes pra ter atividades... As crianças almoçavam primeiro, a gente fazia a fila das crianças, a gente recebia caixa de repolho... Os que tinham plantio de tomate e outras verduras... Leite para as crianças... O povo da região contribuía... O pessoal do Adriana mandava mais ou menos 30 litros de leite para as crianças... (ANA)

Cada comissão discutia suas atividades através de reuniões diárias. As subdivisões de comissões envolviam mais gente de modo que todos acabam assumindo algum tipo de tarefa do coletivo. Por ser uma cozinha coletiva, toda a mercadoria trazida por todos os ocupantes

³⁵ A utilização de fogos de artifício é comum em muitos acampamentos, e serve para identificar a chegada de pessoas ou a aproximação de pistoleiros.

³⁶ Este foi o número dado por Cícero, uma das lideranças do acampamento, no dia 08 de agosto de 1995, aos repórteres que estiveram no local (MESQUITA, 2001, p. 107).

era armazenada no barracão onde uma equipe preparava as refeições. Como o objetivo era envolver a todos havia também um rodízio de trabalho:

Nós entramos na fazenda Santa Elina... No começo... Duzentas e poucas famílias... Com mercadoria... Com toda união... Com reforço pra trabalhar, pra adquirir um pedaço de terra pra nós tratarmos da nossa família... E assim, nós entramos... Tinha as lideranças e a organização do acampamento... Tinha as mulheres que eram cozinheiras... Tinha uma equipe de 10, 15... Outro dia era outra equipe... Tinha uns homens roçando na foice... Era tudo mata... E uns 30 de moto-serra derrubando... E nós naquela vida alegre... Que nós queria fazer uma roça comunitária pra todo mundo... Com toda alegria... E logo no momento, nós tava com uns 15, 20 dias de trabalho... Já tinha derrubado uns 150 alqueires de mato... (JÚLIO)

O relato de Júlio é importante para compreendermos toda uma tentativa de organização do acampamento em não valorizar ou subestimar qualquer tipo de atividade. Um exemplo clássico é a cozinha, que não era só um “serviço de mulher”, pois os homens também encaravam esta atividade como atividade comum onde todos estavam sujeitos a participar. Não estamos aqui tentando criar um cenário idealista sobre o acampamento, mas é comum no cotidiano destes, onde se tem o mínimo de discussão em torno de gênero, que as lideranças sempre apontem para a superação do machismo presente em nossa sociedade.

Nós sofrendo... Os companheiros chegavam... Os foiceiros tinham a fila deles na hora do almoço... Os companheiros que fazia balaio também tinham fila também... Tinha os motoqueiros que eram atendidos mais rápido, por que tinha mais trabalho... Era tudo organizado... Tinha um cozinheiro que era meu amigo que morreu beirando o tacho de feijão... Era uma cozinha coletiva... Mas tinha só o cozinheiro só pra cozinhar feijão... Um panelão... Aquele... Os bandidos mataram... E aí foi aquela vida... (JOSÉ)

E isto não se dá por meio de discursos, dá-se na prática, na divisão do trabalho. É um aprendizado da experiência coletiva. Alguns com menos experiência iam aprendendo as coisas, como Adevaír, que nos contou: “a gente tava fazendo... ajudando o pessoal aí... tirando o leite pras crianças e tudo... a gente não tinha bem experiência com a coisa... tava aí junto...”. O *estar junto* significa a expectativa de aprender com esta experiência, de ser partícipe na organização do acampamento.

Tudo era discutido nas comissões, os representantes destas levavam os problemas e encaminhamentos para a reunião de coordenação e as situações mais gerais eram deliberadas e definidas em assembléia geral. As “picuinhas” eram discutidas e definidas na própria reunião de comissão, de modo que as assembléias ocupavam-se com os informes das comissões, os informes sobre as negociações e as deliberações sobre a estrutura, regras e funcionamento de todo o acampamento. Uma decisão, por exemplo, de saída da ocupação ou

de resistência, era assunto para ser deliberado por todos em assembléia geral do acampamento.

4.2.2. *Os primeiros conflitos e a resistência diária na fazenda Santa Elina*

Poderíamos discutir esta temática dentro do cotidiano do acampamento, mas preferimos dar mais destaque para que possamos ter uma dimensão do drama vivido pelas famílias e a situação de tensão a que viviam. Após o incidente do dia 09 de agosto de 1995, vários foram os relatos sobre a presença de pistoleiros nesta data, mas também no cotidiano. A presença das milícias arregimentadas pelos latifundiários já acompanhava estas pessoas mesmo antes de chegarem ao acampamento. A camponesa Joana, a mesma que nos explicou por que resolveu ir acampar lá, demonstra que no próprio trajeto a ação de pistolagem já era intensa.

Na estrada a gente foi perseguido por pistoleiros... Nós nos escondemos num sítio e esperamos eles irem embora... Jacamim e Zeca estavam armados estavam preparados pra qualquer coisa, pra mandar bala, já que eles vinham pra matar nós a gente ia pra matar eles também... Como diz a música “o risco que corre o pau corre o machado”. Quando amanheceu a gente organizou as coisas... (JOANA)

Ao enfrentar o perigo de uma emboscada eminente, o relato confirma a disposição de se defender. O transporte que levava as famílias, já contava com dois camponeses armados e preparados para “mandar bala”, não como uma forma ofensiva, tanto que evitavam o confronto, mas de forma defensiva para evitar a morte de seus companheiros. A música “O risco”³⁷, traduz a disposição de enfrentar a pistolagem, enquanto paira o risco de morte. Preparados e dispostos a se defender a canção aponta que “se matarem um daqui, dez de lá vamos matar!”.

E aí já começou a perseguição pro nosso lado... Moto-serra deu problema... Eu fui buscar a peça na cidade... Na estrada eu partir até um capô dum carro velho... Um Chevette... Aí já passei por cima. O jagunço correndo atrás numa Toyota... Você só vê cano de fuzil pra cima... Eu cheguei ao Adriana larguei o carro e corri pro mato... Aí vai aquela luta, e perseguição... Perseguição... De pistoleiro... a gente queria embora, e as condição de sair pra visitar a família, mas tinha medo de sair e morrer na estrada, por que nós já tava cercado de jagunço... Então foi aquela vida... (JUNIOR)

Tanto a entrada ao acampamento, como a saída, recorria toda uma atenção para o perigo das emboscadas, como a relatada acima por Junior. O apoio dado dos camponeses do assentamento Adriana era importante, já que estes avisavam a presença de pistoleiros, tanto

³⁷ Canção popular cantada pelas organizações camponesas na luta pela terra há muitas décadas que expressa a combatividade em toda sua letra, a exemplo do refrão: “*O risco que corre o pau corre o machado, não há o que temer. Aquele que manda matar, também tem que morrer*”.

nas proximidades do acampamento, quanto na sua ida à cidade. A polícia e os pistoleiros sabiam disso e a primeira ação quando do ataque de 9 de agosto foi de impedir que os assentados levassem informações ao acampamento.

A ação do latifúndio, primeiramente, foi logo de imediato da ocupação, além de atuar juridicamente com a liminar de despejo, a pressão policial, da imprensa colocando matérias contra, houve também o uso dos bandos armados deles, inclusive esse foi um dos fatores que estimulou sobreestimar a força que os companheiros tinham, foi o fato de que várias vezes terem tido confronto com os pistoleiros, que tentavam atacar o acampamento e que foram rechaçados esses ataques todos... Que eu me lembre foram umas três vezes que pistoleiros tentaram entrar na área no acampamento, e pelas três vezes, ou seja, pela organização de autodefesa conseguiu debelar esses ataques, isso foi decisiva pra uma postura mais ofensiva dos companheiros... (JOAQUIM)

Os pistoleiros por várias vezes chegaram às proximidades do acampamento e foram barrados pela autodefesa, a “equipe de segurança” do acampamento. Como nos relata Joaquim, isto serviu para sobreestimar o poder de fogo dos camponeses e aumentar ainda mais a preparação para um possível confronto futuro. Como a ação do dia 09 de agosto foi acompanhada pelo latifundiário Antenor Duarte, que segundo relatos era quem organizava a milícia de pistoleiros do latifúndio, estas informações foram seguidas também pela PM. Ao mesmo tempo a equipe de segurança ao fustigar os ataques da pistolagem sentiu-se mais à vontade e com posição mais ofensiva em relação aos ataques.

O trâmite jurídico para a reintegração de posse foi rápido e da mesma forma a ação da polícia militar em acompanhar o oficial de justiça até o acampamento para fazer cumprir a decisão. Os camponeses ocuparam a área do dia 14 para o dia 15 de julho e no dia 18 de julho o juiz substituto de Colorado do Oeste, Roberto Gil de Oliveira, emitiu a liminar de manutenção de posse, enviando na mesma data o ofício número 245/95 determinando escolta policial para fazer cumprir a liminar, sendo que nos autos do processo, consta que o Major Ventura explicou que recebeu o mandado de reintegração de posse em 19 de agosto. Mesquita encontrou, nos autos do processo uma contradição:

Há uma contradição nesta data, pois se o comando da PM recebeu tal mandato dia 19 e foi só nesse dia que tomou providências, como explicar que nesse mesmo dia 19 o capitão Mena Mendes, o oficial de justiça e 35 soldados, estavam às 9 horas da manhã lá no acampamento dos posseiros? Para se chegar até lá deveriam ter saído de Colorado do Oeste de madrugada, e mais confuso ainda é que antes disso ele, o capitão, já havia estado na sede da fazenda, onde *recebeu informações de que pessoas que moravam na área que dava acesso estavam comprometidas e davam apoio à invasão*, são palavras do próprio Mena em depoimento no júri. (MESQUITA, 2001, p. 96)

De fato, estas e outras contradições observadas em todo o processo atestam que já havia todo um plano arquitetado para uma ação armada contra o acampamento. Outras ações já haviam ocorrido e não intimidado os camponeses. Era preciso ir mais além e dar “uma lição” nos ocupantes. Precisava-se, contudo, ter a “legalidade” para tais ações. Então, a “visita” de militares à fazenda, policiais prestando serviço ao fazendeiro em período de férias e qualquer outro tipo de ação é possível quando se tem o Judiciário e o executivo ao seu dispor, como se estivessem de “prontidão” e a serviço do latifúndio.

Chegaram no dia 19 de julho, uma quarta-feira, foram anunciados pelos fogos da segurança e os acampados foram preparados para recebê-los. Como relatam os camponeses, já traziam “dois reféns”, sendo que um era o Secretário do STR de Corumbiara. Os acampados se colocaram de prontidão em frente à entrada do acampamento à margem do igarapé. Quando os policiais se aproximaram da entrada do acampamento os camponeses cantavam e gritavam palavras de ordem. A estratégia dos ocupantes era impedir a entrada da PM no acampamento, sendo que alguns jogavam água no barranco do igarapé, para deixar o barro mais liso, o que em tese dificultaria a entrada da polícia. “O oficial de justiça leu o mandato (*sic*) de manutenção de posse com voz trêmula” (MESQUITA, 2001, p. 97).

Na primeira vez... E o Adão jogava água com balde... E um policial caiu dentro do rio... Eu estava com uma foice... E como o Adão foi atingido... Eu tirei a pinguela... E eu peguei esse policial e eu só não bati nele com medo de eles atirarem no pessoal... Antes eles atiraram com bala de borracha... E eles guardaram as de borracha e mudaram as armas e atirou umas três vezes em mim... E eu corri... Juntei outros companheiros... E arrastamos o ferido pra farmácia... Eles recuaram... Eles acertaram umas três balas de borracha em mim... Eu joguei uma pedra pra acertar na cabeça de um... Na hora que ele olhou eu joguei pra matar... Mas acertou num pau que arrancou a casca da árvore. (JOÃO BATISTA)

Nesse primeiro confronto foram mais ou menos uns 40 policiais, inclusive pegaram minha esposa como refém... Mas a gente estava em mais ou menos 2.500 pessoas... Eles ficaram do outro lado do riozinho... Eles estavam com cachorros... A policia pegou dois companheiros... Levaram presos até no Adriana dois dos nossos... (COBRA CHOCA)

Ao atirar com bala de borracha os policiais deduziram que intimidariam os camponeses, principalmente os que se encontravam molhando o barranco do rio. Ao contrário disso, a reação foi outra. João Batista, que estava à frente começou a lançar pedras. Os policiais substituíram a munição e feriram o camponês Adão. A camponesa que estava detida com os policiais fez o seguinte relato:

Naquele dia eles balearam o Adão... Duas companheiras da farmácia levaram o baleado e também foram presas... Quando eles se distraíram e ficaram olhando o baleado... O que estava me segurando me soltou... Eu saí devagarzinho no meio do povo... Atravessei a cerca de arame e eu me

escondi numa casa... Eles levaram o ferido no hospital e os três eles levaram presos... Ficaram três dias presos.

Eu vivia correndo... Por que eles me conheciam... Só que lá na hora eu disse que eu não era do acampamento... Que eu ia levar roupa pra lavar para um tio meu... Na verdade era o meu marido!... Eles pediram pra eu mostrar quem era, mas eu não mostrei com medo deles baterem mais ainda nele se eles entrassem... Ele tava bem na frente e gritava o meu nome, e eu ficava com raiva por que ele gritava pelo meu nome e eu não queria que eles soubessem!

Quando eu fui refém... Na primeira vez... Eu estava a uns 5 metros do pessoal que tava do outro lado... Eles atiravam com bala de borracha e o povo respondia com pau e pedra... Foi uma chuva de pedra... Eles recuaram... Teve um que recebeu uma pedrada na cabeça... E eu nem podia falar nada... E nem ri... A turma nossa pediu pra eles tirarem o baleado já que eles é que tinham ferido ele... Eu vi um avião... Eles diziam que era pra trazer comida pra eles... E eles ficavam com raiva de ver o povo cantando... E eles viam e já identificavam quem cantava e animava... Uma era a Célia... Que eles chamavam de *ratinha branca*... Eles perguntavam os nomes e eu dizia que não conhecia... (ANTONIA)

A cautela fez Antonia não apontar o marido, pois a PM tentava identificar as pessoas que estavam à frente do acampamento e que não se intimidavam frente à ameaça de despejo. Os mais ousados encorajavam os demais. Ao relatar o fato Antonia sorria muito, disse que se sentia orgulhosa ao ver a disposição do povo. A única coisa que a preocupava era que seu esposo, junto com os demais acampados, a chamava pelo nome e ela não queria que eles a identificassem e muito menos a ele, que era um dos mais exaltados.

Após a polícia se retirar se comemorou a vitória. Muitos entrevistados chamam-na de segundo “combate”, por que o primeiro tratava-se de afastar os três ataques de pistoleiros do acampamento e a perseguição nas estradas e na cidade. A disposição para a resistência aumentou ainda mais. O que se tinha era a intensão de permanecer o maior espaço de tempo possível. Se viesse outro efetivo policial maior, insistiram na resistência. Se observassem que a polícia iria de fato expulsá-los, se retirariam e reorganizariam posteriormente nova ocupação. A experiência histórica de outras ocupações apontava para isso. Como tinham a certeza de que a situação jurídica da fazenda era questionável, as famílias conquistariam a terra. Isto não aconteceu.

4.2.3. “Se matarem um daqui...”.

No dia 31 de julho os acampados recebem uma comissão formada por parlamentares estaduais e o presidente do ITERON – Instituto de Terras de Rondônia. O resultado da reunião foi a de que a comissão se empenharia em garantir uma área de 500 hectares para as famílias organizarem uma roça coletiva para que os acampados desocupassem a área.

Em 08 de agosto de 1995 a polícia chegou ao assentamento Adriana. Instalaram acampamento no campo de futebol e iniciaram os preparativos para retomar a área ocupada. Desde o início da ocupação a imprensa tratava de acompanhar a movimentação da ação de reintegração de posse e pressionar o Estado para o cumprimento da liminar. O Jornal do Brasil publicou a seguinte matéria:

A tropa de 200 homens da PM e do Comando de Operações Especiais (COE), deslocada de Porto Velho para Vilhena, ainda não cumpriu a ordem judicial de retirada imediata dos sem terra. A situação continua inalterada na fazenda. Há informações de que novos caminhões transportando mais famílias se deslocavam para a área ocupada.

Os fazendeiros acusam os sem terra de ameaçar ocupar a fazenda vizinha, denominada Bela Manhã. Seu proprietário, José Carlos de Souza Barbeiro, obteve na Justiça liminar de interdito proibitório. Esta área não esta guardada pela policia.

O secretario de Segurança Publica de Rondônia, Wanderley Mosini, garante que a ordem judicial será cumprida. (Jornal do Brasil, 06/08/95; CPT, 1998).

O deslocamento do efetivo da COE foi feito pela empresa EUCATUR, do também latifundiário Acir Gurgacz. Conforme os autos do processo, o fazendeiro Hélio Pereira de Moraes foi quem pagou o aluguel dos ônibus, mas o contrato foi registrado em nome da PM e datado de 24 de julho, antes do pedido oficial do juiz de Colorado D'Oeste. O comandante da COE à época era o então capitão José Hélio Cysneiro Pachá.

Por volta de 10h30min a polícia chegou... Era no dia 08... Nós não deixamos eles se encostar no acampamento... A gente cantou de mãos dadas... Aí eles afastaram... a gente molhou o barro do rio pra se eles fossem descer eles caíssem... a gente estava com uns pedaços de pau... Toda a molecada estava com estilingue... A gente foi almoçar eram 4 horas da tarde... (ALZIRA)

A polícia se aproximou da entrada do acampamento. O povo estava reunido e de mãos dadas. Como da última vez cantavam músicas e gritavam palavras de ordem. Os policiais estavam acompanhados de uma equipe de imprensa. Após um diálogo, o comandante da operação disse que estava lá para realizar o despejo. Após muita conversa chegaram a um entendimento de que a polícia esperaria até o dia seguinte para que desocupassem. Na verdade as lideranças esperavam uma manifestação concreta do INCRA e do governo do Estado que se manifestassem. Esperavam também uma posição das negociações tidas com a comissão que anteriormente esteve no local. Não foi permitida a entrada da polícia no acampamento, mas foi autorizado aos repórteres realizarem filmagem, tirarem fotos e gravar entrevistas com os ocupantes. Sobre a possibilidade de haver resistência, uma das lideranças, o Cícero, respondeu:

Essa é uma decisão que não é só minha, essa é uma decisão de quase 600 famílias que estão aí dentro. Por que o filho tem uma importância muito grande na família. Agora a sobrevivência para esses filhos, para os filhos desses filhos, e para os netos destes filhos, a importância táí, por isso a luta por um pedaço de terra, se hoje vai a vida do pai, que a descendência fique com a terra. Por isso é que nós lutamos, por isso é que eu chamo atenção do governador Valdir Raupp eleito pelos trabalhadores, que ele entenda, ele entenda e evite este conflito. Foi mandado, no final de semana, deve ter chegado, vários fax deve ter chegado ao governador, deve ter chegado ao Coronel que comanda a PM, ao secretário de Segurança Pública e outros órgãos do governo, deve ter chegado esse fax lá, dizendo qual o número de pessoas estão aqui e a forma que nós estamos aqui. Porque se não for dessa forma ninguém conquista, ninguém faz reforma agrária. Por isso que as crianças com menos de um mês, as companheiras grávidas que estão aqui, elas é que vão garantir a luta pela Terra, não sou eu não, não são só os homens. A luta pela Terra é conquistada pela família. (CÍCERO³⁸)

Após o diálogo com os ocupantes, o major disse que voltaria a falar com as autoridades e buscar saber o resultado dos encaminhamentos da Comissão. “As palavras do major foram interpretadas pelos posseiros como um sinal de trégua”. A imprensa registrou o momento e perguntou ao comandante quanto tempo seria esperado. A resposta foi a de que seria algo entre 48 e 72 horas (MESQUISTA, 2001, p. 111).

Foi bem diferente do que a gente pensava... Por que muitos dizem que o governo não vai fazer nada... Se não tiver um governo vagabundo, igual ao Raupp na época... O Raupp liberou a COE, saiu do Estado, liberou a polícia pra fazer aquilo que fez... Infiltrou os pistoleiros no meio, de farda, de botina, de bota de borracha, ‘policiais barbudos’. (MANOEL)

De fato o otimismo para a resolução do impasse sem que houvesse conflito não aconteceu. Os camponeses esperavam um despejo, mas não esperavam uma ação como a que foi realizada no dia. Mesmo assim, a estratégia de defesa do acampamento e o funcionamento da segurança já haviam barrado a ação armada de pistoleiros de latifundiários. E como funcionava a comissão de segurança e de que forma ela agiu na madrugada do dia 09 de agosto? Esta foi a pergunta que realizamos durante as entrevistas.

Só havia homens. Era muita gente. A coisa mais organizada era a segurança de Santa Elina. Eles tinham armas escondidas dentro de um buraco... Se eles não matam a segurança da figueira... Eles não conseguiriam entrar no nosso acampamento... Eles só conseguiram entrar no acampamento por que pegaram as mulheres e colocaram na frente... Tem gente que não dá entrevista, tem um companheiro... Ele matou muitos jagunços... A nossa segurança... Se eles não matam o pessoal da figueira... Por que lá era no alto e isso facilitava a nossa defesa... Inclusive... Tem gente, que não quer contar o que fez, mas eu ouvi falar de boca... A história de que um companheiro nosso matou 105 pistoleiros... Ele ta com três balas no Joelho... O finado Sérgio, também, a história é que só ele matou 12... Aí acabaram as balas, ele

³⁸ A fala de Cícero foi registrada pela reportagem da TV Vilhena e foi transcrita na íntegra por Mesquita (p. 108).

jogou o revólver, correu pra dentro do acampamento e gritou... – Aqui é o Sérgio Rodrigues, magote de milicos, vocês estão felizes por que minhas balas acabaram, senão eu matava vocês todinho!... Aí complicou... Quando foi no fim da história, gravaram quem era ele... Levou ele e mataram... O pessoal derrubou muito pistoleiro... O povo teve coragem... (TOBIAS)

Muitos entrevistados fugiam do assunto, quando fazíamos estes questionamentos. Mesmo sendo apresentado como *companheiro* da Universidade, pessoa de confiança para algumas lideranças, as pessoas têm receio em falar abertamente determinadas questões. São diferentes de Tobias que contou-nos muita coisa. Mas nas entrelinhas registramos toda uma disposição de luta, de resistir aos algozes que avançaram na madrugada contra o acampamento e deixaram um rastro de destruição.

A figueira, mencionada por Tobias, foi inclusive destacada pelo croqui da PM, por ser um local estratégico para a defesa do acampamento, por conta de sua localização. Mas principalmente entre os membros da equipe de segurança, algumas informações se evitavam falar ou às vezes apenas se faziam menção indireta sobre suas ações, como se os entrevistados fosse narradores e não fossem partícipes dos fatos. O fato de que Sérgio foi um dos identificados pelos pistoleiros é comprovado, já que ele após estar preso com os demais foi retirado em uma Toyota branca e seu corpo foi encontrado dias depois no rio Tanaru, execução sumária a quem estava à frente da segurança. O corpo de Sérgio apresentava visíveis sinais de tortura e espancamento, tendo seus olhos perfurados.

Mesmo com o uso de qualquer codinome ou apelido de sua escolha, muitos não falavam. Não foi nada fácil e valeu-nos muitas horas de conversa e entrevistas, para buscarmos em cada fala os elementos que ora passamos a expor. Algumas informações coletadas durante a pesquisa nós só conseguíamos ter acesso quando alguns falavam sem a conversa estar sendo gravada. Para alguns, a experiência nos anos na luta pela terra trazem inúmeras desconfianças de jornalistas, pesquisadores ou qualquer outro que busque informações.

Quando foi 2 horas da manhã... O Jacamim falou que viu muita polícia no campo do Adriana... Eu fiz café... Uma farofa e quando eu vi... Começou os tiros... O primeiro que caiu foi o Odilon Feliciano... Parte da segurança correu pra dentro do acampamento ferido... Eles cercaram o acampamento todo e começaram a atirar... Era gente correndo, gritando, pedindo socorro... Pegaram as mulheres como refém, e levaram elas como escudo pra levar até onde tava o povo da segurança... (ANA)

O relato feito por Ana, de que “Jacamim” havia ido à noite ao acampamento da polícia foi confirmado por outro entrevistado, que o acompanhou. Ele disse ter avistado o acampamento, no campo de futebol. Chegaram bem próximos e observaram a movimentação

dos policiais. O que eles não sabiam é que parte do efetivo de homens, policiais e pistoleiros, se deslocariam pelos fundos do acampamento. Isto dificultou a resistência, que já não estava preparada, pois os acampados confiavam que não haveria qualquer ação armada àquela noite. Perguntamos como foi pensada a estratégia de defesa do acampamento.

Criou-se ali uma idéia de um acampamento, cercado de três linhas, seriam três linhas imaginárias, ficaria uma linha maior, outra menor, outra mais fechada ainda, e a segurança se situaria nessas três linhas aí de defesa... E usou um pouco essa concepção quando houve a resistência, de achar que era possível a partir disto aí, enfrentar um contingente muito maior do inimigo, muito mais armado, muito mais preparado, por que ali o inimigo usou uma tática de cerco e de estrangulamento, porque chegou num ponto que a própria... Que na hora não funcionou todas as linhas, como também o problema concreto de munição, de segurar, então... E se você se fecha num ponto ali, facilita pro inimigo fazer o cerco... E aí é um problema de tempo, que aí vai esgotando também pelo cansaço. (ROBERTO)

De fato o que há hoje é uma avaliação negativa deste tipo de organização. Não estamos aqui nos referindo ao desenrolar dos fatos, mas de como foi pensada a estratégia de defesa do acampamento. Aqui não se trata de dizer que as lideranças eram inseqüentes em revidar qualquer ação de despejo. Estava pensada a resistência para a ação permanente de defesa frente a ação da pistolagem, não uma ação militar caracterizada como guerra de baixa intensidade. É o que nos relatou Roberto, que identificou um problema maior:

Em Santa Elina, nós entendemos que foi ainda assim, uma das últimas tentativas, uma dos últimos enfrentamentos que nós percebemos que não tem como ser vitorioso, por conta da própria forma como ele era. Quando eu coloquei o problema da resistência, foi uma das últimas vezes que comprovou a ineficácia dessa forma de resistência, por quê?! Basicamente se tinha o que? Um conjunto muito grande de pessoas numa área, e dentro desse conjunto de pessoas se tirava um grupo, um destacamento, que era responsável pela segurança externa nas imediações do acampamento. (ROBERTO)

O que Roberto considera é que, ao destacar apenas uma parte do contingente de pessoas para a defesa do acampamento, se limitou as forças para resistir. Roberto foi bem enfático em destacar este ponto, por que diz entender que se não há qualquer discussão com todo o coletivo, envolvendo-o, não se consegue estabelecer algo mais concreto e se possível, vitorioso, em uma situação de conflito. Perguntamos se ele tinha mais elementos deste funcionamento da segurança em Santa Elina. Ele nos respondeu:

Na verdade eram vários pontos em todo acampamento, não me recordo se era cinco ou quatro, mas em cada ponto desses se tinha ali, segurança durante o dia e durante a noite, e um responsável que percorria todos esses pontos durante a noite e que fazia a troca de turno, era ele que levava o guarda no ponto, passava a arma e assim sucessivamente, e trocando de guarda ele ia junto, fazendo a troca dos guardas, e depois do final da noite

era ele que recolhia esse armamento, então esse grupo ele sempre que ficou meio que isolado do resto do acampamento, se tinha algumas pessoas que se misturavam, mas se tinha um grupo, que ficava isolado. Inclusive, o barraco, a concentração das armas, ficava numa área mais isolada do acampamento, e fora isso tinha a segurança interna do acampamento, que era quem ficava na guarita, se tinha duas guaritas, uma mais distante, e outra mais próxima do acampamento, então se tinha ali também as pessoas que se revezavam durante o dia, pra fazer essa segurança ali na entrada. Não tinha uma participação massiva, tinha muita gente participando, mas não era uma discussão com todas as pessoas que participava, era ainda uma discussão um pouco fechada de um grupo. (ROBERTO)

Como se percebe, havia uma estrutura hierarquizada e de comando existente na equipe de segurança do acampamento. O responsável pela comissão encarregava-se de dividir turnos, tinha o controle de manuseio e pela guarda das armas que era em local de conhecimento somente da equipe. Além dos pontos fixos de segurança, as guaritas, havia os que faziam a ronda entre um ponto e outro e a segurança interna do próprio acampamento³⁹. Mas, o entrevistado é enfático em afirmar que, mesmo com a participação de muitas pessoas ainda não era algo discutido com todo acampamento, era uma discussão mais fechada. Outro relato confirma esta informação:

Nós tínhamos um barracão, dentro da mata e eram várias seguranças. Então a segurança era separada do acampamento. Nós tínhamos muita estratégia. Nós derrubamos 70 alqueires e dentro dessa derrubada tinha muita picada pra ter segurança. (RUI)

Um dos entrevistados nos informou (esta fala nós realizamos apenas a anotação a pedido do próprio entrevistado) que havia muitas armas no acampamento, mas não eram armas de grosso calibre. Em sua maioria eram espingardas e alguns revólveres. Entre as armas mais “pesadas” estavam rifles calibre 22, com capacidade para 10 disparos. É uma arma semi-automática, muito utilizada por camponeses. Além destas, havia espingardas (cartucheiras) de diversos calibres.

Desde quando a gente entrou aqui tinha guaxeaba. A gente conseguiu expulsar esses guaxeabas durante vários dias dentro da Santa Elina. A gente tinha várias espingardas de caça... Pra gente caçar, pra olhar as picadas, pra expulsar os pistoleiros. Nós demos muitos combates com os pistoleiros dentro das picadas em volta do acampamento, eles atacavam dia e noite... Eles traziam os pistoleiros do Mato Grosso pra matar o povo e ganhar dinheiro... (RUI)

Havia uma preocupação com a segurança do acampamento. Mesmo não prevendo o ataque do dia 9 de agosto, os camponeses tinham barricadas e postos de observação. O

³⁹ Observamos esta experiência quando dormimos no acampamento da fazenda Santa Elina, no período de nossa pesquisa. Havia um responsável pela segurança que distribuía as pessoas em turno para esta tarefa. Além de pontos fixos havia a ronda interna, que servia para também disciplinar o horário de silêncio estabelecido em Assembléia.

acampamento estava localizado por debaixo de árvores que dificultava a visibilidade, mesmo com os intensos vôos rasantes dos aviões dos latifundiários. As guaritas foram fixadas em pontos estratégicos, como é o caso da figueira e em outros casos foram utilizados troncos de árvores, pedras e até buracos (trincheiras). Houvera algumas orientações para as pessoas, sobre um possível ataque, mas, além disso, não havia qualquer estratégia geral que envolvia todo acampamento se caso este fosse atacado, como ocorreu.

Por que aí, é um problema, também porque não envolve o coletivo. Por que na autodefesa, a idéia é que todas as pessoas participem. Então, é o que a gente chama de autodefesa ativa, que é o que? A participação de todas as pessoas do acampamento, então você usa o que? Desde palavras de ordem, música... Isso foi usado em determinados momentos lá, né?! De negociação com a polícia, nos momentos que a polícia chegou ao acampamento, né?! O pessoal se juntou, usou foíce, cantou música, né?! Houve bastante combatividade... Mas a autodefesa mais ativa ela ficou bastante comprometida... Por que essa tática, de ficar muito próximo ao acampamento, isso facilitou muito o cerco, e ao mesmo tempo uma posição de uma guerra mesmo de posição, que com o efetivo que se tinha de polícia que tinha ali, que numericamente bastante superior, ao numero de pessoas que se tinha no acampamento, preparadas, então era praticamente impossível se ter vitória... (OZIEL)

De fato a *autodefesa ativa* foi utilizada nos momentos em que a polícia tentou adentrar o acampamento, no dia 19 de julho ou mesmo no dia 8 de agosto à tarde na véspera da ação militar. Oziel utiliza termos militares pra descrever a organização da segurança: autodefesa defensiva e ativa, cerco, guerra de posição⁴⁰. Mas reconhece que havia uma inferioridade numérica de “pessoas preparadas”, para um enfrentamento não sendo possível se ter uma vitória em um eventual conflito, pois a própria segurança montou acampamento muito próximo o que comprovadamente facilitou a identificação por parte da polícia e dos pistoleiros dos eventuais focos de resistência.

4.2.4. “... dez de lá vamos matar!”

“O risco que corre o pau corre o machado / Não há o que temer. Aquele que manda matar também / pode (deve) morrer. Nós estamos em guerra / lado de lá já decretou / Contrataram pistoleiros pra matar trabalhador / (...) Essa é a nossa proposta, pois a gente quer ganhar! Se matarem um daqui / dez de lá vamos matar!” **O risco.**

⁴⁰ “Guerra de posição” e “guerra de movimento” são duas definições militares que caracterizam, no caso da primeira, a manutenção de tropas em determinado território e onde se dá um combate direto entre dois exércitos. No caso da “guerra de movimento”, trata-se de ação onde um exército mais fraco tenta fustigar o inimigo através de ações de ataque e recuo, movimentando-se, como em guerra de guerrilhas. Um exemplo de Guerra de Movimento foi a ações da Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu 25 mil km em território brasileiro, e em pequenos combates derrotou as forças do exército brasileiro.

O risco é música presente em várias ocupações camponesas espalhadas em todo o Brasil. Mostra a disposição de luta dos camponeses e camponesas em lutar pela terra, denunciando a ação do latifúndio e dispondo-se a reagir quando da ação de seus contrários. Os camponeses utilizam as armas a seu alcance para defender-se desses ataques. Foi assim na fazenda Santa Elina e continua sendo em muitos outros acampamentos em todo o Brasil.

Lá era pau, pedra, estilingue, foice, machado, moto-serra. Era feio, mas era bem organizado... Por que o povo não sabia o que viria pela frente... Imagine você com estilingue e eles estavam com armas de calibre grosso, fuzis... A gente tinha umas espingardas... Calibre 22, as cartucheiras que carregam pela boca... Essas eram nossas *armas pesadas*... Arma que carrega pela boca é arma perigosa? Um tiro... Uma carreira... (ZECA)

Sorrindo, Zeca afirmava que era “um tiro... uma carreira” ao referir-se com ironia às supostas armas de grosso calibre existentes entre os acampados. A resistência dos camponeses em 09 de agosto utilizou tudo o que estava ao alcance: estilingues, foices, pedras, machado e as poucas espingardas velhas que dispunham. Não era muito, mas percebendo que a ação da PM e dos pistoleiros não seria uma simples ocupação, boa parte do acampamento se colocou em luta campal para proteger suas vidas. Alguns, sem saber direito o que era aquilo, trataram de se colocar em frente ao acampamento, conforme era sempre orientado quando da aproximação da polícia:

A gente fez um paredão de pessoas na beira do córrego... E ficamos meio pasmados sem saber o que fazia... Nós não tivemos tempo de nada... O pessoal que tava na frente ali... Por que muitos companheiros caíram e foram baleados e nós levamos pro barraco pra prestar socorro... Uma coisa muito difícil e não teve tempo de pensar em nada... (LUIZ)

Ao verem pessoas caindo, houvera desespero, mas ao mesmo tempo a tentativa desesperada de tentar se defender a qualquer custo. Muitos se colocaram de armas na mão e passaram a responder aos ataques dos pistoleiros, conforme ilustra bem a entrevista concedida por Oziel.

Como tinha muito armamento no acampamento, só que não era lógico, armamento pesado, era armamento que os camponeses usam... Espingardas, principalmente. Então quase todo mundo tinha, já que é hábito dos camponeses terem essas coisas, então isso foi também um dificultador pra própria ação da polícia e dos jagunços, porque houve uma resistência, que talvez eles não esperassem que houvesse, e que gerou inclusive baixa do lado deles... (OZIEL)

Perguntamos se a idéia era a de resistir a qualquer custo. Nosso entrevistado vai afirmar que a questão central não era esta. A resistência foi necessária, tanto que gerou “baixa do lado deles” (da PM e pistoleiros), mas o problema era de como se faz a resistência. Ele complementa:

Isso é importante, porque muita gente que fala que nós poderíamos ter ganhado. Na véspera, o pessoal deu não sei quantos tiros lá pra cima, gastou muita munição, chegou na hora lá não tinha munição pra enfrentar, mas isso pode ser que tenha acontecido, mas isso não é o centro, o principal é o que? É que se usou uma concepção, de uma guerra de posição, pra enfrentar o inimigo, então também sabendo que a própria luta ela tem os limites, então a direção tem que saber até onde você vai, e quando também você tem que retroceder você não pode ali definir que tem que enfrentar, tem que enfrentar e não levar em conta que em determinados momentos ali é preciso retroceder, ceder, e... Há também a própria questão da participação das pessoas lá... Né?! (OZIEL)

Oziel tem profundo conhecimento dos conceitos de tática e estratégia; fazendo uma análise da correlação de forças que se tinha naquela ocasião. Não critica o aspecto da resistência, ao contrário disso, elogia, mas considera que a avaliação da direção em perceber o que estava acontecendo foi equivocada. Todos os ocupantes não estavam preparados para aquele tipo de situação e ao mesmo tempo três fatores da estratégia da PM e dos pistoleiros foram decisivos:

- 1) O elemento surpresa ao atacarem o acampamento por volta das 3 horas da madrugada;
- 2) A estratégia de cerco ao acampamento que impossibilitou uma reagrupação dos camponeses
- 3) A utilização de armamentos pesados e outros materiais de guerra, como: sinalizadores, bombas de efeito moral e bombas de gás lacrimogêneo.

Se de fato os camponeses usaram ações de *guerrilha*, como afirmou à época os oficiais da PM, não encontramos qualquer vestígio em torno disso. Mas que um número considerável de entrevistados tem uma definição ideológica do que representa a luta pela terra ao associá-la a um projeto de transformação estrutural do país, nós não temos dúvidas disso. A ação da PM empurrou os camponeses para resistirem. A maioria dos relatos aponta para a resistência ocorrida em 9 de agosto como a única alternativa para que o número de mortos não fosse ainda maior. E ao que parece, não houve poucas mortes do lado que iniciou aquela guerra. Foi *o risco*, como é cantado cotidianamente pelos camponeses.

4.3 - A heróica resistência

Ao cair da noite, havia certa confiança de que no outro dia tudo se resolveria. As negociações deveriam ser acertadas. Esperavam resposta do governo do Estado. Mas a situação era tensa e muita gente estava apreensiva com o que estaria por vir. Por volta das 02:00 da manhã começou a movimentação no acampamento da PM e o movimento de tropas se iniciava rumo ao acampamento. Mesquita abordou com grande rigor científico a ação desastrosa do Estado que assassinou camponeses naquela data. Foi mais além, apontando o

papel do Estado para punir quem ousar questioná-lo, criminalizando a luta pela terra e inocentando a força repressiva.

Mas o que faltou, foi observar o aspecto da resistência. Os camponeses não são somente vítimas. É a explicitação de uma contradição secular no nosso país: a concentração da terra, do poder e da riqueza. Ao ocupar a terra, desafiam o coração desta estrutura que gera fome e miséria. Não há alternativa senão colocar-se em luta. Já não suportam mais esperar. O trauma vivido por aquelas famílias nunca será esquecido de sua memória. A dor, o sofrimento e a humilhação. Para muitos, prova maior de resistência foi ser espancados por mais de 24 horas e não delatar as lideranças, não testemunhar em nada que pudessem incriminá-los. Esta foi a maior resistência. Nossa análise se dá em detrimento das falas cuidadosas que referenciam a resistência, da forma mais passiva à resistência armada. Destacamos aqui nas várias vozes o que se deu naquela madrugada.

No dia 08 eles acamparam ali e ficaram... Era de tarde... No campo... A turma achava que dava pra resistir... Por que achava que eles iriam negociar... A gente não tava esperando aquilo lá... O tanto de policial que estava lá... Eles levaram cada um 9 quilos de munição... Eram uns 250 policiais fora os que entraram por trás que eram uns 200... A gente achava que eles não entrariam à noite por que é ilegal... **Entraram era exatamente dez para as três da manhã...** Mais cedo... Eles estavam tomando banho em outro rio perto do campo... Eu e mais quatro companheiros fomos ao acampamento deles... Vimos eles distantes uns 20 metros... E contamos quantos tinham... E nós voltamos e avisamos... Ao todo eram 450 a 500 homens entre pistoleiros e polícia... (JOSIMAR)

O destacamento da equipe de segurança do acampamento acompanhou de perto a movimentação dos policiais nas primeiras horas da noite. Subestimando a ação militar apenas comunicaram a quantidade de homens que estavam no local, mas deduziram que a “legalidade” tão defendida pela PM no “cumprimento do seu dever” fosse seguida também numa operação de despejo. De qualquer forma, preferiram não realizar o alarde a todo o acampamento e restringiram a informação ao contingente que estava na segurança, que se fixaram nos seus pontos habituais e nas rondas. O pior estava por vir.

Três e meia da madrugada eu vi um foco ali na copa da figueira... Um foco de *celebrim*... Eu falei... Quem tiver que correr que se dane porque eu não vou correr não... Eu me misturei com pessoal e pensei... Se tiver que morrer um não morro sozinho... E aí quando foi 4 horas foi aproximando, chegaram riscando *binga* (isqueiro) igual vaga lume. E foi reunindo e meia hora depois começou o tiro... Aí eu fiquei pensando... E começaram a bombardear... Então eu pensei que era despejo... Porque em outros lugares foi diferente... A polícia às vezes vem até com educação... Aqui chegaram antes de amanhecer e pra mim aquilo não era polícia... Era só jagunçada... Quando a gente tá aqui a gente espera a polícia... E não jagunço... Aí começou o tiroteio... Uns se defendia se arrastando pelo chão... Se escondendo atrás do fogão... As

caras tavam gastando bala como se tivesse achado no mercado... Era rajada de metralhadora e tiro de escopeta... Era muito tiro... (GABRIEL)

O celebrim (farol de bateria) alcançou de longe as imediações do acampamento. Houve toda uma ação coordenada de posicionamento das tropas, de estudo geográfico da área. O celebrim servia para identificar melhor os pontos já pré-definidos que deveriam ser atacados nas incursões dos pistoleiros que iniciaram a aproximação. Gabriel estava na parte interna do acampamento. Não conseguia dormir e foi um dos primeiros a avistar de longe a aproximação dos pistoleiros. Muita gente já estava acordada. Começaram os tiros em direção ao acampamento.

Começou o tiroteio... Já entraram atirando e arrebetando a segurança... Passaram pertinho de mim... Uns 60 homens... Eu fiquei deitado no ponto... Só que passou muitos homens e não tinha como eu fazer nada... E a gente estava em cinco... A gente estava deitado... Passaram uns 5 metros distantes da gente... Eles alumiam por cima... Ficaram uns 10 minutos conversando... E organizando os pelotões pra entrar... (JEREMIAS)

A segurança que se localizava nos fundos do acampamento foi pega de surpresa. No primeiro posto não tiveram nenhuma reação quando viram que os pistoleiros e policiais estavam já muito próximos e pelo contingente não tiveram condições de reagir. Ao contrário de outros, Jeremias e seus companheiros preferiram não reagir por que seriam executados lá mesmo, ficaram a observar a movimentação. Quando observaram que ação policial era na verdade uma verdadeira ação de extermínio, já era tarde demais. Pensaram em reagir, mas já não podiam, pois a batalha campal já havia se iniciado e tinham medo de ferir seus companheiros. Foram testemunhas do que aconteceu e passaram a observar a sucessão de fatos. O máximo que puderam foi orientar pela mata, as pessoas que saíam em fuga.

Eles entraram e a gente ficou fora... Eu só via um clarão de bala no acampamento e tiro pra cima do acampamento... Atiraram até clarear... Esperaram amanhecer pra entrar no acampamento... Lá não tinha como ficar bem... No lugar que eu ia ficar... A gente esperava que viessem dois ou três... Aí eu fui trocado de lugar... E no lugar que eu não fiquei... Eu vi que tinha peão com 30, 40 tiros em cada um... A gente passou perto... Mas não dava pra fazer nada... Nós ficamos lá até onze horas... Uns 60 metros por trás de um coqueiro... E a gente não podia fazer nada por que a nossa turma tava misturada... Tinha gente querendo fazer mais não dava... Por que estavam arrebetando a turma nossa... Eles atiravam de metralhadora... e quando eles atiravam o pessoal já estava orientado pra deitar... (JEREMIAS)

Jeremias nos fornece um dado importante. Este relato foi confirmado por todos os entrevistados. O de que o tiroteio se estendeu até o dia amanhecer. Ao perceberem o ataque, a terceira e segunda linhas de defesa recuaram para mais perto do acampamento e responderam aos tiros. Não se tratava de um despejo e sim de tentar aniquilar o máximo de pessoas do acampamento. A resistência impediu que os atacantes chegassem ao acampamento antes de

amanhecer o dia. As pessoas se abaixavam e se protegiam. Os que estavam à frente da invasão ao acampamento eram pistoleiros. Saibam por quê:

Eram mais ou menos uns 250 pistoleiros... por que entre todos eram uns 500... a gente só sabia quem era pistoleiro... Distinguir entre pistoleiro e policial... por que os pistoleiros caíam que nem macaco de pau, por que não tinham coletes... e caíam de tiro... a gente estava pertinho e dava pra ver... Eu acho que até a morte do comandante... eu acho que foi entre eles mesmos... Eu passei umas três noites lá... eu e mais três... e a gente ouvia até a segunda noite e máquina esteira trabalhando a noite todinha... eles carregaram os corpos... Lá eles fizeram igual nos filmes do Vietnã... eles fizeram cordão de gente... de crianças... Saíram amarrando todo mundo... Teve companheiro que carregou outro que estava morto e pesava uns 95 kg... e a gente olhando... Não podia atirar com medo de eles matarem outros companheiros (JEREMIAS)

Defendendo-se como podiam, os camponeses utilizavam de todo o armamento que dispunham. Viram muitos pistoleiros caírem frente à resistência imposta. Mas, com melhor aparato militar e o cerco que realizaram o bando de pistoleiros dos latifundiários foi ganhando terreno com o reforço da PM, que jogava bombas de gás e acabaram por sufocar a resistência.

Perguntamos aos camponeses se houveram mais mortos além dos que foram oficializados e o número de desaparecidos. E da mesma forma, quase que a totalidade dos entrevistados apontou para a existência de muitos mortos. Sobre os “defuntos sem choro”⁴¹ que segundo relatos foram dezenas. A resistência dos acampados e a suposta morte de muitos pistoleiros foi uma possível causa das sessões de tortura que foram realizadas após a PM e pistoleiros render todos os ocupantes.

Eu já falei com muitas pessoas, então a gente não tem um dado concreto sobre isso, mas um número de baixa que eles tiveram foram bastante grande, e não foi nem próximo do que eles revelaram, o que eles revelaram foi que foram dois policiais, e jagunço praticamente não revelou nenhum. Então o número de baixa foi muito maior, várias pessoas revelaram que viram, ouviram caminhão, transportando corpos... Alguns... Eu tive com um companheiro que viu... ele tava na beira da estrada, ele pulou pro meio do mato, ele viu quando o caminhão passou carregado, pingando sangue na estrada... (OZIEL)

A polícia militar impediu qualquer entrada ao acampamento durante todo o dia 9. Acampados e vizinhos denunciaram e continuam denunciando que tratores trabalharam durante mais de 48 horas no local. Se de fato a maioria das pessoas confirma que houve mais mortes, quem seriam estas pessoas? Os camponeses reclamam a morte de desaparecidos, mas os detalhes contados sobre o volume de cadáveres que muitos viram, o sangue no rio, a

⁴¹ Diz-se de quem não tem família ou alguém que se incomode com ele. Pistoleiro e guaxeba é defunto sem choro, por isso acredito que muitos morreram na Santa Elina e ficou por isso mesmo, ninguém reclamou suas vidas e menos sua morte (MESQUITA, 2001, p. 11).

passagem de caminhões com corpos e o trabalho de tratores esteiras comprovam e supõem o contrário.

Eles mataram nossa segurança, eu tava na cozinha pra passar a mão no tacho pra passar no rosto... Quando eu saí vi que estavam matando nossa primeira segurança... Nossa segurança revidou... Só que eles não gostam de falar... Aí o dia foi clareado, e eles vinham chegando... Nós pegamos o lençol da cama, que era branco, pedindo paz e eles nem ligaram e foram entrando e batendo... Na hora que eles entraram mesmo no acampamento, eles não respeitaram mais não... Era mulher, criança... Todo mundo apanhando... Eles xingavam... “Cambada de puta, égua, porcona...” Aí eles pegaram a Maria, Eu e outras e levaram no pé da figueira... eu me machuquei e eles me largaram e pegaram outra, era a Preta... Aí eles mandavam elas falarem pra eles não atirar e eles estavam atrás... Aí eles os metralharam todos... [chorando] (ALZIRA)

A quantidade de mortes foi muito maior. Os relatos apontam para tal. O bispo de Guajará-Mirim enviou ossos para a faculdade de medicina de Paris, para que se realizassem análises e o resultado foi o de que de fato eram ossos humanos. Com o último foco de resistência sufocado – a figueira – as sessões de tortura, espancamento e execuções se procederam. Os torturadores buscavam arrancar o máximo de informações possíveis. De nada adiantou. Ninguém identificou os líderes do acampamento que foram presos.

O tenente também tava acabando de morrer... aí foi que eu apanhei bastante... eu vi tanto companheiro morto no rio... A água tava vermelha... Aí levaram a gente pra lá e começaram a cortar os companheiros de faca... Fizeram os companheiros deitar no chão e mandaram eu pisar em cima, eles me batendo e eu pisando em cima dos companheiros, tinha alguns que estavam até mortos... Aí eles mandaram as mulheres fazerem fila, pegar as crianças e sair todo mundo em cima pro Adriana... As mulheres que não tinham crianças continuaram apanhando... Eles fizeram tortura pra entregar o companheiro... Perguntavam... Quem é a Maria do Dinho? E ela tava do lado com duas crianças... Eu estava toda ensanguentada... Eu estava xingando... Eles falaram – Quem é essa aí braba? Aí um companheiro falou – É a dona Alzira... Aí um deles falou: - Vocês não sabem que não podem com o Antenor Duarte? Calem a boca... Aí um policial... Perguntou: O que você tá fazendo aqui? Eu disse: - Eu quero um pedaço de terra... O que tava de capuz era da COE, mas tinha uns que tavam de capuz, mas estavam de bota, eram pistoleiros! (ALZIRA)

Um trabalho recente⁴², sobre o papel da imprensa no conflito, analisou o conjunto de matérias jornalísticas sobre o conflito. Dentre elas, uma nos chamou a atenção que é vinculada pelo jornal *Folha do Sul*, em sua edição nº 343 do ano 2000, em que dois sobreviventes do conflito denunciam o enterro clandestino de 18 jagunços. As denúncias à

⁴² COMIM, Tatiana. O poder midiático sobre o “massacre de Corumbiara”. Monografia de Conclusão de Curso. Vilhena, 2008, mimeo.

época, não tiveram tanta repercussão, caindo no esquecimento dos debates ou mesmo na própria imprensa.

Do lado dos camponeses, além das agressões físicas, e as lesões de várias formas e gravidades, a tortura psicológica foi uma constante. Assassinaravam, esquartejavam na presença dos demais. Os horrores vistos nunca serão esquecidos:

Quando eu fui atendida em Colorado, eu denunciei todos os que eu conheci... Por que eu não gosto de polícia e não tive pena de nenhum, por que eles não tiveram pena de ninguém! Eu vi gente sendo cortada de moto-serra; gente que comeu miolo de outros companheiros... Pra não reconhecer, que nós xingamos muito a polícia, dizia que eles estavam perseguindo trabalhador... Muita gente passou carvão... Esses eles mataram todos... Você já imaginou você vendo um companheiro ser cortado de moto-serra?!... Pegavam as facas... Mataram um companheiro pensando que era o Topa Tudo, o Cícero... Cortaram toda a barriga dele... (JULIA)

Perguntamos aos entrevistados sobre o termo “massacre de corumbiara” e sobre o “o combate de Santa Elina” ou a “batalha de Santa Elina”. A maioria dos entrevistados respondeu ser o “Combate de Santa Elina” ou a “batalha”. Apenas uma pessoa foi enfática em dizer que foi um massacre. Dentre os que afirmaram ser um combate, a essência de suas afirmações vem do fato de se ter resistido, lutado, enfrentado a morte, torturas e humilhações. Mas em especial, houve algumas ponderações, que consideramos oportuno destacar, não a de se descartar o terror exercido pelo Estado e latifúndio:

Sempre a gente fala... São as duas coisas. Por um lado se teve um verdadeiro massacre, por que era desproporcional a força usada contra as famílias, ou seja, e depois de rendida as famílias, foi mais desproporcional ainda o fato de serem torturadas, e muitos assassinados ali com tiro de misericórdia, né?! Por que já havia uma situação de controle... O que a polícia fez mesmo, foi execução sumária mesmo de algumas pessoas, corpos que foram enterrados, escondidos, o que seria ocultação de cadáver... Sem contar as outras humilhações que sofreram os companheiros durante todo o trajeto pra ser levado pra Colorado, o tempo que ficaram no campo de futebol e depois os companheiros que foram pro hospital pra ficar internado, como é que foi a perseguição dos companheiros... Há todo ali todo um terror, uma operação dessa ela foi claramente feita pra dar exemplo, ela é feita no sentido de criar ali, um acontecimento que marque... Qualquer tipo de contestação da ordem, de iniciativa desse tipo vai ser tratado com essa truculência... (ROBERTO)

Roberto considera que foram as duas coisas. Reconhece e denuncia o que houve, mas defende a posição de “combate” por conta da resistência feroz que os camponeses impuseram, mesmo com toda a situação desfavorável.

E ao mesmo tempo existe a parte da resistência, que foi heróica que foi uma resistência primeiramente desigual daquelas famílias que tavam com armas inferiores, que tavam muito menos preparadas, mas que diante do ataque inimigo resistiram até o último minuto, e principalmente por que era justa aquela resistência, não era errada... Mas desses dois, um é o principal que é o

fator da resistência, então ressaltar a resistência dos camponeses, é principal, porque, ela foi responsável pela a própria conquista depois das terras lá em Corumbiara, no Palmares, em Theobroma, e a continuidade da luta combativa, né?! (ROBERTO)

Ele vai defender a principalidade da resistência, enquanto luta justa, enquanto aspecto predominante. Aspecto que segundo ele, foi negado, omitido, minimizado para coibir qualquer ação mais radicalizada da luta pela terra.

A gente sempre colocou isso, em relação ao uso do termo “massacre” que era o termo geralmente dado pelo PT, pela CUT, pela Igreja Católica, era o fato de ressaltar principalmente esse aspecto, e não o outro... Então, ao ressaltar esse aspecto do massacre, era uma forma também de colocar pra baixo essa forma mais radicalizada de luta... de colocar até os termos que usavam “Santa Elina nunca mais”, como se aquilo ali, o fato dos camponeses terem feito tudo aquilo e resistido, fosse errado, então é... Então não é correto! Então por isso que nós priorizamos essa questão da resistência ao invés de dizer massacre, porque a conotação que nós temos que dar o acento maior, é na principalidade de se ter resistido (ROBERTO)

A ação de repressão e criminalização ao movimento camponês na gerência FHC, fazia-se presente e toda e qualquer ação coercitiva tinha a função de inibir outras lutas no campo. Também na cidade a repressão e criminalização se davam a passos largos. É só lembramos do que ocorreu no mesmo ano com a repressão militar e judicial contra a greve dos petroleiros que desmantelou toda a estrutura de uma das categorias mais organizadas na época. Com esta análise, Roberto foi muito feliz ao observar esta estratégia de criminalização aos camponeses, que será objeto de discussão em outro capítulo deste trabalho.

Uma postura dentro do governo FHC, tinha-se uma postura em relação ao movimento camponês, de que se fazendo um massacre desse tipo iria inibir, já que era um período de centenas de ocupações de terra no Brasil todo, e Santa Elina foi mais uma delas... Só que o desfecho que teve Santa Elina chamou mais atenção pelo enfrentamento dos camponeses, era um ponto importante, na época, porque muitos companheiros compreenderam assim, de ver que as pessoas estavam ali enfrentando o Estado, propondo uma outra saída pra questão agrária e que não fosse o INCRA, as velhas negociações, os *gritos da terra*⁴³, né?! Então era, ainda que não com uma clareza daquela direção que tava ali na frente de Santa Elina, mas existia ali já este horizonte delineado, de possibilidade de uma luta fora desse movimento que era principalmente o MST, fora do PT, os Sindicatos... Por isso que os companheiros ressaltaram essa questão da importância dessa resistência. E aí o que houve foi o contrário, ao invés de inibir, nós tivemos foi centenas de manifestações, de outras ocupações, de solidariedade de outras regiões com os camponeses de Rondônia. Inclusive dentro de Rondônia, a própria postura dos movimentos foi de ir pra cima... (ROBERTO)

⁴³ Grito da terra é uma ação massiva organizada anualmente pela CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura em todos os Estados da federação. É um espaço de agitação desta organização sindical que apresenta pautas de negociações em torno de crédito agrícola e outras bandeiras de luta.

A repressão violenta aos camponeses em Santa Elina impulsionou ainda mais a luta pela terra no Brasil no mesmo ano e nos subseqüentes. Em 1996, os camponeses do Pará, organizados pelo MST, viveram um momento de radicalização e confronto com a PM. O chamado “massacre de Eldorado dos Carajás”, reforçou a denúncia contra o Estado policial implantado no Brasil, ampliou a discussão sobre a concentração da terra no país e representou outro marco de luta e resistência camponesa.

Eu lembro de duas cenas que eu gravei, se eu viver mil anos eu vou lembrar. Uma de medo e outra de coragem. Uma de medo. Era mulher e um homem, um casal bem novinho, ele tinha levado o tiro na mão. Quando a mulher viu o sangue ela desmaiou e não tinha coragem nem pra levantar. A cena de coragem foi assim. Eu estava lá tentando acalmar o povo na hora do ataque, tentando encorajar o povo, dizendo que a gente ia vencer. O dia já claro, o rapaz chegou. Acho que ele morreu porque nunca mais vi ele. Eu tava cruzando o acampamento, o tiro de lá e de cá. Ele tava com um tiro no peito, ele tava com uma jaqueta preta grossa. Ele levantou a jaqueta e mostrou o tiro, e disse “não conta pra ninguém, porque a gente tem que ganhar essa luta, não conta pra ninguém que é pra não amedrontar o pessoal”. Então essa cena ficou marcada porque é uma cena de tanta coragem e disposição.

O ser humano é assim. Se deixar o medo te dominar você até desmaia de medo. Se você tem a tendência de se encorajar, Então se você tem coragem, isso vai te fortalecer, e você passa pela morte e nem vê. Se você morrer naquele momento você nem sente. Eu estava anestesiado, não tinha um pingo de medo, naquele pensamento de vencer, vencer, vencer...

Eu saí por dentro do córrego. E fui pra um barraco da segurança. Tinha só o Sadam. Só restava ele com uma espingarda velha, sem munição. Eu perguntei “e o pessoal?” ele disse, “uns tão por aí, outros morreram...” eu pensei. Voltar aqui só pra morrer? Se tivesse pelo menos uma arma sobrando! Um revólver ou outra arma, eu voltava pro acampamento, e ia morrer trocando tiro. Mas só tinha uma espingarda velha. Ele perguntou: “E aí vamos voltar pra lá?!” Então eu falei, a única saída é tentar furar o bloqueio da polícia e sair pra denunciar o que ta acontecendo. Não resta mais nada a fazer aqui. (CÍCERO)

Nosso último entrevistado foi Cícero⁴⁴, que descreveu acima um relato que comprova a disposição de resistir dos camponeses. Ou resistiam, ou morria mais gente. Não havia como se entregar num “despejo feito à noite”. A ação da PM e pistoleiros foi a de eliminar os camponeses que estavam acampados. Até a última bala, como é citado, muitos camponeses resistiram. De certa forma, os que só tinham a vida a perder, viam não ter muita condição de saírem de lá vivos. Muitos fraquejavam, desmaiavam. Outros resistiam e

⁴⁴ Cícero é uma das principais fontes para compreender o significado daquele acampamento. Mas, além disso, ele teve um papel destacado por ser a principal liderança à frente do acampamento. Ele e mais outros faziam a interlocução com os apoiadores externos, mas é também figura-chave no processo organizativo interno, onde permaneceu até os últimos desfechos da ação da PM e de pistoleiros em 1995. Cícero ajudou no processo de reorganização das famílias em Colorado D’Oeste, posteriormente nas áreas dos assentamentos além de ser um dos fundadores do MCC.

encorajam os demais, como o rapaz que mesmo ferido, ainda tinha disposição de se por em combate, ou o outro camponês, no relato de Cícero, que ficou sozinho, sem munição, mas esperando. De fato esta saída, garantiu que um contingente significativo de acampados, furasse o bloqueio da PM e dos pistoleiros e se escondessem na floresta, na casa de camponeses vizinhos ou se dirigissem à cidade a pé ou de carona. Estima-se que em torno de 2.000 pessoas estavam no acampamento e desse total em torno de 400 foram deslocados amarrados ao campo [de concentração] de futebol onde havia a base da PM.

5 - O CONFLITO DE SANTA ELINA E A GÊNESE DE UM MOVIMENTO CAMPONÊS DE NOVO TIPO

*Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram
Suas leis, para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.
BRECHT, Dias de Comuna.*

Como afirmamos no capítulo anterior, após o conflito na fazenda Santa Elina inúmeras ocupações colocaram a questão da luta pela terra em destaque. Não por ser o conflito em tela o impulsionador desta luta, mas pelo nível de contradições existentes no campo e pelo nível de mobilização dos camponeses, organizados pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por inúmeras outras organizações camponesas. No caso específico do Estado de Rondônia irá surgir o MCC – Movimento Camponês Corumbiara e a LCP – Liga dos Camponeses Pobres, que reivindicam a sua origem em Santa Elina.

As ocupações de terra também são marcos de “fundação” do MST. Mesmo oficialmente surgido em 1984, no seu primeiro Encontro Nacional, o Movimento Sem Terra comemora 25 anos, já que as ocupações das granjas Macali e Brilhante, em 1979, representam a gênese do MST. As duas glebas pertenciam ao complexo Sarandi⁴⁵ e em 1984 a sua última parte, a fazenda Anonni, foi ocupada por cerca de 8.500 famílias.

Logo após o conflito, os camponeses que estavam em Santa Elina receberam o apoio de inúmeras organizações sociais e políticas. Em nossa pesquisa buscamos compreender como se deu o processo de surgimento do MCC e da LCP. Compreendíamos a princípio que o segundo era a dissidência do primeiro e, portanto, seria mais uma organização camponesa a ser criada em Rondônia. Após a entrevista com os dirigentes da LCP e do MCC

⁴⁵ O complexo da Fazenda Sarandi foi desapropriado pelo governador Leonel Brizola para fins de Reforma Agrária por pressão do MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra). A desapropriação do complexo foi interrompida e suspensa definitivamente pelo golpe militar de 1964.

compreendemos que a origem de ambos é a mesma e o impulso se dá por meio do apoio dado por organizações operárias do Sudeste do Brasil.

5.1 - A aliança operário-camponesa e o surgimento do MCC

A história do MCC e da LCP está ligada ao apoio dado por organizações operárias que impulsionaram a luta pela terra em Rondônia. Conforme apontam os relatos é a organização Liga Operária que vai propor e incentivar a consolidação de um movimento camponês capaz de canalizar a combatividade dos camponeses da fazenda Santa Elina. Uma das figuras centrais deste período é Claudemir Gilberto Ramos⁴⁶, o Pantera, uma das lideranças da resistência camponesa no conflito em Corumbiara.

Logo que tem o conflito lá em Santa Elina, a batalha de Santa Elina, se tem uma perseguição grande aos companheiros que tavam encabeçando, inclusive o Claudemir, que é o Pantera, ele foi um dos mais visados, ele não foi assassinado quando foi colocado no caminhão e levado pro hospital, por que a polícia não chegou a reconhecer ele, de tanto que ele tinha apanhado, a polícia não chegou a reconhecer...e muitos companheiros acharam que ele tinha morrido durante os enfrentamentos. (JOÃO)

Segundo atestam os relatos, Claudemir foi uma das lideranças mais visadas durante o conflito ocorrido em Santa Elina. Figura emblemática, o jovem Claudemir foi elogiado por sua posição de liderança e determinação no episódio, foi “torturado, e sofreu tentativa de assassinato quando estava no hospital de Vilhena e depois em Porto Velho” (MESQUITA, 2001, p. 178).

O Claudemir, ao contrário do pai dele, que é o Adelino... o Adelino fugiu de Santa Elina, ele saiu do acampamento alguns dias antes, inclusive levando uma parte das armas que o pessoal tinha. Mas o Claudemir não, ele ficou até o ultimo minuto, e teve uma postura durante o conflito, durante a batalha, bastante combativa, foi uma pessoa que até os últimos minutos colocava pros companheiros que iria resistir ali... Que se fosse pra morrer, morreria... E foi e teve uma posição conseqüente. (JOSÉ)⁴⁷

Mesmo demonstrando críticas a Claudemir, José passa a elogiar a sua disposição de luta durante o conflito, enquanto uma “posição conseqüente”, diferente da posição de Adelino, que segundo o relato, se retirou antes do confronto com policiais, inclusive levando parte das armas da segurança do acampamento. Por conta de sua posição destacada,

⁴⁶ Claudemir Gilberto Ramos, está foragido desde o julgamento que ocorreu de 14 de agosto a 6 de setembro de 2000. Claudemir foi condenado culpado, conjuntamente com Cícero Pereira Leite pela morte dos dois PMs durante o conflito.

⁴⁷ A crítica que faz José é contestada por Cícero. Mesmo com sérias divergências e críticas a uma “postura oportunista” de Adelino, Cícero afirma que as armas foram retiradas do acampamento para tentar criar um foco de resistência fora deste, caso, num confronto com pistoleiros, os acampados também se defenderiam do lado externo. Segundo Cícero, a idéia não deu certo, pois o poder de fogo dos que atacaram o acampamento no dia 09 de agosto era muito grande, além do que, o cerco feito pela PM e pistoleiros impediu qualquer ajuda externa.

Claudemir é uma das principais lideranças que recebe o apoio da Liga Operária, para garantir sua integridade física. Ele e outras lideranças foram levados para outras regiões como forma de garantia de vida.

O Claudemir e mais outros que estavam em Santa Elina, muitos hoje já morreram, outros foram fazer outras coisas, então tinha o Cícero, o Zé da Gata, vários companheiros que tiveram papel destacado na resistência, na autodefesa, esses companheiros foram levados pra outras regiões, alguns para Belo Horizonte, outros pra São Paulo, e foi se criando uma expectativa de se criar um Movimento. Naquela época existiam alguns companheiros da Liga Operária e Camponesa, que estimularam toda a questão de apoio material, de tratamento de saúde, denúncia, e inclusive enviaram algumas pessoas pra Rondônia, na época para ajudar o pessoal de Santa Elina depois do que tinha acontecido. Isso foi decisivo pra conformação do MCC. (JOSÉ)

O relato de José aponta que, para conformar o MCC foi decisivo o apoio dado pela Liga Operária⁴⁸. Além do apoio político, fora dado apoio estrutural e financeiro para que a organização camponesa pudesse se estruturar. Inúmeros entrevistados relatam o apoio dado pela Liga, sobretudo em tratamento de saúde aos que tiveram seqüelas graves em virtude do confronto na fazenda Santa Elina. A Liga investiu alto, enviando para Rondônia vários militantes para ajudar a estruturar o movimento.

O MCC então surge, a partir de uma iniciativa da Liga Operária e Camponesa, junto com os companheiros que já eram lideranças de Rondônia. Esse grupo que não era mais do MST, ainda não tinha uma definição ideológica e política de como seguiria o movimento camponês. Então o MCC foi a tentativa de canalizar aquela luta de Santa Elina, pra construir um movimento que levasse em conta aquela resistência. Então a partir de Santa Elina, buscasse a luta pela terra, mas sempre fora dessa visão de negociação, de eleições, então se deu aí a conformação do MCC, que juntou lideranças de todo o Estado de Rondônia. Então tinha lideranças, principalmente de Santa Elina, de Corumbiara, de vários locais ali. Mas também tinha de Jaru, Theobroma, alguns de Cacoal. (ANTONIO)

Mas, já havia problemas de ordem ideológica que dividia a incipiente organização. Para Antonio, dirigente da Liga dos Camponeses Pobres e que acompanhou a fundação do MCC a idéia era constituir uma organização que rompesse com as negociações, que não defendesse as eleições e apresentasse uma proposta de radicalização da luta pela terra.

⁴⁸ “A Liga, lutando pela conformação da aliança operário-camponesa, tem mobilizado entre os operários e na cidade, recursos materiais e humanos para apoio à luta dos camponeses pobres pela terra e destruição do latifúndio; para apoio à produção dos camponeses pobres e luta contra os monopólios e açambarcadores; e para a defesa, contra os ataques do latifúndio e do velho Estado, do que está sendo conquistado e construído. A construção das Ligas dos Camponeses Pobres no norte de Minas, em Rondônia, centro-oeste e outras regiões do país, caminhando para a criação de uma Liga dos Camponeses Pobres unificada em todo Brasil, é mostra do crescimento do novo movimento camponês em nosso país.” Texto da Liga Operária disponível em: <<http://www.ligaoperaria.org.br/documentos/congresso2-2.htm>> acesso em 01/02/2009.

O MCC foi fundado em Jaru, foi feito um encontro, e nesse encontro foi proposto a sua fundação. Desse encontro participou os companheiros que tinham rompido com o MST, muitos companheiros que estavam no PT, principalmente lá de Corumbiara, e outros companheiros que estavam na luta pela terra buscando também uma organização. E a partir do encontro do MCC, foi um momento que se cria uma organização com um objetivo, mas ao mesmo tempo se abre uma luta, pois havia posições distintas dentro do MCC, além de ilusão com o Estado e principalmente com o oportunismo. (JOÃO)

Dentre as “posições distintas” destacam-se, sobretudo, as divergências de Adelino Ramos e Claudemir com outras lideranças do Movimento. Segundo aponta João e Antonio, estas divergências já vão se explicitando logo no início da organização do Movimento. Se observarmos o próprio relato de João, perceberemos que mesmo com uma proposição de “ruptura” que se alardeava em torno da construção de um novo movimento, perceberemos que este já vem com a participação de “muitos companheiros que estavam no PT”. Vejamos o que nos apresenta Antonio:

Na medida em que foi avançando a prática do MCC, foi cada vez mais se delineando, posições distintas dentro do movimento. Uma posição combativa, que puxava mais a questão da organização das famílias, da democracia na discussão das questões, do funcionamento de coordenações... E por outro uma coordenação que puxava ainda os velhos métodos de organização do MST, baseados no caudilhismo, num certo ‘usar as pessoas pra atingir os objetivos ali’ e que foi ao longo do tempo transformando-se em banditismo. Que é o que a gente fala que o MCC foi se degenerando em banditismo, chegou num ponto que a luta atingiu um nível tal de divergência dentro da cabeça do MCC, que foi preciso romper. (ANTONIO)

Antonio destaca que as fissuras no novo Movimento vão aumentando. Passa a destacar que alguns dirigentes apresentavam métodos organizativos cheios de vícios, sobretudo de “caudilhismo” e “banditismo”. Mas mesmo com toda a crítica a este período pelo nosso entrevistado é preciso descrever o momento, como um período de aprendizado:

Alguns companheiros ali que tinham mais consciência, propuseram a saída e a fundação da Liga dos Camponeses Pobres. Então esse processo todo do MCC foi uma luta muito grande com o Dinho, que é o Adelino, que saiu primeiro inclusive, rompeu antes, mas o Dinho ele sempre deixou claro a posição dele em relação a organização, a dificuldade dele se submeter a organização, isso desde o MST era assim. No MCC não mudou, foi se agravando, mas a luta principal foi com o Claudemir, que era a principal liderança de Corumbiara e que foi se esgotando... Foi tentado se tirar o máximo de proveito dessa luta com ele, pra poder os companheiros compreender porque que tava se dando aquela ruptura, e não se fazer aquela coisa formal e burocrática, mas aproveitar aquilo ali pra se ir extraindo da luta, pra ver com os companheiros que isso aí nós não queremos. Então quando rompeu os companheiros, que vanguardaram a saída do MCC, denunciando todas as posições que o MCC fazia com a massa, de usar a massa, de reprimir, eles chegaram a fazer, assembléia, por exemplo, todos eles armados, pra que era isso? Pra intimidar a massa que participa da

assembléia. Como é que você ia contra alguma proposta que um cara desses vai colocar? Ninguém vai... Então esse tipo de coisa... Outros exemplos: obrigava a massa a pagar tantos por cento de financiamento pra eles, ou obrigava o pessoal da massa a trabalhar pra eles sem se pagar... Então são vários exemplos de que foi se degenerando... (ANTONIO)

As críticas em torno das posições de Adelino e Claudemir se intensificavam. Além do relato de Antonio, que é uma liderança da LCP, buscamos nos demais entrevistados que não exercem qualquer cargo de direção de nenhum movimento o que este processo representou. Muitas são as críticas a Adelino e Claudemir, sobre suas supostas ações já descritas, mas também de outras mais graves, como a de “traição ao movimento”.

O Adelino mesmo, e o filho dele, eles traíram o movimento, fizeram a maior covardia com os companheiros da Liga. Eu tentei avisar que eles estavam gastando o dinheiro em Jarú, enquanto a gente tava no acampamento doente... Teve muito traidor... Eles entregaram a Liga (ANTONIA)

A traição a que se refere Antonia é ao suposto desvio de recursos que a Liga Operária e Camponesa enviava para ajudar as vítimas do conflito. Mas a principal crítica é o fato de pai e filho terem “entregado” seus companheiros, referindo-se a matéria publicada pela revista Isto É de 12 de maio de 1999, que diz que Claudemir teria sido “recrutado para as fileiras” da Liga Operária e Camponesa, tida pela revista como organização guerrilheira.

Buscamos entrevistar a atual liderança do MCC para confrontar as informações e compreender como se deu esse período. Atualmente o MCC está presente em duas áreas. A área denominada Jequitibá, no município de Candeias do Jamari e outra no sul do Amazonas. Adelino Ramos continua como dirigente máximo do Movimento, e em 2007 foi eleito membro titular do Comitê Estadual do PC do B de Rondônia, integrando sua Comissão Política. Em 2008 candidatou-se a vereador no Município de Candeias do Jamari, obtendo 31 votos.

Encontramos Adelino Ramos, o Dinho, na sede do MCC em Porto Velho. Ele já nos aguardava, pois já havíamos marcado previamente um encontro. A sede do movimento fica na zona leste da cidade num terreno que mais parece uma chácara, rodeado por fruteiras e hortas. Há um espaço grande para reunião e uma casa com muitos cômodos. Nosso entrevistado nos atendeu no espaço externo. Há princípio procurávamos por várias lideranças do MCC, mas só identificamos uma liderança. O roteiro seguido foi o mesmo das demais entrevistas.

O perfil da liderança do MCC é o mesmo da maioria dos camponeses de Rondônia. Migrando com a família chegou a Rondônia em 1984 em busca de terra e influenciados pela propaganda governamental. De forma sempre sorridente e com discurso bem elaborado, nosso entrevistado conta com um discurso enfático, sarcástico e com humor.

Sou do Paraná. Eu vim 1984. Vim com a família. A primeira coisa que a gente veio pra Rondônia, o significado é a mentira do próprio governo né?! Que aqui tinha terra, que tinha isso... Que tinha até dinheiro na copa dos paus, né?! E o que a gente vê é que terra tem né? Isso não se nega... Mas não era a propaganda que existia, então não carecia só chegar e já recebia seu lote, sua estrada, se recebia luta. Tinha que se travar luta. O que você encontrava era trabalho braçal, mas não terra. Tinha que ter capital pra ganhar um lote. Eu vim pra Vilhena. Eu fiquei em Vilhena com a família. De Vilhena nós fizemos uma ocupação de terra em Pimenta Bueno, sem movimento, sem nada. Foi onde eu conheci o MST. Lá o MST já me conheceu ocupando terra. Foi lá na Pirajuí. A primeira ocupação em Rondônia. Trinta e cinco quilômetros distante de Pimenta Bueno. Hoje estão assentados... Umas 28... 32 famílias. O MST foi me conhecer através do Roquinho Simão, por causa dos enfrentamentos que teve na Pirajuí. Aí o Roquinho Simão levou o MST, o Cícero foi lá. Foi lá que a gente começou a luta pela terra em Rondônia. (DINHO)

A experiência e disposição de se colocar na luta pela terra vão fazer de nosso entrevistado uma liderança do MST na região próxima ao município de Pimenta Bueno. Com outras lideranças daquele movimento irá ocupar a área denominada Seringal, hoje assentamento 25 de julho no município de Espigão D'Oeste.

No Espigão foi uma resistência quase pior que Santa Elina. Oito meses de confronto. Dia, noite... Graças que do nosso povo não perdeu ninguém. Dos fazendeiros eu não sei o que aconteceu. O nosso povo foi todo feliz. Teve um despejo e outro, mas o povo resistiu e não saiu. Fui mobilizador e organizador. Fiquei oito meses dentro sem sair. Aí eu voltei pra Ariquemes. Fizemos uma ocupação no travessão B40 em Cacaúlândia. Fizemos uma mobilização em Alto Paraíso aí depois dali eu voltei pra Ariquemes. Aí vieram me buscar pra ajudar o Leôncio a ocupar a fazenda Adriana em Corumbiara, que é vizinha da Santa Elina. Aí nós ocupamos lá. Foram cinco anos, três despejos, confusão demais pros fazendeiros, foram oito ocupações no INCRA aqui em Porto Velho. Nós viemos de lá aqui até o INCRA entregar a terra demarcada pro pessoal. Então foi pra plantar um marco do movimento no sul do Estado, onde não tinha nada. Aonde a gente reforçou o sindicato de Cerejeiras na época, aonde criamos o Sindicato de Trabalhadores Rurais em Corumbiara, que eu fui o primeiro presidente lá. No momento o MST usou a covardia dele, que gostava de aproveitar o pessoal, então quando a gente conseguiu assentar o pessoal eles criaram uma treta pra cima de nós, aí eu peguei e me afastei do movimento. Só o Leôncio que ajudou na primeira ocupação lá, mas depois a gente enfrentou sozinho o acampamento. O Cícero que visitava o acampamento. Mas da direção só era eu. Fiquei só lá de 4 pra 5 anos. (DINHO)

Além do relato de Dinho, também outros entrevistados relataram a combatividade e a resistência dos camponeses em Espigão D'Oeste. A resistência armada frente aos pistoleiros dos latifundiários da região vai favorecer a disposição de realizar outras ocupações, na região do cone sul do Estado de Rondônia, no caso a fazenda Adriana. As críticas de Dinho giram em torno do MST “se aproveitar” das lideranças. Mais adiante, nosso entrevistado é enfático

em denunciar um suposto desvio de recursos de um projeto para produção de mel de abelha no assentamento em Espigão.

Eu saí do MST porque o Inácio Lemke, que era da CPT, ele foi embora pra Alemanha e fez um projeto pra criar Abelha, pra 140 caixas. E mandou o dinheiro. Cícero, Etelvina, Leôncio e Isabel, Matilde, Zé Pinto desviaram o dinheiro. Aí um dia eu recebi uma carta perguntando sobre as abelhas. Eu não agüentei. Aí eu fui a Ouro Preto e “quebrei o pau” na reunião. (DINHO)

Ao longo da entrevista Dinho sempre recorre com muita mágoa contra as lideranças do MST em Rondônia. Percebemos que ao se dirigir à região de Corumbiara, as fissuras entre ele e os demais membros da direção do Movimento Sem Terra vão aumentando. Em alguns momentos torna-se confuso os reais motivos de sua saída, mas que não é objeto investigativo de nossa pesquisa. O que se percebe é que há todo um anseio de firmar-se enquanto direção competente de um movimento.

Mesmo criticando Cícero, como um dos envolvidos, este vai se juntar à ocupação de Santa Elina. Aliás, Cícero é o que mais aparece em declarações e está cotidianamente à frente do acampamento até o dia do conflito de 9 de agosto de 1995. Cícero e Ananias também tinham se afastado do MST e vão integrar junto com Claudemir a maior ocupação de terras que se têm notícias em Rondônia.

O acampamento da fazenda Santa Elina foi organizado sem qualquer vínculo com o MST, uma tentativa das lideranças que estavam afastadas, de demonstrarem uma forma mais radicalizada de luta. Ao longo de nossa entrevista o principal dirigente do MCC aponta para esta questão para ilustrar o surgimento desta organização camponesa. Alguns trechos de sua fala:

Depois que a gente saiu do MST, criamos o sindicato de Corumbiara. Criamos todo aquele perfil que era um sindicato de luta, que trazia o povo pra participar do sindicato. (...) Então nós criamos uma comissão de jovens do Sindicato de Corumbiara. Quem mobilizou a ocupação de Santa Elina não foi ninguém mais do que a comissão de jovens. (...) Por que o MST usou e abusou no Adriana que era o nosso assentamento, onde a gente ficou cinco anos brigando quando tava na direção. Aí abandonou tudo. (...) Quando foi mobilizado. A comissão de jovens apresentou os relatórios pra gente. A gente até comunicou: chame o MST pra tomar conta de uma ocupação dessas. Que já tava 624 famílias mobilizadas pra ocupar. Aí foi convidado o Nicolau da Direção do MST. Então o Nicolau deu uma pelegada triste, dizendo que lá não tava nos planos, que não ia ocupar e que ali o MST não aceitava aquela ocupação. Então a Comissão de Jovens disse que não ia perder o trabalho todo e que tinha o interesse de destruir um latifúndio. Que deixassem ocupar. Ocuparam no dia 14 de agosto. Todo o povo do nosso assentamento deu apoio. (...) Então a gente chamou o Cícero e o Ananias que tinham saído do MST também. Já que cinco jovens fizeram essa ocupação de uma forma bem preparada. Os cinco eram: Claudemir, o Socó, José da Silva e mais dois que eu não lembro o nome. Todos da Comissão de Jovens do

Sindicato. Eles foram uma comissão que trabalhava muito, planejava muito. Foi uma ocupação que nenhum movimento conseguiu fazer. Nem o MST, nem MCC nenhum movimento do Estado conseguiu preparar. Por que os cinco jovens ganharam Vilhena, Colorado, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara. Tinha o apoio do povo da região. (...)

O MCC só surgiu por vacância do MST. Por que o MST não quis assumir o povo mobilizado, só pra dirigir e coordenar... Depois que aconteceu o massacre que eu não estava, a única preventiva que saiu foi pra mim. Eu não tava no dia 09, eu tava no Adriana. Por que o meu barraco já tava visado. O avião do Antenor Duarte sobrevoava meu barraco. Depois do massacre eles derrubaram meu barraco. A pista deles era eu. Eu acho que depois que aconteceu o massacre o MST apareceu. Eles saíram na “taca” de dentro do acampamento de Colorado. Aí como é que ficaria esse povo sem uma organização. A CUT, naquele momento deu apoio, A CUT Nacional e de Rondônia e os Sindicatos de Belo Horizonte. O pessoal de Minas pagou pra mim e pro Claudemir segurança. Cinco mil reais cada quinzena. Eu fui pro nordeste mobilizando. Eu não falhei... Eles tavam me procurando aqui e eu tava no nordeste mobilizando.

Ao ouvir as afirmações de Dinho identificamos alguns aspectos já contidos em outras entrevistas. Primeiramente o fato de compreender todo o suporte dado pelo movimento operário através da Liga Operária e do setor ligado ao PT, por meio da própria CUT. Isto se dá pela repercussão do conflito ocorrido em Corumbiara e de outros aspectos que queremos abordar a seguir.

A organização camponesa hegemônica no campo na época, era o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e disputava esta hegemonia a CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Esta disputa se acirrava neste período em que, por exemplo, o MST iniciava a estruturação de outra organização de caráter nacional para representar os assentados de agora, camponeses sem-terra anteriormente, que é o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) ⁴⁹.

A CONTAG⁵⁰ – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura viu no MCC a oportunidade de disputar a organização dos camponeses sem-terra com o MST, daí que tentou aproximar-se das lideranças do conflito. Esta polarização não surgiu no interior do movimento camponês, mas já vinha de dentro do próprio seio do PT – Partido dos Trabalhadores⁵¹.

⁴⁹ O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu no Rio Grande do Sul, no final de 1995 e início de 1996, a partir da ação de um grupo de famílias camponesas diante do contexto da seca que destruiu suas plantações. Os principais Estados que se tornaram os “embriões” do MPA foram Rondônia e Espírito Santo no mesmo período. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Rondônia vinculados ao MPA se desfilaram da FETAGRO.

⁵⁰ Em 1963, nos preparativos para se fundar a CONTAG, O arcebispo de Natal, Eugênio Sales, Conjuntamente com O PTB, ULTAB, AP e outras correntes agrárias já excluía as Ligas Camponesas do que viria a ser uma “Central Única institucionalizada dos trabalhadores agrícolas”, fundada em dezembro daquele ano. (MORAIS, 1997, p. 47).

⁵¹ Esta polarização vai se dar entre dois agrupamentos internos do PT, sendo a CONTAG vinculada à Articulação (Unidade na Luta) e o MST vinculado à chamada Articulação de “Esquerda”. Atualmente o primeiro

É preciso destacar, ainda, que à época do conflito, a FETAGRO (Filiada à CONTAG) era dirigida por lideranças vinculadas ao MST. Após o conflito de Corumbiara, a oposição da FETAGRO (Vinculada à CONTAG), somando-se às lideranças de Santa Elina, vai vencer as eleições para a direção daquela Federação.

O posicionamento do MST durante a ocupação na fazenda Santa Elina, não fora somente de não apoiar aquela ocupação. Ao contrário, passou a atacar os ocupantes articulando um isolamento entre os setores da igreja que apóiam a luta pela terra. A CPT chegou a prestar declarações de não apoiar o movimento no jornal Alto Madeira, em sua edição que circulou em 9 de agosto de 1995, data do conflito.

Segundo a fonte, a CPT RO ainda não definiu apoio aos ocupantes da Fazenda Santa Elina. Isto porque o acampamento e liderado por sem terra expulso do MST, e ademais, a iniciativa foi de apenas um sindicato. A situação é de tensa expectativa. Um contingente de 300 PMs chega à região e monta acampamento. No final do dia uma comissão dos sem terra firma acordo verbal com o comando da Polícia Militar, para, no dia seguinte, negociarem uma saída pacífica para o caso. (Alto Madeira, 09/08/95)

Inúmeras organizações prestaram solidariedade aos camponeses vitimados no conflito. Muitas organizações foram obrigadas a denunciar as atrocidades e outras viram naquele episódio um palco para suas encenações. Mas houvera os que identificavam a combatividade daquela luta, a disposição de luta dos camponeses e o momento para se iniciar a construção de uma organização camponesa que renegasse o atrelamento a partidos eleitorais, como a Liga Operária, que atuava à época na região do Estado de Minas Gerais e São Paulo. Convergindo taticamente os interesses da FETAGRO, da Liga Operária e das lideranças de Santa Elina para a conformação de uma outra organização.

Foi feito um encontro no Centro Comunitário da igreja católica em Jarú e decidi criar uma outra sigla. Eu achei que foi muito cedo. Reunidos todos os assentamentos, todos queriam criar um movimento, por que o MST era cúmplice pela entrevista que o Leôncio e o Gadelha deram na imprensa, e negaram de assumir. E depois foram denunciar tudo que aconteceu. A minha filha, a Célia, quando foi presa que chegou na delegacia viu o documento do MST na mesa do delegado. O Leôncio assinou! (...) Cinquenta por cento do massacre foi culpa do MST. Por que o MST ainda quer ser dono da luta. Então nessa necessidade como é que iria acompanhar os sobreviventes? Como é que iria ficar a luta pela terra daqui pra frente? Aí que o povo decidiu criar essa sigla. (DINHO)

Nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 1996, se reúnem no 1º Encontro Estadual dos Assentados de Corumbiara e Companheiros comprometidos na luta pela terra, que foi realizado na cidade de Jarú. O encontro reuniu cerca de 300 pessoas. Seu objetivo era

agrupamento é denominado de “campo majoritário” e o segundo perdeu alguns quadros que conformaram o PSOL, mas a maioria dos dirigentes do MST continua sustentando a militância no PT.

organizar a luta camponesa num nível superior, unindo-se com todas as organizações populares que apoiavam naquele momento ações mais combativas, visando construir a aliança operário-camponesa. O Encontro culminou com a formação do Movimento Camponês Corumbiara — MCC. Mesmo com um discurso enérgico de radicalização da luta, haviam muita gente vinculada a partidos e outras organizações, já que a constituição do MCC, como já afirmado acima, convergia com diversos interesses de várias correntes políticas. Perguntamos a Dinho como surgiu a sigla MCC e como se deu esta construção no encontro:

Tinha vários nomes. Foi dividido em grupo. Tinha mais de 300 presentes. E passou esse nome. Quem deu esse nome foi o povo da Liga. Lá tinha uns 4 a cinco nomes. O pessoal da Liga tava junto. Vieram gente de Pernambuco, de Minas Gerais, Direitos Humanos de Minas Gerais, de Brasília, tava o PT, o PC do B, a Kanindé, tava a associação dos índios, tinha sindicato de São Paulo e tinha entidade do Rio de Janeiro. E aí passou o nome que a liga indicou. Na época era Liga Operária Sindical Camponesa, aí tiraram a Sindical e ficou Liga Operária. O pessoal da Liga que deu esse nome. (DINHO)

Na entrevista tentamos extrair o máximo sobre esse processo de ruptura da “Liga” com o MCC. Conforme já afirmou Antonio, (ver p. 97) a situação chegou ao ponto da “Liga sair do MCC”. Esta informação é importante pra compreendermos o cenário que se dá este conflito interno do embrionário movimento.

Então depois quando surge a Liga, em Theobroma, ela surgiu dessa agudização dentro do MCC, mas também com uma posição mais clara e definida do que era a Liga, em relação ao movimento camponês em geral. (JOSÉ)

Para além de uma discordância de denominação e método está o caráter ideológico em torno de qual caminho seguir em torno da luta pela terra. A denominação de “Camponeses Pobres” é fundada por Lênin⁵² ao identificar as categorias na classe camponesa. Ao propor esta denominação a “liga” já apontava para uma forma organizada de enfrentamento no campo, retomando a radicalidade da luta pela terra que identificaram em Santa Elina. E como surge a idéia de organizar este novo movimento dentro do MCC. Vejamos:

Eles vieram depois do massacre. Eles partiram pra apoiar o movimento. A Liga é complicada, pra o que eles queriam na época e hoje do jeito que ela atua. Ela deveria ter o maior movimento. Por que eles quiseram obrigar todos a aderir como eles queriam. Eles não usam o nome direto como deveria ser. Eles criam o nome, mas não assumem a direção, não assumem a cara. Eles vieram dando apoio ao MCC, pra no fundo ser a Liga. Como não

⁵² Lênin em *Aos Pobres do campo* tratou de analisar a luta de classe no campo e as diversas estratificações desta classe, fazendo a seguinte divisão: camponeses pobres, camponeses médios e ricos proprietários. À época os camponeses pobres que viviam em situação de semi-servidão representavam, segundo Lênin, dois terços de toda a população do campo (LÊNIN, 1984, p. 31 e 34).

deu do jeito que eles quiseram, por que eles brigaram com o Claudemir aí eles criaram a LCP.

(...)

Eles queriam dirigir o Movimento. Era o MCC, mas era Liga. Aí deu confusão com o Claudemir. Aí ele falou. Nós criamos um movimento, aí vocês querem usar uma sigla e atua com outra, aí não dá. Aí deu uma confusão, aí nós tiramos o Claudemir e eu assumi o MCC. Aí deu uma confusão no Jornal até o dia que eles ameaçaram soltar uma bomba no Diário da Amazônia... Deu tanta polícia... Aí pararam de bater.

(...)

A única coisa que eu não concordo com a Liga é a forma como eles trabalham. Mas o problema é a forma que eles fazem. Quando eles precisam de você eles te procuram... Ou você assume ou não presta. Eles vieram me procurar. Ofereçam pra mim dinheiro pra organizar a Liga aqui, mas eu não aceitei. Eu falei... Eu não assumo pela forma de atuação de vocês. A briga foi mais com o Claudemir. Mas comigo foi só o tal do Camarão. Ele falou pra Folha de São Paulo que eu cobrava pedágio em acampamento. (DINHO)

Perguntamos a Dinho se houve qualquer resposta na imprensa diante das acusações de Camarão ou houvera qualquer crítica à LCP em veículos de imprensa, sendo negativa sua resposta. Quando perguntamos sobre a matéria de Isto É de 12 de maio de 1999, que acusava a Liga de ser grupo guerrilheiro, nosso entrevistado desconversou alegando desconhecer e afirmando “eu tenho que ver esta matéria”, e concluindo que há muitas invenções na imprensa, citando como exemplo uma intimação para desocupar uma área em que o MCC figurava como ocupante, sendo que este desconhecia sequer o local onde ficava.

De fato o que percebemos em Dinho é um discurso astuto, bem elaborado e de tom “radical”, mas que na prática do movimento que coordena é repleto de contradições. Ao tempo que critica a gerência petista, mantém íntimas relações com parlamentares do governo, com dirigentes petistas que estão em cargos do governo federal e é denunciado por inúmeros camponeses em áreas onde já atuou, como a área denominada Flor do Amazonas⁵³ no município de Candeias do Jamari.

Segundo Mesquita (2001, p. 152 e 153), o MCC faz a inscrição e encaminha para o Ministério Público e este se encarrega de fazer a triagem. Após o INCRA recebe os nomes já selecionados, é liberada a Licença de Ocupação para irem para a terra e em seguida é dada a emissão de posse das terras desapropriadas. A descrição de Mesquita com as informações

⁵³ “Os camponeses foram mobilizado para com 2 meses irem para cima de um lote de cem (100) hectares conforme pregava a direção do MCC. Mas no acampamento era diferente, o povo era humilhado, a produção da roça, metade ia para secretaria do movimento em Porto Velho, no inicio o povo fazia carvão, tirava cipó, óleo de copaíba, fazia vassoura e tudo era dividido com Sr. Adelino Ramos, autoridade máxima do MCC, e quem discordasse era expulso, tempo ruim porque o INCRA não dava nenhuma assistência, não tinha lona não tinha cestas básicas” (trecho extraído do histórico do “Pré-Assentamento” Flor do Amazonas, p. 2). Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2008/04/416769.pdf> .

prestadas por Dinho contrasta uma postura de conluio e envolvimento promíscuo com setores do Governo com o discurso enérgico e de ruptura com as “velhas práticas” do MST, tão criticadas.

Dos dias 15 a 18 de Fevereiro de 2004, o MCC realizou seu VI Encontro. O relatório do Encontro⁵⁴ aponta para uma análise contundente sobre a problemática agrária, mas também resume a linha adotada por este movimento. Segundo o relatório, Claudemir Ramos é definido como “coordenador do comitê nacional do MCC” e preside a mesa de abertura do encontro que é composta por: Olavo Nienow, à época superintendente do INCRA e seu assessor Gadelha (o mesmo que era membro da CPT à época do conflito); além dos deputados Eduardo Valverde (PT-RO), Anselmo de Jesus (PT-RO), Moisés Diniz (PC do B – AC) e vários outros parlamentares que estiveram presentes ou enviaram saudações ao MCC. Na abertura, Dinho entrevistou afirmando “Lula ganhou a política e não o poder, e depende de todos nós ajudar, tomar cuidado com o que é nosso, o Brasil. Que o Lula esta no volante e nos temos que cuidar muito bem desse veículo”.

Com imagem desgastada, sem muita perspectiva de ampliação de ações, o futuro do MCC é incerto. Acusando os demais movimentos de “pelegarem”, atua de modo a receber financiamento externo de organizações de matizes teóricas de vários tipos. Sustentando ser o defensor das vítimas do conflito da fazenda Santa Elina, o que de certa forma dá um respaldo externo, o MCC é expurgado das áreas onde vivem as vítimas do conflito. Segundo a liderança do MCC hoje sua principal atuação é no sentido de ir organizando uma “Associação dos Camponeses do Estado de Rondônia”, que segundo o nosso entrevistado não cobra mensalidade nenhuma, e com uma taxa mensal de R\$10,00 os sócios terão direito à assistência médica.

Como já identificado, a história do MCC e da LCP estão intrinsecamente associadas, sendo impossível discutir um sem citar o outro movimento. O que nos chamou a atenção ao longo deste processo, sendo delimitado por nossa pesquisa, é o fato de que a atuação do MCC restringe-se ao território do Estado de Rondônia, enquanto a Liga dos Camponeses Pobres estendeu-se a outras regiões do País.

Além dos atuais dirigentes do MCC e da LCP, uma entrevista importante, pelo conteúdo e pela contribuição dada ao acampamento de Santa Elina, ao acompanhamento posterior das famílias que viveram todo o conflito até à posse da terra, além da sua participação no período inicial do MCC, foi a entrevista feita com Cícero. O pesquisador

⁵⁴ Relatório disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/03/276135.shtml> (acessado em 17/02/2009).

havia visto Cícero apenas uma vez, na época do julgamento. E depois se tinha vagas notícias de que estava pela região de Ouro Preto, trabalhando. Passamos uma tarde em sua residência e ele se dispôs prontamente a dar uma entrevista.

Foram quatro horas de diálogo, que se transcrita em sua totalidade neste trabalho, nos levaria outros debates. Passamos então a resumir o diálogo. A história de Cícero Pereira Leite Neto é o retrato de uma *triste partida*, como dizia Luiz Gonzaga, de migrantes que perambulam há décadas de norte a sul do país em busca de melhores condições de vida. Nascido em Pernambuco, migrou em 1970 com sua família para o Paraná. Ainda era jovem, e foi trabalhar “à meia” no sul do país. Permaneceu lá por quatro anos, quando se introduziu um outro agente no campo: a mecanização. Não conseguindo mais trabalho, porque não arrendavam terra para camponeses trabalharem manualmente, foi obrigado a voltar para Pernambuco com sua família. Já havia ouvido falar de Rondônia, mas resolveu “tentar a sorte” na terra natal. Passaram dois anos. Sem muita perspectiva, Cícero e sua família decidiram vir para Rondônia em busca de terra.

O pai, a mãe e os oito filhos chegaram 1976 na região de Ouro Preto. Conseguiram um lote, já que a política de distribuição de lotes não permitia que “homens solteiros” pudessem ter um. Produzindo no lote do pai, Cícero e seus irmãos começaram a atuar nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da igreja católica. Era o auge da chamada “Teologia da libertação”, e logo conhecera a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que acompanhava os conflitos em Rondônia. Com o surgimento no sul do país, do MST, a CPT tratou de trazer o movimento para cá. Buscou nas comunidades de base, entre suas lideranças a base para o embrião do novo movimento.

Cícero foi um do que se envolveu na fundação do MST. Como ele mesmo diz “era jovem, com aquela vontade de fazer tudo, tudo o que vinha a gente encarava, participava...”. Cícero ajudou a fundar o PT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto e posteriormente o MST. Descreve com detalhes as lutas espontâneas que estavam acontecendo no campo, antes mesmo do surgimento do MST. Segundo ele “O MST foi oficialmente criado em 1984”, mas funcionava como um bombeiro apagando incêndios, dando orientações às ocupações. Um suporte da CPT. Reconhecendo sua origem, a experiência e aprendizado que teve nas organizações e na igreja, Cícero se torna dirigente do MST até 1992. Descreve as ocupações iniciais do MST, já relatadas neste trabalho, e por fim relata que se afastou do movimento por divergências que não quis detalhar, passa a acompanhar uma outra mobilização, mas se distancia dos cargos de direção. A análise que fazemos da postura de

Cícero é que este defendia uma luta mais radicalizada, um embate mais direto, coisa que não encontrou ressonância em boa parte da direção do MST.

As críticas feita a Adelino Ramos, são as mesmas relatadas pelos dirigentes da LCP. Cícero identifica que Dinho se aproveitou do apoio dado pela Liga Operária, para proveito próprio, ao tempo que tentava distanciá-lo porque sabia que ele era o único que representaria uma ameaça à sua hegemonia, como em suas próprias palavras: “Ele criou uma panelinha e iludiu a Liga dizendo que os outros não prestavam, que quem prestava era só ele”. As divergências entre Cícero e Adelino vão repercutir também no seio da massa de camponeses que já estavam assentados:

Eu puxei uma assembléia pra discutir com o povo. O povo disse “não nós vamos ficar com você”. “O Adelino sumiu pra lá e a Liga só apóia o pessoal do Adelino e um grupo de 10 famílias”. O povo não sabia que a Liga mandava dinheiro. E a Liga não sabia quem era o Dinho. E depois passaram um a acusar um ao outro. Teve uma ocupação. Mas não tinha direção política. Quem deu a direção política foi o pessoal da Liga. A liga mandou dinheiro, fez um centro de formação lá em Machadinho, na barragem. Eu não tenho raiva do pessoal da Liga, só acho que eles foram burros em acreditar no Adelino. Eu não tenho raiva deles. Hoje eu não conheço quem é da Liga. (CÍCERO)

Ao passo que foi sendo isolado, Cícero começa a se distanciar do MCC. Era o período em que ia à Júri, além das inúmeras pressões que sofria, de “recados” do latifúndio, dizendo que sua cabeça estava a prêmio. Após a condenação, os advogados orientaram que ele deveria se afastar de tudo, para não comprometer a apelação judicial. Nunca mais Cícero recebeu qualquer informação sobre o seu processo. Em outubro de 2007, quando estava trabalhando na rua, na cidade de Ouro Preto, foi surpreendido com a abordagem da polícia, dizendo que estavam lá para prendê-lo. Acabou amargando meses na cadeia, e descobrindo que não tinha advogado constituído⁵⁵, como afirmava a direção do PT, que disse estar acompanhando o caso.

Tendo um advogado que foi conseguido por familiares e amigos mais próximos; Cícero foi para o regime semi-aberto, mas amargou meses na cadeia de Ouro Preto e Colorado D’Oeste. Não esconde a mágoa pelo PT, partido que ajudou a fundar, e que não obteve nenhum apoio político, jurídico e moral nos momentos em que esteve preso. Enviou uma carta da prisão, pediu a familiares que entrassem em contato com parlamentares, mas não obtiveram sucesso. Reclama que quando precisou o abandonaram e ainda acabaram mentindo

⁵⁵ “Transcorrido in albis o prazo, expeça-se carta de ordem ao Juízo de Ouro Preto do Oeste, onde o revisionando encontra-se cumprindo pena, a fim de que seja este intimado pessoalmente para, querendo, constituir advogado no prazo de cinco dias ou manifestar sua vontade no sentido de que a sua defesa seja realizada pela Defensoria Pública. Intimem-se. Porto Velho - RO, 25 de julho de 2008.(a) Exmo. Sr. Des. Renato Martins Mimesi Relator” Despacho do juiz, disponível em: <www.tj.ro.gov.br>.

a ele que estavam resolvendo as coisas, o que atrapalhou, inclusive, que outras organizações oferecessem apoio jurídico.

Se me perguntarem se alguém da chamada “esquerda” deu algum apoio ou me ajudou, eu digo que não! Nada... Infelizmente. O pessoal do PT, eles poderiam ter criado uma discussão em torno disso, mesmo que não tivesse jeito juridicamente, mas se criava um fato... Mas não criaram. Não fizeram nada. Porque eles não têm mais interesse nisso. Isso não dá voto mais. (CÍCERO)

Mesmo se distanciando da luta pela terra, Cícero afirma que tudo foi um aprendizado. Que cresceu com toda aquela luta. Teve que amargar como “bode expiatório” como mesmo se define, mas disse não se arrepender do que fez, porque percebe que aquela luta na fazenda Santa Elina, mesmo com o ocorrido, foi vitoriosa, já que a resistência e a persistência dos camponeses viabilizaram que quase a totalidade das famílias fosse assentada. Ao longo da entrevista, diferentemente dos relatos dados pela atual liderança do MCC, Cícero aponta o que ocorreu na data do conflito, as torturas e o sofrimento do povo quando da invasão ao acampamento. Mas enaltece a coragem e a resistência de muitos companheiros e companheiras seus até o último minuto resistiram como podiam.

Cícero se afastou do MCC, mas o próprio movimento já travava luta interna como já identificada nos relatos feitos anteriormente. Mas este foi um processo que perdurou até 1999, antecedido por uma etapa intermediária. Ao iniciarem o processo de ruptura com Adelino e seu “caminho oportunista”, os camponeses que irão criar a LCP, constituem as chamadas **Comissões Camponesas de Luta (CCL)**, que seria o embrião do novo movimento. Segundo o material da LCP intitulado *Cinco passos para a conquista da terra*

As Comissões Camponesas de Luta foram grupos de companheiros decididos pela luta popular revolucionária que atuaram para levar adiante a luta pela terra em diferentes regiões do país. As CCLs são o prosseguimento da luta combativa dos camponeses que tem levado a frente a luta de forma combativa e sem conciliação com os inimigos. Exemplo disto foi a tomada da fazenda Santa Elina em 95, onde os camponeses opuseram uma feroz resistência ao massacre covarde e sanguinário promovido pelo latifúndio e seu Estado genocida.

As CCLs são a continuidade do espírito de Corumbiara, da resistência camponesa de Corumbiara. São as CCLs que seguiram firme com a bandeira vermelha da resistência de Corumbiara. O MCC foi tomado por oportunistas e traidores da causa dos camponeses pobres se transformando num bando de exploradores e opressores das massas. As CCLs surgiram das companheiras e companheiros que não aceitaram a traição do MCC, o oportunismo do MST e a velhacaria das CONTAG, Federações e Sindicatos e são por isto mesmo o resultado da depuração do movimento camponês em nosso país. Por isso mesmo elas são o embrião da construção das Ligas de Camponeses Pobres em todo o país e a base para a transformação das lutas pela terra num vigoroso movimento camponês revolucionário, único caminho para uma

verdadeira e efetiva conquista da terra para os pobres do campo. (CINCO PASSOS PARA A CONQUISTA DA TERRA, s/d, p. 4).

Como se observa, o texto dos *cinco passos*, um dos primeiros documentos que apontava para a conformação da LCP, vai se iniciando nas novas ocupações ou nas áreas dos camponeses que vieram da ocupação de Santa Elina, um debate com a circulação e estudo desse documento que denunciava o que teria se tornado o MCC, mantendo também crítica severa as demais organizações tidas como “oportunistas”. O resultado deste trabalho de base nas áreas vai culminar com a fundação da Liga dos Camponeses de Rondônia no ano 2000.

5.2 - A Liga dos Camponeses Pobres e a bandeira da Revolução Agrária

Desde o princípio era idéia de se fundar a Liga dos Camponeses Pobres e não o MCC. Então até a questão de criar o MCC foi uma luta, pela própria denominação. E na verdade os companheiros que defendiam a posição de ser Liga perderam... Então depois quando surge a Liga, ela nasce dessa agudização dentro do MCC, mas também com uma posição mais clara e definida do que era a Liga, em relação ao movimento camponês em geral. E aí tem sido... A fundação da Liga foi em abril de 2000, então estamos aí com 8 anos de fundação da liga, mas se for pegar o histórico nós somos parte dessa luta de Santa Elina, então estamos aí com 13 anos de conformação desse movimento. (JOÃO)

Como a própria citação acima traduz, a trajetória da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) é confundida com a origem do MCC. Além das entrevistas, utilizamos de vasto material recolhido na sede do Movimento, no município de Jaru, além dos inúmeros diálogos com os camponeses que estiveram em seu 5º Congresso realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2008 em Porto Velho, no Campus da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Neste encontro também foram discutidas e votadas as teses que analisamos para melhor estudar o Movimento.

Um dos principais subsídios que apontam a natureza e os princípios desta organização está contido em um documento intitulado “Nosso Caminho” e contém 40 páginas. Nele estão contidas uma análise da situação política do País, a Questão Agrária, a Questão Indígena e aponta para um “programa agrário de transformação radical do campo”, além de informações sobre o programa geral da LCP e como esta se organiza.

A Liga dos Camponeses Pobres está atualmente organizada em diversos Estados da Federação. Tentamos um contato mais direto e observamos que sua estrutura é descentralizada, constituindo-se de uma Comissão Nacional das Ligas de Camponeses Pobres, responsável pelas articulações de ações conjuntas. Em nível local, a LCP organiza-se por regiões de atuação que diferem da estrutura federativa, podendo representar o conjunto de camponeses de um ou mais Estados da Federação.

QUADRO IX LIGA DOS CAMPONESES POBRES – EVOLUÇÃO ORGANIZATIVA				
Região	Denominação	Fundação	UF	Famílias*
Norte	LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental**	1999	RO	5160
Sudeste	LCP do Norte de Minas	1999	MG	3000
Centro-oeste	LCP do Centro-Oeste	2003	GO	2700
Norte	LCP do Pará-Tocantins	2006	PA, TO	1200
Nordeste	LCP do Nordeste	2007-2008	AL, CE, PE	1500
Total	05		08	13560

* Números aproximados tendo em vista muitas oscilações em áreas de acampamento

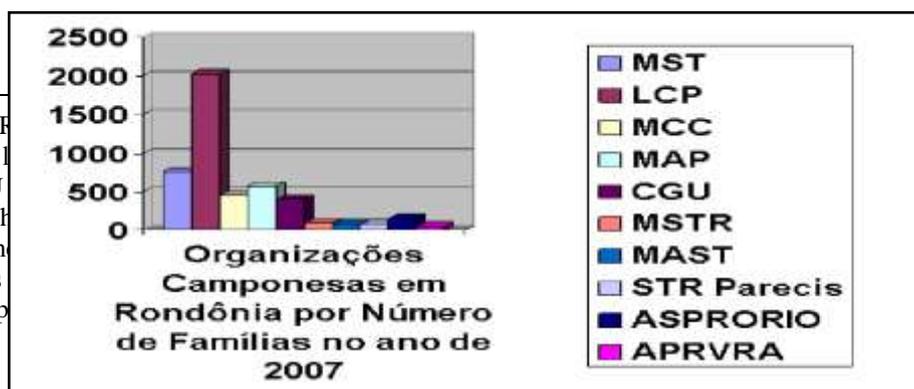
** Dados coletados no início de 2009.

Fonte de Dados: CPT, OAN, LCP e Jornais diversos.

Org: Márcio M. Martins, 2008.

Em Rondônia, onde surge este Movimento, seu crescimento torna-se muito rápido em virtude da própria atuação do MST que nos últimos anos tem realizado pouquíssimas ocupações, seguindo a orientação de sua direção nacional. Com base nos dados coletados na CPT, por intermédio de um Dossiê de conflitos agrários disponibilizado pelo Advogado Afonso Maria Chagas, no final de 2007 e início de 2008 há em Rondônia 97 áreas de conflito agrário que envolve 11.877 famílias. São acampamentos, posses irregulares de camponeses que hoje são ameaçados pela expansão de latifúndios e na maioria dos casos em áreas pertencentes à União Federal. Deste total 4.034 famílias não tem vínculo direto com qualquer organização camponesa e estão dispersas entre as várias regiões do Estado. O quadro das famílias que se organizam em torno de organizações camponesas é distribuído conforme o gráfico abaixo.

O MST tem em torno de 757 famílias, distribuídas em 10 áreas sendo que em algumas delas os acampamentos chegam a mais de 6 anos. A LCP tem em torno de 2.021 famílias distribuídas em 14 áreas sendo que em muitas delas já se tem o que movimento chama de “corte popular” e as famílias já estão produzindo em seus lotes. O MCC tem em torno de 458 famílias, enquanto o MAP (Movimento Agrário Popular) tem em torno de 574 famílias. Entre os demais Movimentos alguns já foram dispersos como é o caso do MSTR⁵⁶ (Movimento Socialista dos Trabalhadores Rurais) e o CGU (Grupo Conquista da União), sobretudo pela ação de pistoleiros⁵⁷.



⁵⁶ O MSTR

⁵⁷ O CGU

CP. Em 2003 as

o Novo/RO. Há to. No entanto, vardemente por de Porto Velho,

Base de Dados: 1) Dossiê de Conflitos Agrários em Rondônia - Afonso Maria Chagas (CPT) – 2007/2008; 2) Relatório da Ouvidoria Agrária Nacional – 2007 e 3) Jornais da região

Organização: **Márcio Marinho Martins**

Segundo o INCRA, em 2005 a LCP organizava 1.997 famílias distribuídas em 8 acampamentos, enquanto o MST respondia por 987 famílias distribuídas em 12 acampamentos. Já naquele ano a LCP congregava um número maior de camponeses em face das outras organizações camponesas de Rondônia (PRRA/INCRA, p. 70, apud SOUZA, 2006, p.81). Em contato com a secretaria da Liga dos Camponeses Pobres em janeiro, buscamos informações sobre como se dá este processo organizativo em 2009 e obtivemos os seguintes dados:

QUADRO X	
ATUAÇÃO DA LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental em 2009	
Tomadas de Terras entre 2007-2009	10
Trabalho em áreas antigas entre 1997-2007	33
Áreas de influência da LCP	09
Número de famílias nestas áreas	5.160*
Total de áreas dirigidas ou sob influência da LCP	52**

* Não se inclui o número de camponeses das áreas de influência.

** A LCP disponibilizou o número total de famílias e áreas, mas não nos informou sua localização.

Fonte: Secretaria da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental (2009)

Organização: **Márcio M. Martins**

Observamos que não há uma hierarquia direta em torno da organização nacional da Liga dos Camponeses Pobres, mas há uma mesma linha política das várias Ligas que surgem na atualidade. Portanto, nossa análise vai se dar em torno da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia, já que o Programa da LCP nas regiões em que atua é o mesmo. Em síntese, está assim apresentado no documento "Nosso Caminho", o programa da LCP, em que aponta quatro tarefas ou pilares fundamentais (p. 24 e 25):

1 – Tomada das terras e destruição dos latifúndios pelos camponeses pobres organizados e distribuição das parcelas de terra para os camponeses pobres sem terra ou com pouca terra;

2 – Libertação das forças produtivas do campo através da eliminação de todas as relações de produção baseadas na exploração do homem com a adesão voluntária à Ajuda Mútua e outras formas de cooperação;

3 – Organização e exercício do Poder Político pelas massas nas áreas tomadas;

4 – Nacionalização e estatização das grandes empresas capitalistas rurais nas áreas tomadas e com o avanço da Revolução.

Este Programa Agrário, como observamos, aponta para um desenvolvimento do programa geral das Ligas Camponesas organizadas nos anos de 1950 e 1960, embora apresentando diferenças programáticas entre ambos, no que se refere aos pontos de identidade entre a LCP e as Ligas daquele período, que naquela época apontavam para uma "Reforma agrária na lei ou na marra", que trazia implícita a óbvia necessidade da "marra" no lugar de uma lei ineficaz e ineficiente.

As Ligas de Camponeses Pobres levavam a luta pelo Programa Agrário e de Defesa dos direitos do Povo como instrumento capaz de assentar as bases para a aliança operário-camponesa e impulsionar a Revolução Agrária em nosso país. A tomada da terra de forma organizada para destruir o latifúndio, a luta pela produção de forma cooperada e o exercício do poder pelas massas em cada área conquistada é o ponto de partida. Daí que, a preparação para realizar esta ação de forma consciente e disciplinada, cumpre um papel chave em nossa luta. (CINCO PASSOS PARA A CONQUISTA DA TERRA, s/d, p. 4)

Na atualidade, a luta camponesa propagandeada pela LCP, propõe ultrapassar os limites da atual legalidade do Estado para a democratização da terra e por fim ao latifúndio. A reforma agrária institucionalizada pelo Estatuto da Terra, que grosso modo é uma atualização da Lei de Terras de 1850, determina que somente por intermédio da compra as terras improdutivas deveriam ser destinadas para a “reforma agrária”, mantendo inalterada a questão agrária no Brasil. Então, a “tomada de terras de forma organizada”, a “luta pela produção cooperada” e o “exercício do poder pelas massas”, torna-se os instrumentos iniciais em cada área onde atua a LCP.

A LCP, no seu programa, ao substituir a palavra de ordem "Reforma Agrária" por uma "Revolução Agrária", marca uma evolução no movimento camponês do Brasil, que aponta para transformação radical das relações de propriedade no campo em nosso país, sem a qual a situação agrária permanecerá, em última instância, inalterada. As Ligas Camponesas, ao defenderem a consigna de uma Reforma Agrária Radical, claramente, apontavam neste sentido, para uma ruptura estrutural da sociedade capitalista brasileira.

Identificamos uma diferença considerável em relação ao movimento camponês mais massivo do Brasil, o MST, quanto às proposições programáticas de seu projeto para e dos

camponeses do Brasil. O MST desde sua origem mantém uma vinculação “carnal” com os setores mais progressistas da Igreja Católica e com o Partido dos Trabalhadores. O programa de Reforma Agrária apresentado pelo MST aponta para uma necessidade de democratização do acesso à terra no Brasil, realizando uma crítica quanto ao modelo concentrador histórico por que vive o nosso país e aponta:

A proposta de mudanças no campo, aqui defendidas e almejadas pela imensa maioria da população do meio rural, representa um sonho. Uma utopia. Em busca da qual seguirá nossa luta permanente.

A correlação de forças existentes atualmente em nossa sociedade não permite a sua implementação. As classes dominantes, que detém o governo e as leis, congregadas pelos interesses dos latifundiários, da burguesia e outros interesses estrangeiros, possuem ainda uma enorme força para manterem por muito tempo a atual situação. (MST, Programa de Reforma Agrária, 1995, p. 27).

Ao apontar para uma transformação estrutural como “um sonho”, “Uma utopia”, e considerar que a correlação de forças com as chamadas classes dominantes é desigual, propõe duas tarefas básicas para “alimentar” o Programa: 1). Mobilização Popular que viabilize a construção de um amplo movimento popular e; 2) A ação do Estado Democrático Popular, onde identifica o Estado como o “Instrumento fundamental de implementação das propostas”, enquanto um Estado “gerido democraticamente”, havendo outro nível de “colaboração e participação entre as esferas federal, estadual e municipal”.

O MST intitula-se socialista e mantém profunda admiração pela revolução Cubana. Sem se aprofundar acerca de qual caminho aquele processo revolucionário armado desempenhou; sua linha política ou o que se tornou, o fato é que se aplicou naquele país uma luta armada de assalto ao poder para derrubar as oligarquias agrárias. O que o MST propõe é diferente. Ao identificar um constante “descenso na luta de massas” e esperando uma “correlação de forças” favorável para uma transformação estrutural, passou-se a adotar a estratégia de cada vez mais se associar à estrutura do Estado burguês (mais conhecido como “Democrático de Direito”), sobretudo com a eleição de Luis Inácio da Silva à presidência da república.

A própria paralisia do MST fez com que diversas lideranças desse movimento, em diversos Estados, rompessem com o Movimento e iniciassem inúmeras ocupações de terra por todo o país. Uma das regiões de maior atuação do MST, o Pontal do Paranapanema, em São Paulo, tem registrado um grande número de ocupações sob a bandeira desse movimento, mas

que na verdade sua maioria é atribuída a José Rainha Júnior⁵⁸, que foi expulso do MST em 2004.

Sem identificarmos os pressupostos teóricos destas organizações camponesas não é possível identificar a diferenciação entre os que propõem uma “reforma agrária” ou uma “revolução agrária”. Elegemos para análise comparativa em torno do que propõem a LCP, o MST, por entendermos ser este o movimento de maior organização em nosso país e que hoje se encontra em crise frente às inúmeras dissidências existentes. Portanto, com base nas diferenciações de Reforma e Revolução Agrária, defendidas pelo MST e LCP, respectivamente, é possível traçarmos uma análise.

5.2.1. Reforma ou Revolução Agrária?

O conceito de reforma agrária está associado a uma mudança da estrutura agrária de cada país ou de uma determinada região que visa a distribuição de propriedade ou posse da terra. De certa forma não há nada de revolucionário nisso. Mas por que no Brasil e em outros países subdesenvolvidos não ocorreu uma reforma agrária? Antes de respondermos esta indagação é preciso conceituar o termo “reforma agrária” e analisar o contexto histórico em que este se desenvolveu.

Segundo Souza (2006), os autores Morais e Pereira identificam “cinco modelos de reforma agrária teoricamente definidos por um número de variáveis expressas em seu conteúdo e pela afirmação de que em nenhum país a reforma agrária correspondeu a um desses tipos de forma pura”. São eles: **Reforma agrária ou desenvolvimento agropecuário, Reforma agrária tutelada, Reforma agrária modernizadora, Reforma agrária evolutiva e Revolução Agrária** (MORAIS & PEREIRA, 2002, p.7-45). Souza sintetiza os cinco modelos definidos por Morais & Pereira, a saber:

- a) **Reforma agrária ou desenvolvimento agropecuário:** É o “Processo de modernização da agricultura e pecuária baseada na incorporação de novas técnicas de produção e numa generosa canalização dos recursos públicos sem provocar mudanças na estrutura agrária”
- b) **Reforma agrária tutelada:** É o “Exercício de mudança em áreas limitadas e específicas sob tutela do compartimento moderno”.
- c) **Reforma agrária modernizadora:** É “um conjunto de medidas modernizadoras da estrutura agrária inserida dentro de um projeto nacional de atualização histórica”.

⁵⁸ José Rainha não aceitou a decisão de expulsão e continua organizado inúmeras famílias na região sob a bandeira do MST (Boletim DATALUTA, UNESP/NERA, outubro de 2008, número 10).

- d) **Reforma agrária evolutiva:** É o “processo de mudança da estrutura agrária destinado a criar um contexto agrário flexível e acessível às inevitáveis transformações posteriores da sociedade global”.
- e) **Revolução Agrária:** É a “transformação qualitativa dos modos e relações de produção prevaletentes no agro, mediante a nacionalização dos recursos terra, capital e tecnologia”. Os objetivos da revolução agrária são suprimir as contradições antagônicas que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas, a eliminação progressiva das contradições urbano-rural e a integração vertical (econômica, política e social) de todos os habitantes do País (SOUZA, 2006, p.38-43).

Corroborando com estas diferenciações, Oliveira (2007), vai identificar de forma mais simplificada a distinção entre Reforma e Revolução Agrária. Para ele a reforma agrária altera a estrutura fundiária sem alterar a estrutura do modo de produção e, a revolução agrária aponta para uma transformação da estrutura agrária simultânea a toda a estrutura social, visando a construção de uma outra sociedade:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

Parte-se, portanto nesta interpretação, do estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma e revolução agrária. A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Identificamos que no Brasil não houve uma revolução agrária. Ao contrário, os ajustes realizados em torno de nossa estrutura agrária, apontam para uma “Reforma Agrária Tutelada”. Concordamos com as afirmações feitas por Souza (2006) que ao analisar as diferenciações elaboradas por Moraes & Pereira, argumenta:

Primeiro, porque não elimina o monopólio da propriedade da terra, mas a colonização de terras inexploradas pertencentes ao Estado; segundo, porque beneficia os latifundiários parasitários que utilizam a terra apenas para especulação financeira com o pagamento de vultosas indenizações pelas terras desapropriadas. É a reforma agrária de mercado em que a terra é comprada pelo Estado, seguindo o exemplo instituído no Brasil desde 1850 com a Lei de Terras; terceiro, porque estimula o desenvolvimento do

capitalismo no campo, conservando a grande propriedade arcaica e semi-feudal e as grandes propriedades de novo tipo voltadas a monocultura exportadora e controlada pelo capital estrangeiro e por ultimo, porque cria uma camada de camponeses ludibriados pelas promessas de prosperidade ao receber uma parcela de terra, contendo as idéias revolucionarias no campo. (SOUZA, 2006, p. 44 e 45)

O discurso do Movimento Sem-Terra aponta o caminho de uma “Reforma Agrária Evolutiva”, enquanto forma de se estruturar novas relações de poder mediante novas relações agrárias, para suprimir ou enfraquecer a classe dos latifundiários como forma de favorecer a participação camponesa na gestão do Estado, algo gradativo, lento e uma sensível mudança institucional. Este não é o caminho do Movimento Camponês que estamos estudando ao defender a revolução agrária, que aponta para uma “transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente” revestindo-se de uma forma ampla e radical de transformação (OLIVEIRA, 2007, p. 70). Ainda, segundo Oliveira (2007), as revoluções agrárias estiveram sempre e estreitamente relacionadas com o conceito de “Revolução Camponesa”, podendo assim ser definidas:

As primeiras revoluções agrárias ocorreram na transição do feudalismo para o capitalismo. A Revolução Francesa, certamente, constituiu-se em uma grande transformação social na qual o campesinato desempenhou um importante papel. As revoluções agrárias aparecem, pois, na História, em geral, relacionadas simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas.

As revoluções agrárias podem ser subdivididas em três grupos. O primeiro refere-se às revoluções agrárias que ocorreram na transição do feudalismo para o capitalismo especialmente na Europa. No segundo grupo, estão as revoluções agrárias que ocorreram no bojo das revoluções socialistas. No terceiro grupo estão a Revolução Mexicana e a guerra civil dos Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2007, p. 71)

Conforme afirma Oliveira (2007) existem três experiências de Revolução Agrária. Ao analisarmos a defesa desta, na propaganda e nos documentos da Liga dos Camponeses Pobres, identificamos que a perspectiva deste movimento camponês é o de uma Revolução Agrária enquanto parte de uma revolução de Nova Democracia ininterrupta ao Socialismo, e esta vai se dar no bojo do avanço organizativo do campesinato enquanto parte integrante de um processo de transformação estrutural, não da substituição de uma fração ou de outra das classes dominantes de um determinado país, como a que ocorre na Venezuela e na Bolívia⁵⁹.

⁵⁹ Esta em voga na América Latina a definição de que as políticas agrárias dos Governos de Hugo Chaves e Evo Morales, na Venezuela e na Bolívia, respectivamente, seriam Revoluções Agrárias. É importante considerar que estas, na perspectiva apontada pelos autores analisados, se encaixam em uma tipificação de reforma agrária do tipo “evolutiva”. Emilio Méndez, membro do partido chavista MVR (Movimento V República), que é prefeito do município de Ezequiel Zamora, afirma que a política chavista é positiva, mas vê suas fraquezas: “No campo, hoje em dia, apesar do forte apoio dado com a Lei de terras, os convênios firmados, e as instituições de crédito que foram criadas, ainda existe o latifúndio, a burocracia dentro dos organismos e também situações de

Ao tempo que aponta para um caminho socialista, em seus textos e discursos, o MST distancia-se na prática do que eles chamariam de “ideal”. Nas publicações do MST, há uma mescla, que poderíamos chamar ecléticas. Envolvem citações e elogios à Che Guevara, Lênin, Fidel Castro e até Mao Tse-Tung. Na atualidade o MST defende a *Revolução Bolivariana* de Chaves e o papel desenvolvido por Evo Morales na Bolívia, entendidos como uma “revolução”. É inegável que os militantes do MST, principalmente seus dirigentes, conhecem a fundo a análise feita por Lênin, Mariátegui e Mao sobre o papel do campesinato em um possível processo revolucionário. Contudo, optaram pela prática colaboracionista de acúmulo de forças dentro da via eleitoral, mesmo com um discurso “revolucionário”, sob a alegação de que “há uma crise política” (STEDILE, 2007, p. 9) e de uma correlação de forças desfavorável para mudanças profundas, já que “os ventos que sopraram para a derrubada do ‘socialismo’ no leste europeu espalharam o vírus da doença que contaminou milhões de consciências em todo o mundo” (BOGO, 2000, p. 85).

Há então, uma grande diferenciação na ideologia e na prática política que distanciam a LCP e o MST. Se por um lado, o inimigo em comum é o latifúndio e o imperialismo, as estratégias de combatê-los são distintas. Há inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a prática política e a ideologia do MST, que necessariamente não estamos citando neste trabalho. Contudo, ao afirmarmos esta diferenciação, buscaremos iniciar o estudo com base na organização deste novo movimento camponês, para compreender de que forma se dá o processo organizativo da LCP, como este aponta para uma transformação estrutural e como está sendo gestado este processo.

5.2.2. A organização interna da Liga dos Camponeses Pobres

Recorremos à abordagem teórico-metodológica de Gohn⁶⁰ (2002), que analisa paradigmas clássicos e contemporâneos sobre os movimentos sociais. A autora identifica, após um estudo sobre o conjunto de paradigmas que influenciam os diversos movimentos sociais ou sócio-territoriais – como identifica Fernandes (2005) – dentre eles o que ela chama de “paradigma marxista”. Para a autora, o estudo dos movimentos sociais deve considerar não só as relações externas, mas também as relações internas da organização, já que, juntas, se concebe a visão de totalidade do grupo ou grupos que esteja estudando. Compreender a

corrupção dos donos de gado que compram o técnico que vai fazer a avaliação da terra”. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Venezuela-camponeses-impulsionam-Revolucao-Agraria.html>

⁶⁰ Em *História dos Movimentos e Lutas Sociais* (1995), a autora também realiza uma cronologia das lutas do povo brasileiro, desde o período colonial até o período contemporâneo da nova república. Importante instrumento para identificar de uma forma geral que o processo de construção brasileira não foi algo “pacífico” e sem conflitos e que houve resistências armadas de indígenas, camponeses, negros e população pobre em geral.

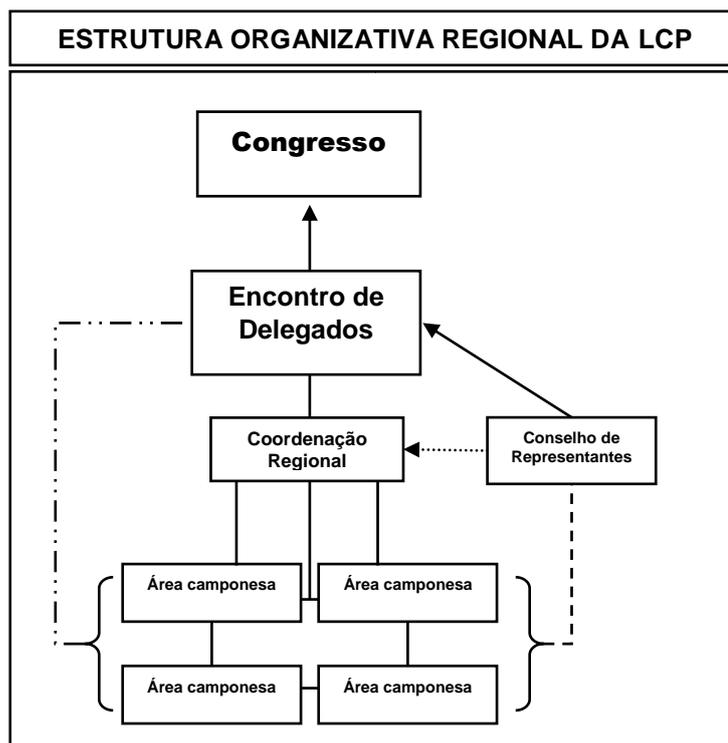
situação vivida pelo coletivo, a partir das suas “reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, sua articulação”, pesquisando “seu projeto, sua organização, suas práticas”, ao mesmo tempo em que, no externo, além da atuação da organização, como se dá sua relação como Estado, com a Igreja, “com os pequenos e médios proprietários” ou mesmo com a “mídia em geral” (GOHN, 2002, p. 255).

A estrutura organizativa da LCP tem como base os camponeses pobres organizados: 1) Nos acampamentos; 2) Nas “áreas tomadas”⁶¹ e 3) Nos núcleos de camponeses mobilizados para novas tomadas de terras. Em cada um destes espaços o órgão máximo de decisão são as chamadas “Assembléias do Poder Popular” e as tarefas assumidas são de responsabilidade de uma “Coordenação de Área” que se constituirá num Comitê de Defesa da Revolução Agrária (CDRA).

No nível regional a LCP tem como organismos executivos uma Coordenação Regional, seguida de um Conselho de Representantes. No nível deliberativo os espaços máximos de decisão são os Encontros de Delegados e os Congressos, estes últimos voltados para um caráter mais massivo e de agitação (NOSSO CAMINHO, 2006, p. 36 a 38).

O esquema abaixo aponta que, para a coordenação regional, cada área camponesa discute e elege os membros da Coordenação. Isto se dá, dentro da estrutura do movimento, no Congresso de Delegados, que reúne representantes de todas as áreas. Além disso, outro mecanismo de participação é o Conselho de Representantes de todas as áreas camponesas, a base do movimento. No Encontro de Delegados, como próprio nome já diz, cada área elege representantes para participarem. É um espaço de discussão política mais aprofundada, e de certa forma centralizada, enquanto espaço de encaminhamentos, de definição da linha política. Os delegados elegem a coordenação, discutem a linha política do movimento e traçam os planos de atuação neste espaço de discussão (NOSSO CAMINHO, 2006, p. 38).

⁶¹ A LCP não utiliza o termo “assentamento”, mas áreas tomadas, já que a linha política do movimento não é a de esperar por uma oficialização de assentamentos fruto de desapropriações. As áreas tomadas correspondem à áreas em que, resolvidos os conflitos com os latifundiários, os camponeses passam a dividir por conta própria os lotes e realizando os chamados “cortes populares”, passando à etapa da produção.



Fonte: Documentos da Liga dos Camponeses Pobres
Organização: Márcio Marinho Martins, 2009.

O Encontro de Delegados funciona, como uma primeira etapa do processo de discussão desta organização camponesa, que vai culminar com o Congresso da LCP. O espaço do Congresso é mais de celebração e reúne a grande massa camponesa de todas as áreas. Lá se referenda ou não as decisões do Encontro de Delegados, e sintetiza um momento de coesão do movimento aberto à participação de todos. (NOSSO CAMINHO, 2006, p. 38).

Se observarmos de uma forma superficial toda e qualquer organização camponesa distribui suas funções nos organismos de Direção Política e nos espaços de decisão. Não haveria então nada de diferente na forma orgânica da LCP. Buscamos extrair estes elementos que a diferencia das outras organizações e analisando o histórico das Ligas Camponesas do passado observamos que há uma aproximação com a estrutura organizativa da LCP.

As Ligas Camponesas em 1964 organizaram uma estrutura do tipo Leninista onde havia uma Organização Política⁶² (O.P.) e a Organização de Massas (O.M.). A OM tinha estatutos liberais e estava aberta a todos que se colocavam na luta pela terra de forma ampla, ao passo que a O.P. compunha-se de estatutos mais rígidos e propunha-se a “dirigir, em forma unitária e disciplinada” as atividades das Ligas Camponesas, unindo “trabalho clandestino”

⁶² A O.P., criada em Janeiro de 1964, traçou um plano de “seis meses de capacitação dos militantes e de construção orgânica na maioria dos Estados” e preparava para o mês de junho o “Primeiro Congresso das Ligas Camponesas do Brasil”, mas este processo se interrompeu por conta do golpe militar de 1º de abril (MORAIS, 1997, p. 51)

com “trabalho de massa”, que foi construída a partir de atividades formativas como Escola de Quadros, com o objetivo de dar capacitação política aos seus militantes. Eram apelidados de “pés-de-cobra”, pois se orientava que estes militantes fossem desconhecidos da grande massa de camponeses e ninguém podia vê-los agir. Sua função era dirigir as ações, sem serem notados pelo aparelho repressor e da reação do latifúndio (MORAIS, 1997, p. 49 e 50).

Ainda, segundo Morais, isto vai contribuir para logo após o golpe militar que as Ligas sofressem o maior número de prisões na sua seção de Massas (O.M.). No entanto, a seção de O.P. sofreu um número mínimo de prisões, e mesmo sendo uma organização embrionária, foi a única que sustentou uma reação armada frente ao iminente golpe, já em 3 de março de 1964, organizando 5 mil camponeses com “armamentos rústicos”, que ocuparam a cidade de Vitória do Santo Antão, que à época tinha 26 mil habitantes, numa demonstração de organização “surpreendente e fulminante” (MORAIS, 1997, p. 51).

Ao analisarmos a atuação da Organização Política das Ligas Camponesas, identificaremos que esta foi a única que restou frente à ação da repressão militar, sendo que posteriormente seus quadros passaram a atuar em outras organizações que visavam lutar pela liberdade dos presos e perseguidos políticos. A LCP seguindo a experiência histórica não expõe seus dirigentes, sobretudo pela reação do latifúndio e da perseguição do Estado, principalmente em regiões, como é caso de Rondônia, onde a criminalização do Movimento é visivelmente cotidiana.

Em Rondônia, berço da LCP, há todo um processo de criminalização do Movimento Camponês. Acusados de terroristas e guerrilheiros, os camponeses atuam sob um bombardeio de acusações da imprensa local e nacional⁶³, associada à atuação de parlamentares, em sua maioria latifundiários ou a seu serviço destes, que tentam convencer a população sobre uma suposta ação “subversiva” dos camponeses, ao mesmo tempo em que escondem toda a ação de bandos armados que realizam verdadeiro terror em inúmeros acampamentos da LCP, de outras organizações camponesas ou acampados sem vinculação a qualquer movimento. Prova disto é que agora, concluindo este trabalho, circulou na imprensa denúncia da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia sobre uma ação de pistolagem do latifúndio, com a conivência da PM, no Acampamento João Batista, no município de Cujubim. Lá, além de

⁶³ A Revista Isto É, apelidada pelos camponeses de “Quanto É”, é visivelmente uma das mais atuantes nas acusações aos camponeses organizados pela LCP, prova disso é edição de 26/03/2008. O Jornal Folha de Rondônia tem posição destacada quando o assunto é acusação contras os camponeses.

atacaram o acampamento e torturaram um camponês na sede da fazenda, os pistoleiros atiraram para matar um apoiador da LCP, o Pelé⁶⁴.



FOTO 7: Manchete do Jornal Folha de Rondônia de 18/04/2007.

Por essas e outras ações de terror do latifúndio, muitos acampados da LCP, quando percebem a aproximação de estranhos aos acampamentos, ou mesmo a própria presença da PM ou da imprensa, tenta proteger suas identidades cobrindo seus rostos. Isto não é nenhuma novidade para muitas organizações camponesas e até indígenas, onde impera a ação desordenada de bandos armados, paramilitares ou a ação da própria força repressora do Estado em favor do latifúndio. Os zapatistas, no México, são exemplo concreto disso. E do lado da repressão, também se utiliza a “cobertura facial” em operações militares sob a alegação de “proteger a identidade” dos algozes do povo. Então, a utilização de apelidos,

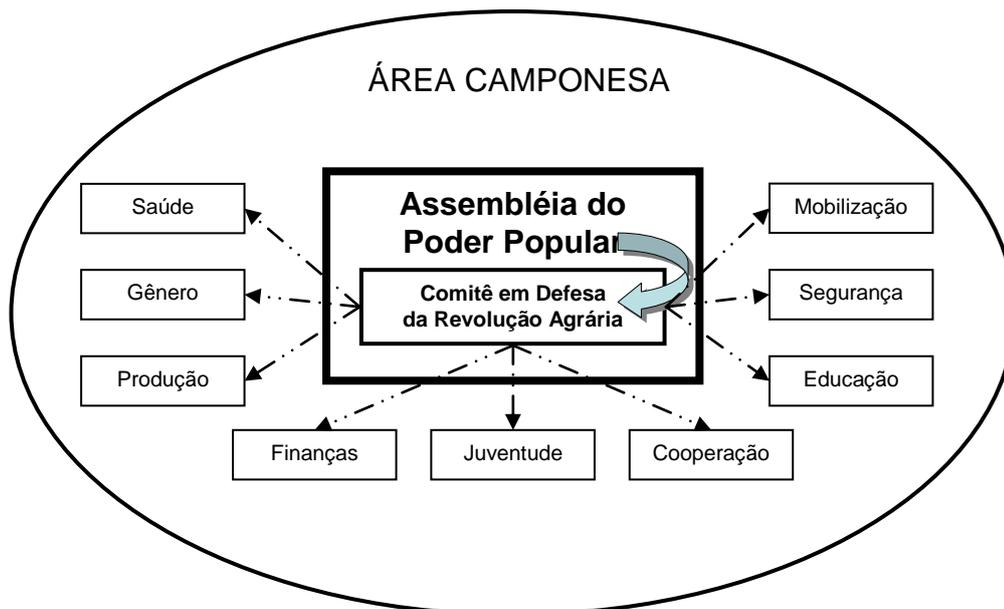
⁶⁴ Segundo a nota “Às 10 horas da noite, o camponês Pelé e duas camponesas representantes do acampamento João Batista chegaram de táxi no local onde os camponeses estavam acampados. Eles tinham ido denunciar a situação do acampamento na sede da LCP, em Jaru, para a representante da Ouvidoria Agrária Nacional, Sra. Márcia, do Inca de Rondônia e para o presidente Luiz Inácio que esteve em Porto Velho, no dia 12. Quando o táxi parou para deixar as duas representantes do acampamento, a fazendeira Maria da Penha, seus parentes e pistoleiros apontaram armas para os ocupantes do carro, reconheceram o Pelé e obrigaram-no a deitar no chão. Os camponeses se juntaram revoltados e num momento de distração dos pistoleiros, Pelé conseguiu fugir para a mata. O filho da fazendeira deu 5 tiros de pistola 9mm e dois atingiram a perna do camponês que conseguiu escapar. A fazendeira e os pistoleiros deram vários tiros na direção do Pelé e ameaçaram achá-lo aonde ele estiver e matá-lo”. Extraído do site: www.resistenciacamponesa.com

codinomes ou mesmo a tentativa de não ser identificado é forma encontrada pelos camponeses, em seus acampamentos, em tentar sobreviver ao cotidiano de violência que é desencadeado pelo latifúndio.



FOTO 8: Camponeses protegem seus rostos após uma aproximação de caminhonete no detalhe ao fundo do acampamento da LCP. Fonte: Arquivo LCP.

A organização dentro do acampamento ou da área camponesa se dá por meio do que a LCP chama de Assembléia do Poder Popular (APP). Dela, emana toda a organização e funcionamento da vida da área camponesa, e nela que seus membros, todos os camponeses e camponesas da área ou acampamento, participam, discutem, votam e elege o que eles chamam de “poder popular”. A tomada de decisão da massa camponesa aponta para constituir o que a LCP chama de Comitê em Defesa da Revolução Agrária (CDRA), enquanto instância executiva que dá aplicação ao que a APP definiu. Vejamos um esquema básico, que construímos com base nas informações contidas a partir dos documentos da LCP:



Fonte: Documentos da Liga dos Camponeses Pobres
Organização: Márcio Marinho Martins

No esquema acima o que se percebe é que há um modelo de democracia direta, onde a massa de camponeses através da APP decide todos os rumos a tomar na área, ao tempo que, ao escolher entre seus membros o CDRA, este se encarrega, de aplicar as decisões da APP, e a passa a decidir por meio do que é “centralismo democrático”⁶⁵. Isto pode não estar compreendido pela grande massa de camponeses, mas o que há é uma aplicação daquilo que Lênin, definiu enquanto concepção de democracia dentro de uma organização revolucionária, ou seja, o máximo de discussão no debate acerca de determinado tema e o máximo de unidade do coletivo em torno da ação e que correspondem ao interesse da massa.

Ora, se o proletariado e os camponeses mais pobres se apossam do poder político, organizando-se livremente em comum e coordenando a ação de todas as comunas para ferir o Capital, destruir a resistência dos capitalistas, restituir a toda a nação, à sociedade inteira, a propriedade privada das estradas de ferro, das fábricas, da terra, etc., não será isso centralismo? Não será isso o centralismo democrático mais lógico e, ainda melhor, um centralismo proletário? (LÊNIN, 1978, p. 66).

O centralismo-democrático, adotado pela LCP em sua Assembléia do Poder Popular, é a experiência concreta, o exercício prático do que a própria organização camponesa chama de “edificação do Poder Popular”. Para a LCP o “coletivismo é a ideologia básica de toda luta

⁶⁵ Lênin teorizou o centralismo democrático em diversas obras, fazendo referência a necessidade que se tinha de superar o espontaneísmo e o economicismo. Sobre este aspecto, duas obras merecem atenção, e que não será neste trabalho, objeto de maior debate: *O que fazer?* E *Um passo frente, dois passos atrás*, In. LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Tomo 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

revolucionária”, sendo necessário, “assimilar a ideologia coletivista e combater o individualismo” para “derrotar os exploradores e opressores” (LCP, 2008, p. 20 e 21).

O problema do Poder é a reivindicação principal das massas, pois sem o Poder as massas não têm nada e só servirão como massas de manobras e continuarão exploradas e oprimidas. Mas algo assim como o Poder não se pode adquirir sem grandes esforços e sacrifícios. É necessário conquistá-lo com muita luta, disciplina, organização e persistência. Se nós não mandamos onde nós vivemos e trabalhamos, como poderemos mandar no país? Seremos escravos deste sistema do Velho Estado, do seu processo eleitoral e dos seus políticos corruptos e mentirosos? Não queremos isto, mas se não formos capazes de governar nós mesmos onde trabalhamos e vivemos como vamos governar o país, como poderemos ter nosso próprio governo? Como podemos acabar com a exploração e a opressão se não temos o poder e o mando da situação? Por isto mesmo a APP que estamos construindo é a Assembléia do Poder Popular, é como começamos a instaurar o poder político das massas, é como iniciamos a governar nós mesmos segundo os nossos interesses de classes exploradas e oprimidas, primeiro onde vivemos e trabalhamos e depois estendendo este Poder em todo o país. É como poderemos decidir nós mesmos diretamente sobre tudo a todo instante. E não como a farsa de democracia do velho Estado que nos obriga a votar de 2 em 2 anos para eleger os políticos dos ricos que, em nosso nome, fazem tudo contra nós, contra a nação, roubam os cofres públicos, aumentam impostos e entregam as riquezas da Nação para os imperialistas. (...) É preciso que todos entendam cada vez mais que este poder é o embrião do novo Estado revolucionário e não pode se misturar, em nada, com o velho Estado, suas instituições, critérios e métodos. (LCP, 2008, p. 21 e 22)

Segundo a LCP, além de exercer o poder político das massas, a APP tem papel de ser a negação do “Velho Estado”, no sentido de não compreendê-lo como um Estado dos “explorados”, mas um Estado que age, legisla e executa conforme os ditames da “classe dominante”, mas que é apresentado como um “Estado democrático e justo” daí a necessidade de se constituir este poder popular. Outro aspecto que identificamos na leitura do documento é o de que há um processo que visa educar os camponeses para a prática da coletividade, iniciada pela tomada de decisões conjuntas e respeitadas a todo o custo, visando através do simples, do cotidiano do acampamento ou área camponesa, ser uma referência para o futuro, num processo mais aprofundado de transformação estrutural, enquanto a construção do que chamam de um “novo Estado”.

Mais adiante, o documento explica que o CDRA, é a primeira organização criada pela APP, sendo esta a “filha da nossa luta de resistência e revolucionária e é a mãe de todas as organizações de massas”, apontando para que se criem grupos de base no interior do acampamento ou área camponesa e outras organizações que garantam a “participação de todos”, como a organização de mulheres, crianças, produção, segurança, saúde popular, educação popular e até um “sistema de justiça popular” capaz de decidir “grandes e pequenas

questões das contradições surgidas no seio do povo”, além de “conformar tribunais e criar organizações culturais” (LCP, 2008, p. 23 e 24).

Há, ainda, dentro da proposta organizativa da APP e do CDRA, regimentos que estabelecem princípios, a participação e questões gerais de funcionamento. Dentre todos os itens destacamos dois, para compreendermos a dimensão dos dois regimentos.

Artigo 3º ⁶⁶ - O funcionamento da Assembléia do Poder Popular é baseado nos princípios do Centralismo Democrático, ou seja, todos participam das discussões, após aprovar as decisões, por unanimidade ou maioria, todos estão obrigados a colocá-las em prática. A prática fraterna da crítica e autocrítica é o meio para buscar a superação das falhas e erros. Todos e quaisquer mandatos emitidos pela APP são revogáveis a qualquer momento.

Artigo 1º ⁶⁷ - O Comitê de Defesa da Revolução Agrária (CDRA) é o órgão permanente diretivo e executivo da APP que assegura a execução das decisões da Assembléia e como tal centraliza o Poder, as questões políticas, de defesa e segurança coletiva, de produção, comércio, transportes, obras públicas, abastecimento, administrativas da coletividade, de justiça popular, de saúde, educação, habitação, cultural, de arrecadação, etc. (LCP, 2008, p. 30).

Como se percebe, os trechos dos documentos apontam para o exercício concreto de participação e decisão coletivas, sendo que as decisões definidas são aplicadas de forma centralizada. Outro aspecto importante é que mesmo com a obrigatoriedade da prática, por parte de todos, está garantida a autocrítica, com o intuito de que não cumpriram as decisões, ao reconhecerem perante a coletividade a sua falha, podem corrigi-la. A essência da negação do Estado é resultado da própria ausência deste nas diversas reivindicações camponesas. Em muitos casos, diversas áreas camponesas, ainda o procuram, com o intuito de arrancar dele reivindicações, na maioria das vezes sem sucesso. Daí que por conta própria, os camponeses passam a compreender que o papel de legislar e defender seus interesses cabe a eles próprios através deste exercício político.

Observamos que a ideologia defendida pela LCP, da negação do “velho Estado”, e da construção do Novo, com base no exercício político das massas camponesas, vai ser assimilada pelo conjunto de camponeses que não mais esperam pelo INCRA pela Reforma Agrária. Passam a concretizar a palavra de ordem de “viva a revolução agrária”, através do “corte popular”, conforme contido abaixo.

⁶⁶ Este artigo é constante do Regimento Geral Interno da Assembléia do Poder Popular.

⁶⁷ Este Artigo é parte do Regimento Geral Interno do Comitê de Defesa da Revolução Agrária.



Mapa da Área Engenho Santa Luzia, Catende – PE
 Fonte: Jornal A Nova Democracia, Edição 49, Janeiro de 2009.

O Engenho Santa Luzia é parte do Complexo da Usina Catende, na zona da mata pernambucana, onde a Liga dos Camponeses Pobres do Nordeste realizou o primeiro Corte Popular em um dos 48 engenhos da Catende em 30 de novembro último. Da mesma forma, a LCP do Norte de Minas, na região de Porto Agrário, também fez um ato simbólico de entrega de terras através do “Corte Popular”. Em Rondônia, berço do movimento, o corte popular culminou com várias atividades festivas em diversas áreas camponesas, e com a entrega do “título de posse”.

Os lotes foram entregues pela APP – Assembléia do Poder Popular, que através de discussões abertas e democráticas, decidiu da maneira mais justa possível quem ficaria com qual lote.

Para celebrar esse importante feito, a APP decidiu organizar a “Festa da Revolução Agrária”, onde foi feita a entrega dos títulos dos lotes aos seus proprietários, que o recebiam com muita emoção. (RESISTÊNCIA CAMPONESA, Edição Nº 17, 2009, p. 18)

Em cerimônias e comemorações preparadas pelos próprios camponeses, através do CDRA e da Direção da LCP, se fazia de forma solene a entrega do título de cada proprietário. Em outros locais como na região de Jacinópolis, distrito de Nova Mamoré, os camponeses, além da cerimônia de entrega, realizaram passeatas pelas ruas, anunciando a “Revolução Agrária” e conclamando a todos que novas tomadas de terra ocorrerão.



FOTOS 10 e 11: Camponeses da área Canaã recebem o “certificado de posse” de seus lotes. Fonte: LCP

O que se observa, com base nas categorias de análise de Gohn sobre os movimentos sociais, é que a LCP se constitui enquanto um movimento “a partir de ideologias”, onde se coloca como meta, “um propósito de mobilizar as pessoas para a luta”, sendo estas “capazes de sensibilizar milhares de pessoas” e criando “raízes na sociedade”. (GOHN, 2002, p. 269).

A ideologia propagandeada pela LCP aponta para uma ruptura contra o Estado, caracterizado como semi-feudal e semi-colonial, para realizar uma Revolução Agrária, como parte de uma “Revolução Democrático-Burguesa de novo tipo”, análise feita já nos clássicos marxistas, ininterrupta ao socialismo. Este processo que orienta os movimentos sociais, segundo Gohn, é um “processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação”, não só enquanto “teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos” (GOHN, 2002, p. 171 e 173).

5.3 - Corumbiara, 13 anos depois

Passados 13 anos do conflito ocorrido em 9 de agosto de 1995, inúmeros acontecimentos modificaram a luta pela terra em Rondônia. Para muitos era preciso esquecer o ocorrido. Neste sentido, o trabalho de Mesquita (2001) foi extremamente importante para manter, no debate acadêmico e fora dos muros da Universidade, o ocorrido na Fazenda Santa Elina. Fora ouvido em todo o país a palavra de ordem “Corumbiara nunca mais”. Mas ao longo dos 13 anos, também foi tendo seu lugar de destaque o grito “viva a heróica resistência da fazenda Santa Elina”.

Sobre os sobreviventes do conflito, hoje muitos engrossam as fileiras da LCP, tida como a “herdeira” daquela luta de 1995. Muitos ficaram pelo caminho, outros buscaram manter-se distanciados, com receio de represálias. O fato é que, ao se falar do “Massacre de Corumbiara” ou do “Combate de Santa Elina”, incomoda:

1. O latifúndio, porque este, ao perceber que o plano de dar “exemplo para os sem-terra”, não foi concretizado, porque daquela luta se levantaram muitos camponeses em todo o Brasil nos anos anteriores.
2. O Estado, aqui compreendido em todas as suas esferas, porque mesmo condenando os camponeses, vários organismos nacionais e internacionais, a intelectualidade e outros setores mais progressistas viram nele o principal agente repressor frente ao problema latente e atual no Brasil que é a questão agrária.
3. Outras organizações camponesas, como o MST, que ao negarem apoio ao acampamento na época, lançaram as bases de outras organizações camponesas que

passaram ano a ano a desbancar sua hegemonia e realizar críticas à sua atuação, tendo em vista a sua vinculação com o governo Lula.

Em 2005 iniciou-se uma luta por indenizações e por exigir que a fazenda Santa Elina fosse desapropriada. Este foi um processo construído dentro do IV Congresso da LCP, realizado na cidade de Corumbiara, onde se celebrou os 10 anos do conflito. Foram muitas andanças de inúmeros sobreviventes do conflito, organizado pelo CODEVISE – Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina. Reuniões em Porto Velho, com o Governo do Estado e Assembléia Legislativa. Também em Brasília, no ano de 2007, um acampamento organizado por cerca de 50 sobreviventes do conflito, próximo ao Palácio da Alvorada, também fez com que a imprensa criasse repercussão internacional, obrigando a Câmara Federal e o chefe de gabinete de Lula, a ouvirem denúncias e reivindicações daqueles camponeses. São vozes que não querem calar. São vozes que querem ser ouvidas. Em cada rosto, um sonho de conquistar a terra, que os faz resistir. Mas também em cada parte do corpo, as lembranças do que ocorreu.

Tentaram a todo o momento, que o Estado indenizasse as vítimas, desde as fatais ou as que sofreram lesões de toda a natureza. Muitos advogados surgiram nesse processo. Uns para ganhar fama, outros para extorquir o pouco de dinheiro das vítimas e um número reduzido disposto a ajudar. As promessas do Governo Federal contidas num documento assinado por Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e discutidas com o chefe do gabinete pessoal do presidente da república, Gilberto Carvalho, viraram letras mortas⁶⁸. As negociações com o governo do Estado de Rondônia, resultaram em algumas visitas que objetivavam projetar alguns políticos para a campanha eleitoral de 2008. Os camponeses, mais uma vez cansaram de esperar. Ocuparam a fazenda Santa Elina em 11 de maio de 2008. Segundo nota do CODEVISE⁶⁹, “estamos cansamos de ver nossos companheiros aleijados por balas, nossos filhos com olhos queimados por gás lacrimogêneo, não acreditamos mais em falsas promessas”, e em outro trecho, afirmam que exigem que o Estado “corte” a fazenda e entregue aos camponeses, ou eles próprios irá fazê-lo por conta, “Nada nos fará desistir dela, vamos cortá-la custe o que custar”.

O principal argumento para se ocupar a fazenda, além da indenização das vítimas do conflito, tido como certa após negociações com o Governo Federal, mas que não se

⁶⁸ Dentre as principais negociações, estava o compromisso de assentar as famílias que ainda não tem terra e iniciar processo de reforma agrária na Fazenda Santa Elina; além da indenização para todas as vítimas do conflito.

⁶⁹ Nota do CODEVISE, de 13 de maio de 2008, disponível em <http://www.resistenciacamponesa.com>.

concretizou, era a desapropriação da fazenda, distribuindo-a para camponeses remanescentes do conflito e que não tiveram acesso à terra, como também a outras famílias camponesas que aguardam há anos por um pedaço de terra. O Juiz Cristiano Gomes Mazzini, da Vara Cível da Comarca de Colorado do Oeste concedeu no dia 19 de maio (oito dias após a ocupação) Liminar de Reintegração de Posse determinando um prazo de cinco dias para que os ocupantes deixassem o local atribuindo uma multa absurda de R\$ 2 mil reais por dia de atraso ao não cumprimento da decisão. A decisão se embasou no fato de que um relatório do INCRA apontava que a fazenda era “altamente produtiva”⁷⁰.

Mesmo com a comprovação de fraude nos laudos de produtividade, a decisão judicial pela reintegração foi mantida e em 22 de julho de 2008 ocorreu o despejo das famílias. Ao se retirarem do local, as famílias permaneceram num lote vizinho, montando acampamento. Em 09 de agosto, os acampados realizaram protesto após uma missa na cidade de Corumbiara, exigindo a indenização para todas as vítimas do conflito e o corte da fazenda.

Os camponeses voltaram a acampar na área da fazenda na data do dia 9, mas em 11 de agosto, três dias após a missa que reuniu centenas de camponeses, ocorreu uma ação de pistolagem organizada pelos latifundiários da região. Segundo os camponeses “os guaxebas atacaram o acampamento desferindo centenas de disparos”. Os pistoleiros atearam fogo em todos os barracos. Os camponeses fugiram para fora da área da fazenda e estão à margem de uma estrada no assentamento Adriana.

De ambos os lados a pressão continua a ser exercida. Os camponeses resistem e insistem frente à intimidação e ação armada do latifúndio. Como fruto desta ação dos camponeses e com o objetivo de selar um fim à ocupação, o juiz de Colorado, em 19 de agosto de 2008, deu sentença para que o Estado de Rondônia indenize os familiares das vítimas fatais. Mesmo com esta vitória, os camponeses insistem em reivindicar a indenizações para as demais vítimas do conflito, que sem condições de trabalhar não tem sequer condições de realizar tratamento de saúde. Há muitas pessoas mutiladas, com balas alojadas no corpo, com graves doenças psicológicas, com seqüelas visíveis dos ferimentos, como o caso de Dona Alzira que teve as pernas cortadas por serra elétrica durante o conflito. Além disso, segundo apontam as lideranças do acampamento, é inegociável abrir mão daquela área, por ser ela, um

⁷⁰ Segundo o site *Rondoniaovivo* nos “autos do processo, onde notas fiscais dão conta que supostamente a fazenda teria produzido no ano de 2007, cerca de 1000 toneladas de arroz, tipo Primavera. Toda a produção teria sido vendida e entregue na Rical – Indústria e Comércio, empresa sediada em Vilhena e Cootral Ltda. No processo constam 87 notas de um produtor de Chupinguaia, que estão, na grande maioria, sem fixação do selo de autenticidade, o que invalida o documento fiscal. Apenas as notas nº 852.593, 858.596, 858.586, 858.587 estão devidamente seladas. Muitas estão sem data, peso, valor e nome do transportador.” Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/2008/news.php?news=39710>. Acesso em 10/01/2009.

marco na história da luta pela terra Rondônia. Quando estivemos no acampamento, as afirmações giravam em torno desta representação simbólica. Vejamos:

A retomada aqui foi tarde... Essa terra já deveria ter sido cortada há muito tempo... O pessoal não tirou isso daqui da cabeça... O pior é que se não for cortada hoje vai ser cortada amanhã... O pessoal não vai descansar... Não sei o que vai ocorrer... Mais a turma não vai descansar... O que eu tenho pra falar é que se essa terra não sair aqui... Não vai sair terra em canto nenhum... Por que o pessoal quer essa terra aqui... (JOSUÉ)

A resistência de Santa Elina, eu acredito assim, que o que tinha que acontecer de massacre já aconteceu... Por que do momento que correu o sangue de nossos companheiros, a gente viu a água vermelha... Derramou sangue no nosso corpo dos nossos companheiros, derramou nosso sangue... Então não pode existir mais esse massacre... De matar nossos companheiros mais... Saber que não pode existir essas coisas... Eu acredito que essa terra aqui... Só o sangue que foi derramado... Dinheiro nenhum paga o sangue derramado dos nossos companheiros... Nem 22 milhões, nem 200 milhões... Por que tirou a vida de um pai de família... De um trabalhador... Eles não podem vir com violência com nós por que a gente quer um pedaço de terra, por que isso é uma coisa... É uma mancha que não se apaga mais no Brasil inteiro. (RAMON)

Tudo que eles trataram com a gente, nunca foi cumprido nada. Eles falaram que a gente teria uma indenização e até agora não teve... O que a gente espera é que com a ocupação a gente consiga as indenizações, porque a indenização que o governo do Estado quer pagar pro povo, é só pras vítimas fatais, um a dois salários mínimos. Então, na época, a gente soube que era pra todas as vítimas, e hoje só seriam somente para as vítimas fatais... Então a gente ta protestando, por que a gente quer toda a indenização, pois foi o Estado que mandou os policiais para nos atacar... Então nessa luta, já prenderam a gente, quando a gente denunciava nas rádios, ligavam policiais e pistoleiros falando pra gente calar... que a gente estava desenterrando tatu... (JOAQUIM)

Eu acho que aquela terra tem que ser nossa! Pro pessoal que sofreu lá... Nem que não seja pra mim... Que seja pro meu filho... Por que lá morreu os nossos companheiros... Se eu voltar lá eu acerto ainda onde era o meu barraco... (ALZIRA)

Os relatos apontam o significado que há a atual ocupação da fazenda Santa Elina, enquanto honra aos mortos do conflito. Isto fica claramente visível nas conversas que se tem. Ao falar do conflito de 1995, os sentimentos de dor e sofrimento, misturam-se ao ódio contra o Estado, representado principalmente pela polícia e contra o latifúndio. Estes sentimentos, associados à ideologia propagandeada pela LCP, de morte ao latifúndio e de uma revolução agrária que não espera pela ação inexistente do Estado, vão ser a principal arma de mobilização e resistência dos camponeses.

Os acampados de Santa Elina, continuam próximos à área da fazenda, estão organizando a produção para a sua sustentação e arregimentando famílias para mais uma vez

exigir aquela terra, tida para eles como a principal, pois é lá que morreram seus companheiros e é lá que se originou este novo Movimento Camponês. As imagens abaixo falam por si.



FOTOS 09 e 10: Acampamento Santa Elina, 2008. Em 30/09/2008 os camponeses iniciaram a produção (foto 13) e já em dezembro (06/12/2008) os primeiros frutos de seu trabalho já apareciam. Fonte: CODEVISE

5.4. O problema agrário Brasileiro hoje: atualidades e interpretações

Segundo Marx, “todos os conflitos da história tem origem na contradição entre as forças produtivas”. E estes conflitos, se produziram várias vezes “até nossos dias sem, todavia, comprometer sua base fundamental”, através de uma revolução ou tomando ao mesmo tempo formas acessórias como “choques de diferentes classes, contradições de consciência, luta ideológica etc., luta política etc.” (MARX, 1989, p. 86).

De fato, as contradições e conflitos evidenciam-se não só no campo, como também na academia. Afinal, a lei fundamental da dialética é a contradição, sendo ela presente no conjunto de relações entre pessoas. Ao longo do desenvolvimento do materialismo histórico-dialético, há, sobretudo, um ataque frontal de seus opositores, daqueles que compreendem o marxismo como algo “panfletário”, como algo “parcial”, como os que defendem a “ciência positiva” e certa “imparcialidade na pesquisa”. E não é de hoje que este discurso é cacarejado em vários debates. Lênin, em *As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo* já apontava para isso:

A doutrina de Marx suscita em todo o mundo civilizado a maior hostilidade e o maior ódio de toda a ciência burguesa (tanto a oficial como a liberal), que vê no marxismo uma espécie de “seita perniciosa”. E não se pode esperar outra atitude, pois numa sociedade baseada na luta de classes não pode haver ciência social “imparcial”. De uma forma ou de outra *toda* a ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada, enquanto o Marxismo declarou guerra implacável a essa escravidão. Esperar que a ciência seja imparcial numa sociedade de escravidão assalariada seria uma ingenuidade tão pueril como esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto à questão da conveniência de aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital. (LÊNIN, 1986, p. 35)

Lênin vai além, apresentando nesta obra a compreensão que Marx desenvolvera foi uma “concepção integral de mundo”, sendo que o marxismo é o legítimo sucesso do que a humanidade já concebeu no campo científico: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. Fizemos esta breve discussão, por entender que é impossível analisar a questão agrária, ou qualquer outra pesquisa, sem tomar uma posição de classe. Não nos furtamos a este debate e sobre as implicações que estas afirmações representam.

As interpretações acerca do problema agrário brasileiro, na contemporaneidade, de forma geral estão polarizadas entre os que defendem a “modernização na agricultura”, através dos “paradigmas da questão agrária” e os que defendem o “modo de vida camponês”. Nossa análise, porém, neste item, visa contrastar apenas o debate acerca da política agrária do Governo Federal dentro das expectativas dos camponeses organizados. Acreditamos que a

discussão deve-se primar, por este caminho, neste momento, porque já argüimos e discutimos esta questão nos capítulos anteriores.

A pesquisa que realizamos entre os camponeses entrevistados apontou em 100% (cem por cento) a crítica ao governo Lula, comparando-o com os oito anos de mandato do Governo FHC. Longe de qualquer defesa ou ataque apaixonado, como o que ocorre em muitos debates acadêmicos ou fora dos muros da Universidade, o fato é que o reflexo da política de Estado do Governo Federal, sendo minimamente crítico, não tem atendido à demanda apresentada pelas organizações camponesas. Isto não é novidade do Governo Lula. Isto já vem ao longo das políticas de Estado, tanto na velha, como na “nova” república.

Segundo os levantamentos reunidos pelo laboratório *Agrária* (USP), o Brasil possui um total de 18 milhões de pessoas ocupadas em atividades econômicas no campo. Deste total, 80% são de “origem familiar” e 3,3 milhões, que correspondem aos 20% restantes, são assalariados. A pequena propriedade concentra 88% do pessoal ocupado de origem familiar, sendo que o trabalho assalariado representa os 12% restantes. Já os imóveis com 1.000 ha., o trabalho assalariado representa 81%. As pequenas propriedades, neste cenário, representam 40% do trabalho assalariado total, o que indicaria um número de 13,6 milhões de empregos e renda. Em contraposição a isso, as grandes propriedades correspondem a pouco mais de 750 mil postos de trabalho. Estes dados são de conhecimento do governo, que apontou a pequena propriedade como sendo um destaque para incentivos e investimentos do governo, contidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁷¹. (OLIVEIRA, 2007, p. 152).

O Governo Lula ao lançar em 2003 o PNRA tinha entre suas onze metas assentar 400 mil famílias em novos assentamentos, regularizar 500 mil posses de famílias, além de outros pontos que viabilizariam o re-assentamento de camponeses que ocupavam áreas indígenas, além da regularização das terras Quilombolas. Segundo o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): “Além de garantir terra a 530 mil famílias, o Governo Federal prevê a regularização fundiária de outras 500 mil famílias até o final de 2006”, e elevando para “1.030.000 o número total de famílias beneficiadas pelo PNRA em quatro anos”⁷².

Mas as metas lançadas não foram atingidas. O governo passou então a contabilizar um número total de 448.954 famílias assentadas nos 5 anos de execução do II PNRA, o que de certa forma já foi questionado por muitos estudiosos da questão agrária, que identificam na

⁷¹ O II PNRA foi lançado em abril de 2003 e continha as bases de um programa geral para políticas de Estado para o campo.

⁷² <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/184>. Acesso em 01/02/2009.

verdade, uma tentativa de “confundir” a população e as organizações. Segundo Oliveira, os dados apresentados se referem à “Relação de Beneficiários emitidas, as ‘famosas RBs’”, sendo que estas, “não se referem apenas aos assentamentos novos: elas são emitidas também para os assentamentos relativos à regularização fundiária (Resex, PAE etc.)” (OLIVEIRA, 2008).

Já em outro trabalho, Oliveira apresentava a inconsistência dos dados divulgados pelo INCRA, onde este apresenta o total atingido de todas as metas. Com base nos dados divulgados pelo próprio governo e distribuindo pelas metas estabelecidas, conclui-se que:

O governo LULA implantou apenas 131.745 assentamentos novos, ficando a diferença (249.674) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. É por isso que o MDA/INCRA cumpriu apenas 32,9% da Meta 1 dos assentamentos novos e, apenas 49,9% da regularização e reordenação fundiária. Deixou também, de assentar 268.255 famílias em assentamentos novos e deixou de regularizar a situação fundiária de outras 250.326 famílias. Portanto, a dívida que o MDA/INCRA tinha com a reforma agrária em 2007 era de mais de 388 mil famílias. (OLIVEIRA, 2007, p. 176)

Ou seja, nos quatro anos previstos de execução do Plano, o governo cumpriu 1/3 das metas estabelecidas. Mais de 150 mil famílias que estavam acampadas em 2003 continuam acampadas em 2007. Segundo dados de Oliveira, somando-se elas o contingente que foi para os acampamentos entre 2004 e 2006, “chega-se ao total de mais de 240 mil em baixo das lonas pretas à espera da reforma agrária que não vem” (Oliveira, 2007, p. 176).

Não queremos aqui fazer da gerência Lula a única e por si só culpada pelo drástico problema que ocorre no campo. Isto é explicado também pela própria lógica concentradora do capital, da situação de semicolônia em que vive o Brasil. Mais que isso, ela representa que o modelo de reforma agrária brasileiro está falido e isto tem empurrado os camponeses, mesmo aqueles que sob o discurso do “governo em disputa” ou “do descenso da luta de massas”, como afirma o MST, se põem também em luta. O campesinato reinventa a luta, de várias formas e se coloca contra o latifúndio e contra o Estado, resistindo.

Vive-se no Brasil cotidianamente, a rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

Alguns teóricos defendem o agronegócio – ou como melhor chamamos “latifúndio de novo tipo” – como a última alternativa para os camponeses, incorporando-se nas “novas transformações do campo”, fazendo de sua produção “um agronegocinho”. O agronegócio é “a reprodução do passado”, que quer manter o Brasil enquanto um país que atenda aos interesses imperialistas, enquanto uma semicolônia que se mantenha através da “exportação de mercadorias da agropecuária”. E os camponeses rejeitam esta imposição. (OLIVEIRA, 2007, p. 149).

Além dos dados apresentados e analisados durante o decorrer de todo o trabalho sobre esses elementos em tela, questionamos os camponeses como eles viam a questão agrária enquanto uma política de Estado, comparando-a em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso e o atual, Luis Inácio Lula da Silva. Todos os entrevistados foram unânimes em fazer severas críticas ao atual governo, a maioria, em verdade, porque defendem a linha do Movimento Liga dos Camponeses Pobres, mas entre os demais sem uma vinculação direta à LCP, como é o caso dos dirigentes do MCC ou mesmo Cícero, a crítica foi no sentido de identificar que “os ‘velhos companheiros’ são trocados pelas alianças políticas que o partido que ajudaram a fundar, faz em torno de uma suposta “governabilidade”⁷³.

Mas as críticas surgidas não partem apenas das organizações camponesas. A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), que vinha mantendo uma posição de “alerta ao governo”, posicionando-se enquanto aliada dentro das discussões em torno da política agrária passou a apresentar uma posição mais independente, de crítica, a partir dos resultados nada satisfatórios e até fictícios sobre a reforma agrária no primeiro mandato de Lula.

Dentre as críticas realizadas às políticas de Estado para o campo destaca-se a Medida Provisória (MP) 422 de março de 2008, que permitiu ao INCRA titular diretamente, sem licitação, propriedades localizadas na Amazônia Legal com até 1.500 hectares. Outro fator de crítica é a Instrução Normativa nº 49 do INCRA, também de 2008 que dificultou o processo de reconhecimento dos territórios quilombolas, uma das metas contidas no PNRA divulgado pelo Governo Federal. Além destas, a Lei de Concessão de Florestas Públicas, também foi alvo de inúmeras críticas, por considerar este processo como a entrega total de recursos florestais para as grandes corporações econômicas estrangeiras.

⁷³ Em artigo intitulado *Movimentos Sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes*, Paula & Silva apresentam não só em argumentos, mas em imagens, como os “velhos companheiros” são utilizados para atender os interesses do latifúndio e imperialismo. A título de exemplo, a imagem de Chico Mendes foi usada na exposição agropecuária do Acre (EXPOACRE 2008), “lar, doce lar” do latifúndio acreano. (PAULA & SILVA, 2009). Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/8714209/Movimentos-Sociais-na-Amazonia-Brasileira-20-Anos-Sem-Chico-Mendes>> Acesso em: 03/02/2009.

Em 10 de fevereiro de 2009 o governo Lula assinou a MP 458 que dispõe sobre a “regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal”. São cerca de 67,4 milhões de hectares que serão entregues aos seus ocupantes até um limite de 1.500 hectares, mas possibilitando, ainda, que a União poderá conceder licitação, dando preferência aos grileiros, em áreas de até 2.500 hectares. É preciso destacar – antes de apresentar as demais implicações que resultam nas críticas a mais esta ação do governo federal – que a média nacional de lotes de assentamentos de reforma agrária é de 34 hectares⁷⁴ por lote.

Boa parte destas terras encontra-se sobre o controle de grandes latifundiários, grandes madeireiros e até de empresas estrangeiras. A MP estende os benefícios do Artigo 118 da Lei nº 11.196/05 que elevou para 500 hectares a área máxima para alienação das terras ocupadas por grandes grileiros autodenominados empresários rurais, que ocupam ilegalmente terras que, pela Constituição Federal, não poderiam ser objeto de usucapião, ao passo que coloca no mesmo nível um número de camponeses que ocupam algumas áreas da União. Este dispositivo (medida provisória), herdado do regime militar, como uma espécie de “ato institucional”, segundo a ABRA

Nada mais é do que um enorme empreendimento imobiliário a favor de grileiros contraventores — e outros interesses do capital — que se apropriaram do patrimônio público e contra as populações com legítimo direito às terras públicas arrecadadas pela União: posseiros, quilombolas, povos indígenas e outros sem terra. Dizer o contrário é desprezar as evidências de mais de trinta anos de pesquisas, encomendadas e pagas pelo próprio governo, para a avaliação de intervenções públicas supostamente voltadas às populações pobres e/ou vítimas do processo da expansão do capital no campo (ABRA, 2009)⁷⁵.

Ainda na mesma nota, todas as terras públicas da região estão divididas em lotes “inferiores de 2,5 mil hectares, normalmente 2499 hectares”, sendo os pedidos de aquisição já protocolados nas superintendências do INCRA na Amazônia Legal. O dispositivo usado, segundo denuncia a ABRA, é o mesmo já denunciando anteriormente, quando do processo de colonização recente da Amazônia, em que grandes latifundiários utilizavam a interposição de pessoas – os chamados “laranjas” – em grandes propriedades de terra, como fora a fazenda Santa Elina e inúmeras propriedades em Rondônia.

⁷⁴ Folha on-line de 28/04/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u91700.shtml>> Acesso em: 03/02/2009.

⁷⁵ Manifesto da ABRA sobre a Medida Provisória 458 /2009 de 23 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.org/node/705>>. Acesso em: 30 de março de 2009.

Não é a primeira vez, na história da questão agrária brasileira que os governos tentam enganar a população rural com mentiras e ilusionismos: nos governos da ditadura militar, a Reforma Agrária não ocorreu e foi transformada em ações de colonização; nos dois governos de FHC o mesmo aconteceu e criou-se a reforma agrária de mercado; o governo Lula ficará conhecido como aquele que no lugar da Reforma Agrária prometida instituiu a política agrária imobiliária — a reforma agrária imobiliária. (ABRA, 2009)

Mais uma vez, a intervenção do Estado se dá pela manutenção e fortalecimento da grande propriedade exportadora de commodities e minérios, sendo a Amazônia o foco central desta expansão do território do capital. Destarte os conflitos agrários na Amazônia, envolvendo as organizações camponesas, posseiros, populações tradicionais, contra a expansão do capital e do latifúndio vai ser pautada por novos enfrentamentos pela conquista ou manutenção de seus territórios.

CONCLUSÃO

Nosso trabalho, além de identificar as motivações sócio-políticas que influenciaram a ocupação da fazenda Santa Elina, buscou analisar de que forma os camponeses se organizaram para resistir à ação violenta do Estado e latifúndio naquele episódio, bem como sua estratégia de prosseguir na luta pela terra por meio de um movimento camponês que se diferencia dos demais já existentes em Rondônia.

Identificamos, ainda, que toda a crítica vinda dos camponeses em torno da atual situação agrária é marcada pelo próprio cotidiano em que vivem longe das propagandas oficiais e dos dados estatísticos. É o que vêem e o que sentem. E onde os camponeses estão as políticas de Estado não chegam. Por isso, a negação em torno da eficiência de um Estado, que só é percebido quando utiliza o aparato repressor para despejá-los, no caso da PM – e algumas vezes até o exército – ou para infringir multas e processos, no caso do IBAMA e da SEDAM.

Extraímos de toda a análise feita, que em Corumbiara ocorreu um massacre de camponeses, no sentido desastroso do que foi a ação armada da polícia e do latifúndio, mas o fator principal apresentado pelos camponeses é o da **resistência**. Esta resistência, na voz dos próprios camponeses se deu de forma “heróica e corajosa”, por entenderem ser a única forma de evitar mais mortes, mas que está presente também na luta travada por construir uma organização camponesa que representasse aquele episódio.

Os caminhos e descaminhos desta organização camponesa, que vai conformar o MCC e daí a LCP é a materialidade desta luta de resistência, travada ao longo dos mais de 13 anos após o conflito ocorrido na fazenda Santa Elina. A luta pelas indenizações e mais do que isso, a reocupação da fazenda em 2008, representou um marco de resistência e de memória aos “mártires de Santa Elina”, como os próprios camponeses conclamam. Daí que “heróica resistência”, “martírio”, “revolução agrária”, não são palavras vazias nas vozes, nos escritos e na ideologia deste campesinato em particular.

Conforme a análise dos clássicos Marxistas, o campesinato pobre é parte integrante num processo de ruptura total com o Estado burguês, sendo ele o aliado principal do proletariado neste processo. Ao identificarmos o papel que teve o Movimento Operário, no processo de constituição da LCP, identificamos que o operariado, enquanto “classe dirigente”, apontou aos camponeses pobres a linha política de uma “revolução agrária” e criando bases de lançá-lo para um processo de transformação radical no campo.

A análise de capitalismo burocrático consegue abarcar o conjunto das relações de produção existentes em nosso país. Sem esta análise é impossível compreender de uma forma

ampla as relações de classe, e, sobretudo, as frações dentro de uma mesma classe. Daí que os autores que conseguiram compreender as relações de semi-feudalidade existentes no Brasil, tiveram sua contribuição limitada ao confundir a grande burguesia – intrinsecamente vinculada e submissa ao imperialismo ou capital financeiro internacional – como uma burguesia genuinamente nacional.

De fato, ainda carece muito para a historiografia brasileira ou mesmo à geografia, compreender que as nações que se constituíram no processo de independência na América Latina, quando iniciaram o processo de estruturação de uma “identidade nacional”, caíram sob o domínio inglês e depois norte americano, iniciaram a constituição de um capitalismo dependente, diferente do que ocorrera na Europa, onde houve o processo de transição de feudalismo para o capitalismo, sem que as principais potências exercessem o papel de dominação uma sobre as outras. Ainda não havia imperialismo e suas contradições enquanto potências capitalistas irão se aflorar em um outro período histórico.

As burguesias que vão se formando no interior dos países latino americanos, ao invés de se desenvolverem a serviço dos interesses nacionais, vão se tornando cada vez mais dependentes e submissas aos interesses externos. Talvez o Paraguai tivesse trilhado outro caminho, mais foi interrompido, por conta da ação inglesa que já impunha suas garras sobre o controle das demais nacionalidades latino-americanas que iam se constituindo.

O Golpe de 1930 e o Estado Novo de Getúlio Vargas representaram não uma revolução burguesa brasileira, mas a passagem de controle ideológico, político e econômico da Inglaterra para o Imperialismo Ianque, hegemônico com a Europa em chamas da segunda grande guerra. Daí o capitalismo burocrático passa a desenvolver-se mantendo a permanência do latifúndio no campo e um processo de centralização da produção e do comércio nas mãos de grandes monopólios para uma acumulação acelerada de capital. Tudo orientado para sugar o máximo de energia e força dos trabalhadores do campo e da cidade, precedidos de uma campanha acirrada anticomunista e antimarxista, declaradas ou não.

A LCP é uma organização camponesa genuinamente surgida no conflito da fazenda Santa Elina e merece um estudo de caso para aprofundar o caráter do processo de territorialização que a acompanha, considerando que: 1) é uma organização de massas, que na atualidade reúne o maior número de famílias na luta pela terra em Rondônia; 2) Sua expansão em outros Estados da Federação e em rápido desenvolvimento; 3) Pelo caráter ideológico-político que aponta o caminho de uma “revolução agrária” enquanto parte de uma revolução democrático-burguesa, ininterrupta ao socialismo; 4) Pelas experiências embrionárias, mas

significativas, que apontam para a coletivização da terra e de experiências de democracia direta.

É preciso destacar, ainda, que todo o processo de luta pela terra no Brasil foi regrado a sangue, na maioria das vezes de camponeses, mas que em muitas ocasiões deram-se as baixas também do lado oposto. Não realizamos durante este trabalho uma análise historiográfica destes episódios. De certa forma, a história oficial quer apresentar o povo brasileiro como “um povo pacífico, ordeiro”. É o que se tenta construir. Fazendo um trocadilho, hoje nem o oceano Pacífico é mais pacífico, afinal por lá também rondam muitos Tsunamis. No caso de uma suposta passividade do povo brasileiro, este ao longo da história apresentou demonstrações destacadas de resistência e disposição para a luta. Na história camponesa do Brasil, a Cabanagem, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, foram algumas das centenas de revoltas que envolveram os camponeses, que armados com os recursos que dispunham, resistiam como podiam.

O alarde dos monopólios de comunicação, quando há qualquer reação dos camponeses contra os ataques do latifúndio – conjuntamente ou não com o Estado – vão sempre ter o papel de preparar a opinião pública para legitimar maiores investidas contra os pobres do campo. Afinal, quem são os proprietários desses monopólios? Foi assim em Canudos, Contestado, Corumbiara. São loucos, subversivos, guerrilheiros, bandidos, desocupados e inúmeros outros adjetivos utilizados para atacar os camponeses. E os ataques vão além das palavras, elas semeiam as mentes para o pior.

Constatamos o contrário. São pobres, acolhedores com quem confiam. São trabalhadores, que querem – sem compreender as análises geográficas, sociológicas, antropológicas ou historiográficas – ter o direito de produzir na terra e sustentar os filhos. O que passamos meses ou anos de pesquisa, para identificar suas motivações, eles têm “na ponta da língua”: “queremos terra”, dizem eles, “e sabemos que temos que destruir o latifúndio”, reafirmando sua posição de luta.

Concluimos, ainda, que o Estado enquanto fomentador de políticas públicas de desenvolvimento, em relação ao campo, exerceu o papel de seu co-autor do processo de expulsão de camponeses, já que as políticas aplicadas em sua maioria atendem diretamente os interesses do latifúndio – de velho e de novo tipo – sendo o resultado destas, o aumento das tensões de conflitos agrários. Há de fato, medidas paliativas, mas que representam poucos resultados no cotidiano da vida dos camponeses.

Na Amazônia, mesmo com uma intensidade menor em termos absolutos, os conflitos agrários têm se apresentado de forma mais violenta, razão pela qual, o problema

agrário e o campesinato amazônico - sobretudo o da Amazônia Ocidental – deve ser objeto de um estudo mais aprofundado. Da mesma forma que iniciamos, concluímos com trechos desta bela poesia de Vinícius de Moraes, que representa no nosso entendimento, o sentimento de revolta diante do latifúndio que impulsiona a luta pela terra na Amazônia e em outras regiões do Brasil.

Senhores donos da Terra
 Juntais vossa rica tralha
 Vosso cristal, vossa prata
 Luzindo em vossa toalha.
 Juntais vossos ricos trapos
 Senhores Donos de terra
 Que os nossos pobres farrapos
 Nossa juta e nossa palha
 Vêm vindo pelo caminho
 Para manchar vosso linho
 Com o barro da nossa guerra:
 E a nossa guerra não falha!

Nossa guerra forja e funde
 O operário e o camponês;
 Foi ele quem fez o forno
 Onde assa o pão que comeis
 Com seu martelo e seu torno
 Sua lima e sua torquês,
 Foi ele quem fez o forno
 Onde assa o pão que comeis.

Nosso pão de cada dia
 Feito em vossa padaria
 Com o trigo que não colheis;
 Nosso pão que forja e funde
 O camponês e o operário
 No forno onde coze o trigo
 Para o pão que nos vendeis
 Nas vendas do latifúndio
 Senhor latifundiário!
 Senhor Grileiro de terra
 É chegada a vossa vez
 A voz que ouvis e que berra
 É o brado do camponês
 Clamando do seu calvário
 Contra a vossa mesquinhez.

O café vos deu o ouro
 Com que encheis vosso tesouro
 A cana vos deu a prata
 Que reluz em vosso armário
 O cacau vos deu o cobre
 Que atirais no chão do pobre
 O algodão vos deu o chumbo
 Com que matais o operário:
 É chegada a vossa vez
 Senhor latifundiário!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W.B. O Intransitivo da Transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965- 1985). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª Ed. Belém: CEJUP: Museu Emílio Goeldi, 1992.
- AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- A REVOLUÇÃO AGRÁRIA dá os primeiros títulos de posse aos camponeses. **A Nova Democracia**. Ano VII, nº 49, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/index.php/A-Revolucao-Agraria-da-os-primeiros-titulos-de-posse-aos-camponeses.html>>. Acesso em: 20 de jan. 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. **Boletim informativo Reforma Agrária**. Campinas, V. 14, nº 01, Jan - Fev. 1984. Disponível em: <www.abra.com.br>. Acesso em 22 de dez. 2008.
- _____. **Manifesto sobre a Medida Provisória 458/2009**. 23 de mar. de 2009. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.org/node/705>>. Acesso em: 30 de março de 2009.
- BECKER, B. **Amazônia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BRASIL. Medida provisória nº 422, de 26 de março de 2008. Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Ano 145, Seção I, p. 1, 26 mar. 2008.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução normativa nº 49, de dezembro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Judiciário, Brasília, DF, ano 145, n. 190, Seção I, p. 83- 85, 1 out. 2008.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/184>. Acesso em: 01 fev. 2009.
- _____. Medida provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Ano 146, nº 29, Seção I, p. 1- 4, 11 de fev. 2009.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura: Caderno de Formação nº 34**. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2000.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 16 de agosto de 1995.
- _____. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 29 de agosto de 2001.
- CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CAVALCANTI, M. B. **Da SPVEA à SUDAM (1964/1967)**. Belém: Universidade do Pará, 1967.

CHAGAS, Afonso Maria. **Dossiê de Conflitos Agrários em Rondônia**. Dados preliminares. **Ji-Paraná: 2008, Mimeo.**

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra os povos indígenas no Brasil**. Relatório 2003-2005. Brasília: CIMI, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMIM, Tatiana. **O poder midiático sobre o “massacre de Corumbiara”**. Monografia de Conclusão de Curso. Vilhena: 2008, mimeo.

COMISSÃO culpa Juiz pela chacina. **Folha do Sul**. Edição nº 343, 2000, p. 8.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório**. RO74 Conflito: Fazenda Santa Elina do município de Corumbiara. Porto Velho: mimeo, 1998.

COMITÊ DAS VÍTIMAS DE SANTA ELINA. **Nota Pública de 13 de maio de 2008**. Disponível em: <<http://www.resistenciacamponesa.com>> Acesso em: 10 de nov. de 2008.

_____. **Boletim Informativo do CODEVISE**. Abril de 2007, mimeo.

CRUZ, Montezuma. Devassa na grilagem amazônica faz 30 anos. 30 anos da CPI da do sistema fundiário brasileiro. **Agência Amazônia de notícias**. 30 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.agenciaamazonia.com.br>>. Acesso em: 11 de nov. 2008.

_____. Cangaço amazônico teve até metralhadora. **Agência Amazônia de notícias**. 07 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.agenciaamazonia.com.br>>. Acesso em: 11 de nov. 2008.

DEL ROIO, Marcos. **A Questão Russa para Marx e Engels**. Araraquara: Estudos de Sociologia, 15, 121-129, 2003.

FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, nº 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Revista do Laboratório de Geografia Agrária - DG/FFLCH/USP, São Paulo - SP, v. 1, p. 16-36, 2004.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Retomando uma velha polêmica: modos de produção na história do Brasil**. Campinas: Unicamp/CEMARX, 2005. Disponível em: <www.unicamp.br/ce marx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m3c4.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2009.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J. e KRAMER, S. **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Revista Brasil indígena**. Ano III, Nº 03/2006 FUNAI: Brasília, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e das Lutas Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUIMARÃES, A. Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

_____. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ISNARD, Hidelbert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almeida, 1979.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAMER, S. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In. FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J. e KRAMER, S. **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 6a ed. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1988.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LCP aterroriza em Jacinópolis. **Folha de Rondônia**. Página 01. 18 de abril de 2007.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal / lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Espaço e Política**. Paris: Points Civilisation, 1967. Tradução livre: Samuel Baima, 1999.

LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª Ed. Belém: CEJUP: Museu Emílio Goeldi, 1992.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. 2ª Ed, São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1985.

_____. **O Programa Agrário**. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1980.

_____. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: 1980b, Brasil Debates.

_____. **Problema Agrário II**. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e Editora, 1979.

_____. **Problema Agrário I**. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e Editora, 1978.

_____. **Aos Pobres do Campo**. Lisboa: Editorial Avante! Edições Progresso, 1984.

_____. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global editora, 1991.

_____. **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

_____. As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo. In: **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

_____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LIGA DOS CAMPONESES POBRES. **Nosso Caminho**. Goiânia: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006.

_____. **Teses do 5º Congresso da LCP de Rondônia**. Porto Velho: mimeo, 2008.

_____. **Cinco Passos para a conquista da terra**. Jaru: mimeo, s/d.

_____. Latifúndio tortura e fere à bala camponeses em Cujubim. **Resistência Camponesa**. 16 de mar. 2009. Disponível em: <<http://www.resistenciacamponesa.com/noticias/219-latifundio-tortura-e-fere-a-bala-camponeses-em-cujubim>> Acesso em: 20 de mar. 2009.

<http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=39710>

LINK, Rogério Sávio. **Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do Sínodo da Amazônia 1967-1997**. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Faculdades EST/PPG, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TSE-TUNG, Mao.. **A Filosofia de Mao Tse-Tung**. Belém: Boitempo, 1979.

_____. **Obras escolhidas**. Tomo II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b.

MAP questiona laudos do processo da fazenda Santa Elina em Corumbiara. **Rondoniaovivo**. 09 de jun. 2008. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=39710>. Acesso em: 10 jan. 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Título: **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. **El papel del campesinato en la transformación del mundo actual**. Valencia: Baladre, 2007.

_____. **Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques?**. IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica. Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco – Grupo Internacional de Geografía Crítica. México D.F., 8-12 de enero, 2005.

_____. **La Cuestión Agraria en la España Contemporânea**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 31-64, ago. 2006.

MARTINS, José de Souza Martins. **Expropriação e Violência: A questão Política no campo**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- _____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **O Capital**. Edição resumida. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- _____. **Manuscrtos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Para a Crítica da Economia Política, Salário Preço e Lucro e O Rendimento e suas Fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2001.
- MINDLIN, Betty. **Nós Paiter: os Suruí de Rondônia**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.
- MORAIS, Clodomir Santos de; PEREIRA, Francisco José. **Cinco Modelos de Reforma Agrária**. Santa Maria da Vitória-BA: Edições IATTERMUND, 2002.
- MOVIMENTO CAMPONES CORUMBIARA. **Relatório do VI Encontro MCC**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/03/276135.shtml>> Acesso em: 17 fev. 2009.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Programa de Reforma Agrária**. Caderno de Formação Nº 23. São Paulo: 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.
- _____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- _____. **Geografia e Movimentos Sociais**. Revista Perspectiva Geografia, UNIOESTE, Nº 03, 2007b.
- _____. **O governo Lula dá Adeus à reforma agrária**. Rádio Agência Notícias do Planalto: 2008. Disponível nível em: <www.radioagencianp.com.br>. Acesso em: 01 de fevereiro 2009.
- PAULA, Elder Andrade; SILVA, Silvio Simione. **Trajetória da luta camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.
- _____. **Movimentos Sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Braga: 2009. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/8714209/Movimentos-Sociais-na-Amazônia-Brasileira-20-Anos-Sem-Chico-Mendes>>. Acesso em 21 de janeiro de 2009
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST**. Observatório Social de América Latina, Ano VI, Nº 16. Buenos Aires. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 07 de Janeiro de 2009.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PUHL, João Ivo. **O tempo do grilo: posseiros na gleba São Domingos –1979-1983 - História da luta pela terra no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: 2003.

RODRIGUES, Alan; VILLAMÉA, Luíza. **Era só o que faltava!** ISTO É. Ed. Nº 1545, 12 de maio de 1999. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/politica/154531.htm>> Acesso em 04 de jan 2009.

RONDÔNIA. Tribunal de Justiça. Revisão Criminal nº 20000020070132542. Recorrente: Ministério Público Federal. Revisando: Cícero Pereira Leite Neto. Revisado: Ministério Público do Estado de Rondônia. Relator: Des. Renato Martins Mimesi. Disponível em: <www.tj.ro.gov.br>. Acesso em 20 de fev. 2009.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1971.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O Dinheiro e o Território**. Niterói-RJ: revista GEOgraphia – Ano. 1 No 1 – 1999. p. 7 – 13.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SCOLESE, Eduardo. MST quer reduzir tamanho de lotes em assentamentos. **Folha on-line**. São Paulo: 28 de abril 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u91700.shtml>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2009.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, Silvio Simione. Tempos de Violência, espaços de resistência. In: PAULA, Elder Andrade; SILVA, Silvio Simione. **Trajectoria da luta camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Capitalismo, Questão Agrária e meio ambiente em Rondônia: O caso de Jacinópolis**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2006.

_____. **A educação nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Rondônia**: uma escola diferente. Monografia de Graduação. Rolim de Moura: UNIR, 1994.

STÉDILE, João Pedro. **A luta pela reforma agrária e a produção do conhecimento**. In: II Seminário Nacional o MST e a pesquisa, Veranópolis, 2007.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>>. Acesso em 20 de dezembro de 2008.

VALVERDE, Orlando. **Metodologia da Geografia Agrária**. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

_____. **Reconhecimento geográfico no município de Pompeu, MG** Rio de Janeiro: Boletim Carioca de Geografia, ano VIII, n. 1 e 2, AGB, 1955a.

_____. **O uso da terra no leste da Paraíba**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 17 (1): 49-90, IBGE, 1955b.

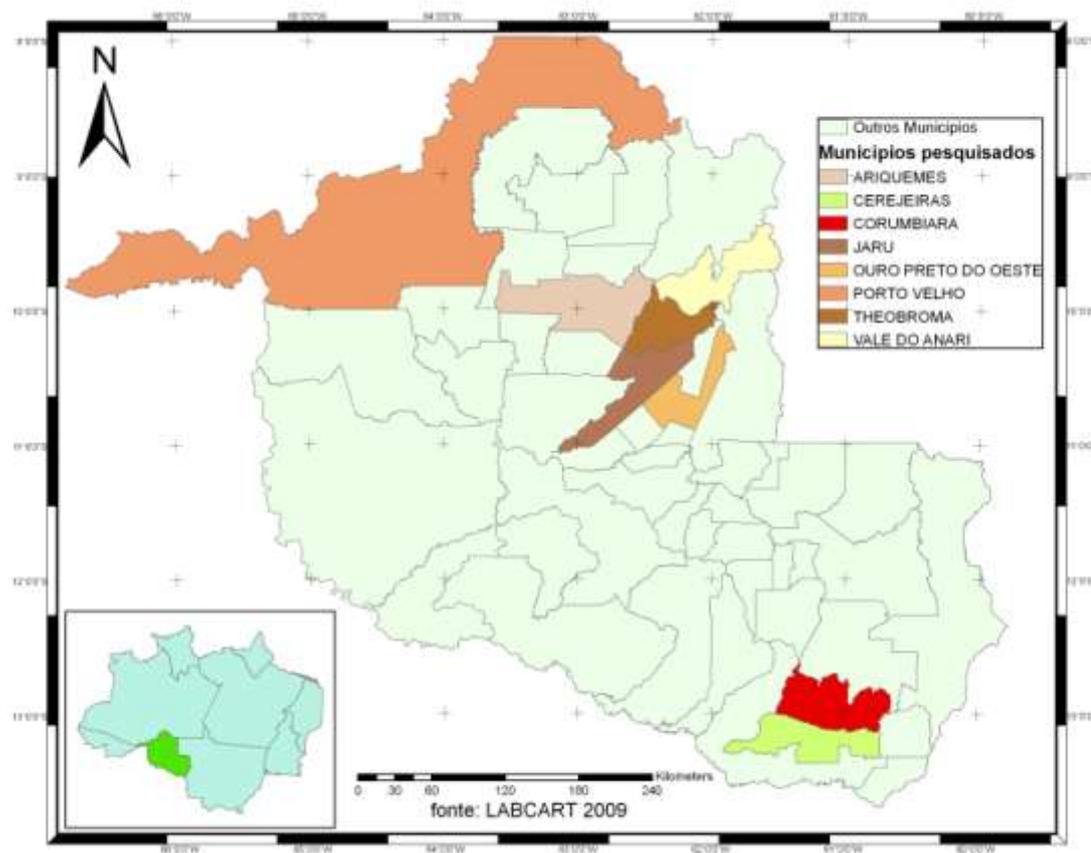
VÍTIMAS do massacre de Corumbiara reivindicam tratamento de saúde e indenizações. **A tarde**. 10 ago. 2007. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=777902>>. Acesso em 21 de janeiro de 2009.

ANEXOS

A) Roteiro de entrevistas semi-estruturas utilizadas na pesquisa.

- 1) O/a senhor/a é natural de onde? Quando veio pra Rondônia? Porque veio para cá?
- 2) Como o/a senhor/a soube da ocupação da fazenda Santa Elina? Como foi sua “entrada” no acampamento?
- 3) Por que o/a senhor/a foi se acampar na área? Foi sozinho/a ou com a família? Já havia participado de alguma outra ocupação ou de algum Movimento?
- 4) Como era a vida no acampamento? Como se organizavam?
- 5) Na época, já havia algum conflito na região? Na área da fazenda houve algum conflito armado antes de 9 de agosto?
- 6) De que forma os acampados organizavam sua autodefesa/segurança?
- 7) Relate como foi o dia antes do conflito? Havia algum indício de preparação de despejo violento por parte da polícia ou jagunços?
- 8) Quando iniciou o ataque ao acampamento o que vocês fizeram? De que forma se organizou a defesa do acampamento?
- 9) O/a senhor/a pode relatar o que aconteceu nas horas em que se sucedeu o ataque ao acampamento?
- 10) A imprensa intitulou o conflito como MASSACRE de Corumbiara. O/a Senhor/a concorda com esse termo/nome? (A imprensa intitulou o conflito como MASSACRE de Corumbiara. Alguns camponeses chamam o conflito de COMBATE de Santa Elina. Qual a afirmativa que você considera coerente?)
- 11) O que aconteceu depois que o acampamento foi tomado pela polícia? Vocês foram levados pra onde? Como foram reunidas as famílias após o incidente?
- 12) O que vocês ouviram de propostas do governo em relação ao conflito? O que foi cumprido e o que não foi? O/a senhor/a teve que seqüelas?
- 13) As famílias se organizaram em algum movimento após o conflito? Como foi conduzida a luta após o 9 de agosto de 1995? O que diferencia este Movimento dos que já existiam?
- 14) Passados quase 13 anos do conflito de 09 de agosto de 1995 como o/a senhor/a analisa a luta pela terra? O/a senhor/a vê alguma mudança na política do governo para distribuir terra para os camponeses?

- B) Mapa do Estado de Rondônia destacando os municípios de realização da pesquisa, localização na Região Norte do Brasil e fronteiras geográficas.



C) **IMAGENS DO ACAMPAMENTO DA FAZENDA SANTA ELINA 2008**







D) IMAGENS DA LUTA PELA TERRA



Capa do Jornal Resistência Camponesa, nº 01, Novembro de 1997.



Capa do Jornal Resistência Camponesa, nº 02, Abril de 2000.



Capa do Jornal Resistência Camponesa, nº 04, Outubro de 2000.



Capa do Jornal Resistência Camponesa, nº 05, Julho de 2001.



Capa do Jornal Resistência Camponesa, nº 12, Agosto de 2006.



Manifestação do 3º Congresso da LCP. Jaru, Agosto de 2003.



Quadro do 4º Congresso da LCP. Corumbiara, Agosto de 2005.



Manifestação dos 10 Anos do conflito em Santa Elina. Corumbiara, 09 de Agosto de 2005.



Acampamento incendiado por pistoleiros. Jacinópolis, 2004.



Placa de entrada de lote da Área Raio de Sol. Setembro de 2008.



Plenária do 4º Congresso da LCP. Corumbiara, 08 de agosto de 2005.



Ponte construída pela Liga Operária e LCP/Norte de Minas. Varzelândia/MG, 09/12/2006.



Ato público contra a criminalização do Movimento Camponês. Porto Velho, UNIR, 05/03/2007.



Agitação em Plenária do 5º Congresso da LCP. Porto Velho, UNIR, 22/08/2008.



Manifestação no encerramento do 5º Congresso da LCP. Porto Velho, 23/08/2008.



Homenagem aos mártires da luta pela terra em Rondônia. 5º Congresso da LCP. Porto Velho, 22/08/2008.



Homenagem aos familiares dos mártires da luta pela terra em Rondônia. 5º Congresso da LCP. 22/08/2008.



Placa do 5º Congresso da LCP incendiada próximo a UNIR/Campus. 22/08/2008.
Latifúndio ataca também na cidade.



Destaque de camisa do 5º Congresso da LCP. Porto Velho, 23/08/2008.

E) IMAGENS DAS MOBILIZAÇÕES DO CODEVISE



Manifestação das vítimas de Santa Elina. Brasília, Agosto de 2007.



Acampamento das vítimas de Santa Elina. Brasília, Agosto de 2007.



Vítimas de Santa Elina. Brasília, Agosto de 2007. Reunião com Gilberto Carvalho (Casa Civil)



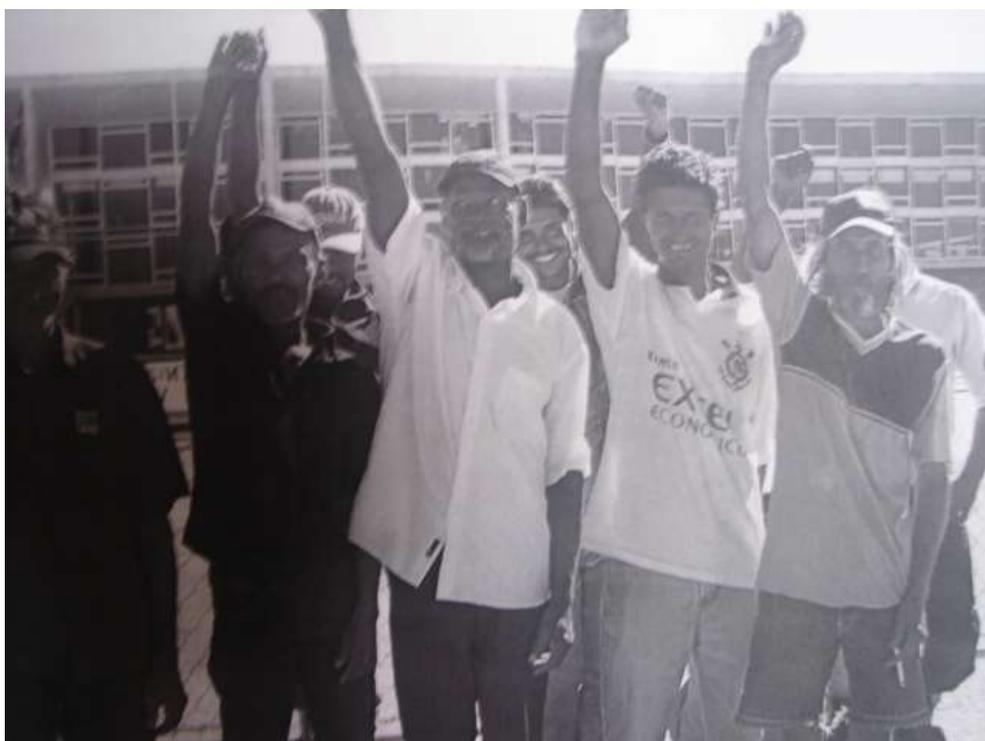
Audiência das vítimas de Santa Elina no Congresso Nacional. Brasília, Agosto de 2007.



Manifestação das vítimas de Santa Elina. Brasília, Agosto de 2007.

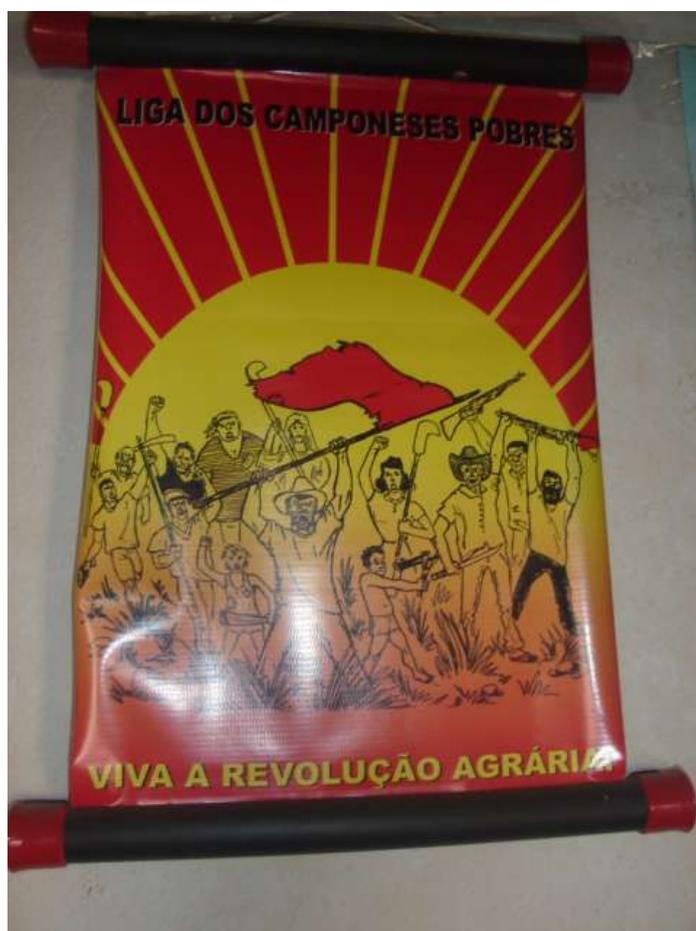
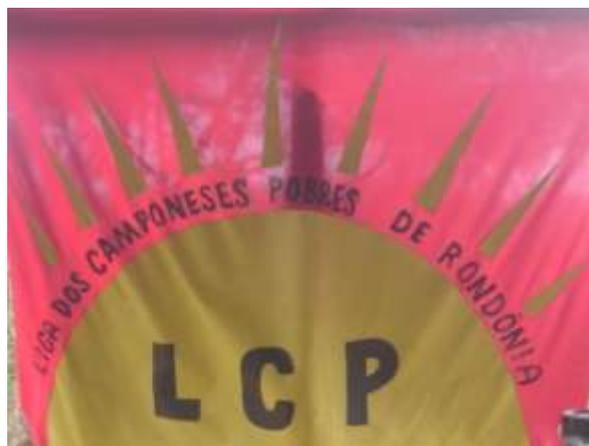


Manifestação das vítimas de Santa Elina. Brasília, Agosto de 2007.



Manifestação das vítimas de Santa Elina. Brasília, Agosto de 2007.

F) BANDEIRAS DO MCC e LCP



Material de Propaganda da LCP e utilizada na capa da cartilha Nosso Caminho.